



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Flávia de Assis Souza

Memórias, histórias e Escrevivências: a mãe em primeira pessoa

Rio de Janeiro

2020

Flávia de Assis Souza

Memórias, histórias e Escrevivências: a mãe em primeira pessoa

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. André Luís de Oliveira Mendonça

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

S729 Souza, Flávia de Assis

Memórias, histórias e escrituras: a mãe em primeira pessoa / Flávia de Assis Souza – 2020.
119 f.

Orientador: André Luis de Oliveira Mendonça

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Mulheres – Teses. 2. Mães – Teses. 3. Identificação social – Teses. 4. Opressão social – Teses. 5. Violência de gênero – Teses. Rio de Janeiro, RJ – Teses. I. Mendonça, André Luis de Oliveira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 616.89-008.444.9-055.2

Bibliotecária: Joice Soltosky Cunha – CRB 7 5946

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Flávia de Assis Souza

Memórias, histórias e Escrevivências: a mãe em primeira pessoa

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 27 de maio de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Luís de Oliveira Mendonça (Orientador)
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Dr. Ronaldo Teodoro dos Santos
Instituto de Medicina Social – UERJ

Profª Dra. Rachel Barros de Oliveira
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Profª Dra. Roberta de Oliveira Gondim
Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Dr. Renato Nogueira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profª Dra. Giovanna Marafon
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

À Isabella. O maior amor da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha avó Maria Anunciada, à minha mãe Maria do Socorro e a todas as mulheres da minha família que pavimentaram o caminho para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha filha Isabella que me impulsionou e me deu coragem para continuar mesmo diante de todas as dificuldades. Ao companheiro Daniel que topou estar ao meu lado nessa jornada e que adiou seus próprios sonhos em nome da realização do meu.

Ao querido orientador e amigo André Mendonça que tem o dom de enxergar o nosso potencial e nos fazer acreditar que somos capazes. Obrigada por acreditar em mim. Ao querido Ronaldo Teodoro pela amizade e por ter me indicado o feminismo como possível caminho de construção do trabalho de tese.

Muita gratidão aos queridos amigos da pós-graduação e da vida. Aquelas que pegaram na minha mão e me acolheram durante esses últimos anos, Catalina Kiss, Ana Sara, Luciane Stochero, Vanessa Melo e Deylaine Lourenço.

Aos amigos do grupo de orientação que se tornou o melhor grupo de amigos que eu poderia ter, Roberta Dorneles, Leandro Gonçalves, Gabi Barreto, Cassiana Rodrigues, Beatriz Zocal, Thamires Medeiros, Mariana Xavier, André Luís, Gerson Costa, meu muito obrigada!!!

Agradeço ao recém criado coletivo negro Makota Valdina do Instituto de Medicina Social pelas trocas de ideias e apoio na luta anti-racista, em especial a Kelly Diogo, João Pedro, Denise dos Anjos, Laisa, Bibiana.

E por fim, agradeço a todas as divindades que me guardam e cuidam do meu Ori, que me indicam a direção correta no sentido de cumprimento da minha missão aqui nesse plano. Laroyê.

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar a centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos.

Glória Anzaldúa

RESUMO

SOUZA, Flávia de Assis. **Memórias, histórias e Escrevivências**: a mãe em primeira pessoa. 2020. 119 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A presente experiência de escrita encarna a proposta de dar luz às trajetórias das mulheres da minha família, que por meio da escrevivência, narram suas histórias perpassadas por abuso, desamparo e pela solidão de criarem seus filhos sozinhas. Aqui me utilizo da abordagem decolonial e crítica ao modo de produzir conhecimento imposto pela ciência moderna. A ancestralidade segue como mote de inspiração para reconstruir percursos que se ligam em presente e passado, conectando vidas e experiências. Assim, reivindico o lugar dessas mulheres (e o meu próprio lugar) como sujeitas que produzem conhecimento a partir do corpo atravessado por múltiplas estruturas de opressão. Acrescento que a escrita assente na experiência do corpo da mulher-mãe representa o horizonte dessa obra e o desafio de romper com os dogmas e prescrições mandatórios da ciência hegemônica. E, por fim, o desenlace do empreendimento de falar de si, é o desnudamento de violências historicamente estruturadas como o machismo, sexismo, racismo e o ódio de classe.

Palavras-chave: Mulheres. Mãe. Maternidade. Abandono paterno. Escrevivência.
Pensamento decolonial.

ABSTRACT

SOUZA, Flávia de Assis. **Memories, stories and recordings: the mother in first person.** 2020. 119 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present experience of writing embodies the proposal to give light to the trajectories of the women of my family, who through the recordings, narrate their stories pervaded by abuse, helplessness and the loneliness of raising their children alone. Here I use the decolonial and critical approach to the way of producing knowledge imposed by modern science. Ancestry continues as a motto of inspiration for reconstructing paths that connect the present and the past, connecting lives and experiences. Thus, I claim the place of these women (and my own place) as subjects who produce knowledge from the body traversed by multiple structures of oppression. I would add that writing based on the experience of the body of the woman-mother represents the horizon of this work and the challenge of breaking with the mandatory dogmas and prescriptions of hegemonic science. And, the outcome of the enterprise to speak of itself is the stripping of historically structured violence such as machismo, sexism, racism and class hatred.

Keywords: Women. Mother. Maternity. Paternal abandonment. Recordings. Decolonial thinking.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	PODE A SUBALTERNA FALAR? BREVE CRÍTICA À CIÊNCIA SEM CORPO E A BUSCA PELA RAZÃO DECOLONIAL	14
1.1	O Saber-corpo em contraposição à ciência positivista	21
1.2	O pensamento Afrodiaspórico: ancestralidade e Filosofia africana rumo à descolonização	31
2	A MORTE	35
2.1	Minha morte em vida	39
2.2	Aos olhos de menina	46
2.3	O Crepúsculo	48
3	PRECISAMOS FALAR SOBRE ABANDONO PATERNO E MASCULINIDADE NARCÍSICA	52
4	MÃES, MULHERES, MARIAS E SUAS TRAJETÓRIAS DE DOR	64
4.1	Maria Anunciada: A mãe e o mito	66
4.2	Maria do Socorro e a sua beligerância	74
4.3	Maria da Glória: entre a doçura e a força	79
4.4	Maria de Fátima e a essência da insubmissão	83
4.5	A maternidade e os números	87
5	E EU NÃO SOU UMA MULHER NEGRA? O <i>STRIP-TEASE</i> DE UMA IDENTIDADE RACIAL	91
6	O MUNDO VISTO DA FRESTA: VISÕES DO QUARTO DE DESPEJO	99
6.1	Sankofa	99
6.2	O quarto de despejo	101
6.3	Cozinha, geladeira e banheiro	103

6.4	A História de uma vida: eu, empregada doméstica.....	105
	(IN) CONCLUSÃO	112
	REFERÊNCIAS.....	115

INTRODUÇÃO

O meu verso se ata em tom de provocação, porém, camaradinhas, lhes digo: sobre a linearidade histórica ou sobre o rigor dos termos, agora pouco nos importa, o que vale para nós aqui é o teor das flechas atiradas pela boca ou o tamanho do tombo que levará aqueles que nos golpeiam (RUFINO, 2019, p. 13).

Sankofa. Somente consigo resumir o significado da presente experiência de escrita com essa palavra: Sankofa. De acordo com a língua Akan significa ‘volte e pegue’, isto é, olhar o passado, voltar às raízes para realizar o eu individual e o eu coletivo. É essa palavra, inundada de significado, que resume bem o que os leitores irão encontrar nas próximas páginas. Antes, porém, gostaria de chamar-lhes a atenção para o fato de que não nomeio as minhas reflexões, em diálogo direto com inúmeros pensadores, de ‘trabalho de tese’. As minhas elaborações teórico-reflexivas não se encaixam de maneira nenhuma no modelo de produção de conhecimento imposto pela ciência branca ocidental, ou seja, o que está contido nessas páginas é uma tentativa de descolonização do pensamento - dito acadêmico – e também da produção de saberes.

É certo que por vezes os leitores perceberão que utilizo a palavra ‘tese’ para relatar a presente experiência de escrita. Mas, digo-lhes que isto ocorre somente para que o mesmo compreenda de pronto que estou me referindo ao presente trabalho. Também me utilizo de alguns termos emprestados de grandes autoras negras ou de simbologias outras, fora da cultura ocidental. Além do Sankofa, pego emprestado o termo ‘politização do eu’ e ‘teorização do cotidiano’ de bell hooks, ‘escrevivência’ de Conceição Evaristo, o espelho de Oxum da cultura Iorubá. Todas essas denominações são utilizadas para descrever esse momento em que peço licença para as minhas mais velhas e escrevo sobre a vida das mulheres da minha família e sobre mim mesma.

A escrita sobre o trauma, talvez seja mais uma maneira de nomear essas páginas, que verdadeiramente foram escritas com olhos cheios d’água. Cada vez que parava para refletir sobre o passado o choro servia como guia daquilo que precisava ser dito/escrito.

Então, o que posso dizer para as mulheres que se aventurarem por essas páginas é que pode ser que você se identifique e que por vezes pareça que estou

contando a sua história. Porque este é um trabalho que fala da mãe através dos olhos da filha e da escrita de si. Penso que a escrita de si tem o poder de nos unir, de nos reconhecermos umas nas outras, de lembrarmos da história da nossa avó, mãe, tias. Nessa jornada, que alguns chamam de 'tese', não existe o sentido certo para iniciar a leitura. Quer começar do fim? Fique à vontade! A distribuição por capítulos configura mera formalidade. O sentido a seguir aqui é o determinado pelo coração do leitor(a).

Por isso, sugiro que se quiser fugir de discussões muito teóricas sobre a modalidade de escrita que assumo aqui, pule o primeiro capítulo. O começo segue, a meu ver, a racionalidade do caos. Preciso começar pelo caos porque percebi que era dessa maneira que todas as coisas estavam guardadas em mim. O primeiro capítulo configura a tentativa de dar conta, de captar as múltiplas estruturas de opressão que me atravessam e as quais estamos (quase todas) expostas. Em suma, o primeiro capítulo representa o meu 'chão', o *start* que me permitiu 'pôr para fora' tudo aquilo que motivou a escrita desse trabalho e estava engasgado. Nessa seção falo a partir do trauma, do mal-estar, do engodo. Falo de uma violência que tentou me silenciar, me calar à força; a censura que historicamente tem 'calado a boca' das mulheres negras.

O segundo capítulo concentra a essência de tudo que escrevi. Foi com aqueles olhos, descritos nesse capítulo, que conduzi todas as reflexões e elaborações teóricas dessa experiência de escrita. É nessa seção que ocorre o mergulho profundo em mim, algo nada fácil de empreender porque me exigiu olhar para dentro de mim mesma para que eu pudesse descrever todos os sentimentos, sensações e percepções. O exercício de olhar para a menina e deixá-la falar, dizer o que ela sentia, foi necessário para que houvesse o resgate da dor. Descrever a dor da menina ajudou a curar a dor da mulher.

No terceiro capítulo traço algumas suposições para pensar o abandono paterno. Trago ao debate a influência dos discursos religiosos, políticos e a construção de mitos que legitimam práticas sociais sexistas e que acabam referendando a não criação/cuidado do pai para com seus filhos.

No quarto capítulo trago as Marias da minha família para o centro das minhas lembranças e reflexões. Iniciar falando da história da minha avó foi muito importante porque quando parei para pensar nela, a história de todas as outras se conectou. E 'descobri' o quanto a nossa família - principalmente as mulheres - está ligada na

figura da avó Maria. A nossa ancestralidade é celebrada e reavivada sempre, sobretudo quando estamos juntos. Nessa seção as Marias fazem o relato de si, ou, escrevem a própria história, e, em alguns trechos, é por meio das memórias das Marias, que falo sobre a minha avó e partes da trajetória da família.

O mais importante de dizer é que ao longo dessa experiência de escrita o corpo situado/localizado é o *lócus* de produção de conhecimento. Reivindico esse lugar como legítimo para pensarmos os vários atravessamentos e sobreposições de opressões por meio do qual torna possível estabelecermos um olhar 'privilegiado'. Por isso, a escrita de si assume esse grau de importância porque valoriza a experiência do corpo marcado e visibiliza determinadas violências muitas vezes naturalizadas em uma sociedade assentada no trauma colonial.

É baseado nessa premissa que promovo no capítulo 5 o desnudamento da minha identidade racial. Não que até então não tenha feito isso, mas, nessa seção essa ação fica muito evidenciada. Discuto aspectos da racialidade na primeira pessoa e assumo o lugar da margem, ou como bem nos ensina Gloria Anzaldúa, assumo o lugar da fronteira. O debate realizado é sobre como opera as nuances do racismo à brasileira e a dificuldade da autoidentificação racial como resultado da história de negação das nossas origens africanas na formação do Estado brasileiro.

No capítulo 6 reflito a partir das memórias guardadas da época em que minha mãe trabalhou como empregada doméstica na casa da minha tia. Retomo aquela época para situar violências outras que são possíveis de acontecer apenas com corpos atravessados por estruturas de opressão muito específicas, que os coloca em situações e lugares de vulnerabilidade/violência muitas vezes invisibilizados. Minha mãe escreve um relato sobre essa época e digo que foi difícil escrever qualquer outra coisa após lê-lo.

Enfim, encerro esse mergulho nas memórias, nas escrevivências e nas histórias das mulheres-mães da minha família na (in) conclusão de conectar os fios. Esse trabalho se transformou em uma grande reflexão sobre esse indivíduo híbrido, de múltiplas identidades, que é a mãe. Iniciei o doutorado pensando em escrever a respeito das questões subjetivas sobre a maternidade - muito motivada pela minha própria - mas fui levada a escrever sobre a "sujeita" mãe. Percebi que o padrão de maternidade que penaliza, culpa e explora as mulheres (característica das sociedades ocidentais) é somente mais um aspecto das relações de dominação patriarcal estabelecida pelo colonialismo europeu. Ademais, existem outros

elementos que transformam a maternidade praticada nos trópicos em um estado de superexploração das mulheres que devem ser considerados quando falamos sobre o que é ser mãe. Em síntese, evidenciar esses aspectos que tornam a maternidade um total desamparo (social e institucional) às mulheres somente é possível quando falamos a partir da experiência do corpo. Portanto, aqui, nestas páginas, a “indivídua” mãe tem nome, sobrenome e história.

1 Pode a Subalterna falar? breve crítica à ciência sem corpo e a busca pela razão decolonial

Muitas vezes pensadores negros temem que nosso trabalho não seja levado a sério por um público maior, ou que ele seja julgado de certa maneira deficiente. Esses temores inibem a produção intelectual. Escrevendo ensaios que incluem reflexões confessionais senti-me, a princípio, insegura a respeito de se eles falariam a um público além de mim mesma e meus amigos. Quando publiquei minha primeira coletânea de ensaios: *Talking Back* (Retrucando), surpreendi-me com as muitas cartas que recebi de negras, discutindo o ensaio, sobre as dificuldades que enfrentei como estudante universitária. Jorravam histórias de perseguição de professores pares e colegas profissionais. A norma geral eram relatos sobre negras sendo interrogadas pelos que procuravam determinar se ela era capaz de concluir o trabalho, pensar logicamente, escrever coerentemente. Essas formas de importunação muitas vezes solapam a capacidade das negras de transmitir a certeza de talento e domínio intelectual (HOOKS, 1995, p. 472).

Escolhi iniciar as primeiras páginas deste trabalho com a citação do artigo de bell hooks, "Intelectuais Negras", porque o trecho expressa exatamente o meu sentimento quando me defrontei com a possibilidade de escrever um ensaio. Ou qualquer outro tipo de texto que fugisse dos parâmetros acadêmicos que eu mesma já estava fatigada de ter que reproduzir. Em outras palavras, posso dizer que a decisão de realizar um ensaio como tese (se é que posso chamar assim) não foi fácil. Ao olhar para minha trajetória como estudante de Doutorado, percebi que desde o primeiro momento tentei me furtar de desenvolver um trabalho que incluísse aspectos subjetivos em seu desenvolvimento porque acreditava que não seria entendido como 'científico'. Pois é exatamente assim que nos ensinam, a produção científica é completamente descolada de um corpo que sente, vive e exhibe suas marcas. Nos é orientado desde quando ingressamos na carreira acadêmica que a subjetividade de quem pesquisa e a do pesquisado devem ser suprimidas em busca da tal objetividade científica ou da tão almejada 'verdade'.

Entretanto, sempre acreditei na possibilidade de produzir conhecimento a partir de outros lugares. Então, desde sempre trouxe o desejo de escrever algo a partir de minhas reflexões, ou mais autoral. Por isso o texto de bell hooks me tocou tanto, porque o meu conflito interno coaduna com o drama descrito pela autora. A possibilidade de fugir do modelo de produção acadêmica, que aprendi e reproduzi durante a maior parte da minha trajetória, despertava a sensação de dúvida e insegurança, ou seja, o meu saber seria encarado como algo com expressão

acadêmica, ou agradaria apenas aos meus companheiros fiduciários daquilo que denomino de epistemologia da resistência? Paralelo a isso, também havia o medo de produzir um estudo com o intuito de repensar as bases do positivismo acadêmico, mas, que ao fazê-lo, eu acabasse reproduzindo as mesmas bases científicas que tenho criticado.

Daí refleti sobre o quanto colegas (sobretudo as mulheres negras) da pós-graduação poderiam estar vivendo o mesmo dilema, como bem relatado por bell hooks. Nesse artigo a autora descreve a dificuldade das mulheres negras em se interessarem pela vida acadêmica. A autora aponta alguns motivos da postura resistente das mulheres negras à escolha pela intelectualidade. Um dos motivos assinalado por hooks é porque as mulheres negras desde muito novas são convencidas a não se enxergarem como potenciais formuladoras de saberes. As mulheres negras recebem um tipo de socialização sexista (e racista), em que somos condicionadas a entender que devemos estar sempre prontas para o cuidado e não para a reflexão.

Apesar de não ter recebido essa educação diretamente da minha mãe, que afirmava sempre que eu deveria priorizar os estudos, nas palavras dela: "para jamais depender de homem nenhum" é bem real em sociedades que viveram o evento cruel e assassino da colonização e escravização de pessoas negras o fenômeno conhecido como 'lugares sociais determinados'. Ou seja, cada indivíduo tem seu lugar numa sociedade supremacista branca, e o lugar das mulheres negras é o de servir e o do cuidado. Portanto, a despeito dos conselhos de minha mãe, acabo reproduzindo o lugar do cuidado em tempo integral. Somado a isso, como minha mãe sempre trabalhou fora, eu tive que aprender a cuidar da casa desde bem cedo, e depois que me tornei mãe, percebi que exacerbou em mim a preocupação com os afazeres domésticos. É como se eu fosse a única a carregar a responsabilidade de garantir um ambiente limpo e organizado o tempo inteiro, mesmo não sendo cobrada em relação a isso. As forças que nos tornam ser o que somos são tão fortes que construíram no meu inconsciente a ideia quase obsessiva de que tudo deve estar sempre muito organizado e limpo. Enfim, o reflexo disso, é que jamais início o trabalho intelectual se tiver alguma demanda da minha filha ou qualquer afazer doméstico pendente.

Com efeito, bell hooks sublinha que, como garantia da reprodução dos afazeres domésticos e dos cuidados, persiste a existência de determinados sujeitos,

como a empregada doméstica e a babá - são a atualização das mucamas e mães pretas do período escravagista - figuras transistóricas que asseguram a estrutura do cuidado. A autora afirma que a existência dessas profissões ainda é a prova de que as mulheres negras sempre foram colocadas no lugar de servir. Historicamente, elas nunca foram vistas como indivíduos capazes de formular o pensamento crítico. É como se esse lugar não lhes pertencesse.

Outra questão que hooks destaca é o fato de que a escrita das mulheres negras é muito discriminada. Por conta de se basearem amplamente em suas experiências pessoais, os trabalhos produzidos pelas autoras negras ainda são colocados à prova ou postos em dúvida pela academia. Isso faz com que nós, escritoras negras, assumamos o posicionamento do anti-intelectualismo. No trecho a seguir a autora sublinha que:

Embora hoje, mais do que nunca, haja sem dúvida muito mais negras acadêmicas, elas são na maioria das vezes, anti-intelectuais (uma posição que é frequentemente consequência do sofrimento que suportaram como alunas ou professoras encaradas com desconfiança e desprezo por seus pares). Na vida diária podem insistir que o trabalho que fala diretamente a experiência concreta é mais valioso que as formas de trabalho intelectual não produzidas para ser comercializadas para um público de massa. Diante da falta de endosso e apoio públicos, constantes, as negras que escolhem vocações intelectuais quando enfrentam esse trabalho, em isolamento, em espaços privados, não admira que negras individualmente se sintam oprimidas por dúvidas, que esses espaços intensifiquem receios de incompetência, receios de que suas ideias talvez não mereçam ser ouvidas (HOOKS, 1995, p. 472).

No que concerne a questão do descrédito relacionado ao trabalho produzido pelas intelectuais negras, Patricia Hill Collins nos ensina que uma vez que os homens brancos controlam as estruturas de validação do conhecimento ocidental, seus interesses permeiam temas, paradigmas e epistemologias do trabalho acadêmico tradicional. Dessa forma, as experiências das mulheres negras americanas, latino-americanas ou mulheres negras da diáspora tem sido desqualificadas ou até mesmo excluídas daquilo que os acadêmicos chamam de conhecimento (COLLINS, 2018, p. 139).

É fato que depois que submergi nos escritos das autoras do feminismo negro entendi muito bem o porquê do meu desejo de produzir um texto mais orgânico e incorporado era (ou é?) tão malvisto e criticado por acadêmicos, e até mesmo por colegas da pós-graduação. Primeiro porque são eles, os homens brancos, que dominam o campo e, por isso, colocam a ciência a serviço de seus próprios interesses, como apontado por Patricia Hill Collins. Aliás, é importante sempre

termos em mente que os interesses citados pela autora são aqueles ligados à perpetuação do próprio sistema eurocêntrico-branco-racista-classista que sustenta a academia. Então, trata-se de quem tem a permissão de produzir conhecimento e quem não tem.

Por isso, dentro desse sistema eurocêntrico-branco-racista-classista, as mulheres negras historicamente têm encarado a realidade de ter o seu "fazer ciência" subjugado. Durante os dois primeiros anos do meu Doutorado tive que lidar com essa realidade. Ao me posicionar quanto ao encaminhamento teórico (totalmente ancorado no feminismo negro) do trabalho de pesquisa me deparei com um tipo de violência que até então ignorava; o epistemicídio. De acordo com Sueli Carneiro:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 96).

No meu caso, o epistemicídio fora provocado por conta da minha condição de mulher, negra, periférica e mãe. O que acontece é que o meu corpo atravessado por tantos marcadores da diferença me coloca no lugar do *infans*, como nos alerta Lélia Gonzalez (2018, p. 193). Ao descrever a localização dos negros na sociedade brasileira – a lata de lixo da sociedade - a autora assinala que, devido a esse lugar o povo negro é constantemente infantilizado. A autora assinala que *infans* significa aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos. Então, para a academia eurocentrada-patriarcal-branca, o meu corpo de mulher negra é entendido como aquele incapaz de produzir conhecimento sem ser tutelada. É por isso, que a produção de saberes deve ser referendada por aqueles que são reconhecidos como detentores do legítimo saber, ou, o homem branco.

Ao comunicar ao antigo orientador a respeito do meu desejo de escrever sobre maternidade, baseada no pensamento feminista negro, imediatamente minhas ideias foram rechaçadas e desqualificadas. Tive que ouvir que aquelas autoras que usaria como base epistemológica da pesquisa não configuravam fontes válidas de conhecimento. Ainda de acordo com o posicionamento elitista-sexista-racista do

meu ex-orientador, as perspectivas dessas autoras, baseadas em suas experiências como mulheres-mães-negras, não poderiam ser consideradas como conhecimento científico. A perspectiva correta que deveria utilizar como embasamento dos meus estudos, segundo o orientador, deveria ser a do alemão Karl Marx.

Desse modo, escrever sobre maternidade, sendo orientada por aquele professor, somente seria possível a partir do embasamento marxista. E, também por meio de autores cujo ponto de ancoragem das reflexões sobre maternidade estavam na economia. Em outras palavras, seria a maternidade discutida a partir do viés economicista. Ademais, com o passar do tempo me dava conta de que todos os autores recomendados para o embasamento teórico da minha pesquisa eram homens-brancos-europeus, amplamente fundamentados no pensamento marxista. Assim, o desejo de falar sobre maternidade a partir da minha própria experiência fora completamente silenciada...

Por conseguinte, a minha ponderação, receio e por vezes o meu anti-intelectualismo não era nada mais do que o reflexo dessa história e de algumas outras anteriores a esta. Por conta do epistemicídio sofrido, durante muito tempo, acreditei que jamais teria a capacidade de me tornar acadêmica, ou de me tornar professora universitária. Muitas vezes me utilizei do auto boicote, como, por exemplo, não participar de algumas atividades acadêmicas que impulsionariam minha futura carreira porque achava que a academia não era o meu lugar, que eu não tinha a capacidade de ocupar aquele espaço.

Depois de refletir, entendi que praticava o auto boicote, basicamente, por dois motivos. Primeiro, porque durante toda a minha trajetória acadêmica as minhas reflexões foram direcionadas a seguir um caminho predeterminado por um orientador (a). Nunca me fora permitido a liberdade de pensar, de maneira que eu mesma pudesse direcionar minhas próprias pesquisas. O processo se dava sempre da mesma maneira, o orientador (a) determinava as referências, a metodologia de pesquisa, o objeto, os objetivos, o modelo de escrita, e tudo mais que compõe uma pesquisa acadêmica. A minha margem de liberdade sempre ficava restrita às seis ou sete páginas das "considerações finais".

O segundo motivo do auto boicote é o fato de eu ser mãe. Lembro-me que resisti muito em participar do processo seletivo para o Doutorado. Simplesmente porque não acreditava em mim mesma. O pensamento sempre ia em direção a comparar a minha vida com a vida dos colegas. Tinha a certeza de que não teria

condições de acompanhar o ritmo de estudos por ter de cuidar de uma criança de dois anos em tempo integral. Outra insegurança estava relacionada a não conseguir participar de grupos de pesquisa, dos debates, ou até mesmo de escrever os artigos porque o meu tempo era ínfimo. Todos esses sentimentos não podem ser entendidos como apenas "um complexo de inferioridade", que aliás é muito comum a nós mulheres (principalmente negras). Mas também, devemos entender essa miscelânea de pensamentos destrutivos como o reflexo do tratamento da academia para com as mulheres negras pelo fato de expressarmos o desejo de refletirmos a partir de outras cosmologias.

Mas, falando ainda sobre as reflexões que povoaram minha cabeça no período que antecedeu ao início do Doutorado e que permaneceram durante os dois primeiros anos do curso, a questão do pouco tempo que as mulheres têm disponível para ser dedicado ao trabalho intelectual é um fato que merece discussão. É sabido que o trabalho intelectual nos exige um tempo de isolamento para que possamos elaborar um pensamento crítico sobre determinado assunto. Quem segue a carreira acadêmica sabe muito bem a importância do isolamento por algum tempo, com o intuito de elaborar argumentos, selecionar a literatura, para que haja a possibilidade de exercitar o árduo trabalho mental de construir um texto. Entretanto, para nós mulheres negras (mães), não nos é permitido ter esse tempo de isolamento. Todavia, esse tempo não é bem visto pela nossa família ou comunidade. Como já mencionei, a educação sexista-racista nos ensina que o trabalho mental/isolamento somente é permitido depois que realizamos os nossos afazeres domésticos e os cuidados com as crianças ou idosos. Bell hooks elucida essa questão no trecho abaixo:

A socialização sexista inicial que ensina as negras e, na verdade, a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade (HOOKS, 1995, p. 471).

Assim, baseado na narrativa da minha trajetória acadêmica, fica nítido o resultado da assimilação da ideia - cuidadosamente construída pelo cânone da ciência branca europeia - de que o conhecimento só é válido se for produzido apoiado em regras predeterminadas e corpos específicos (brancos). E, é fato que

isso desmotiva quem não se enquadra nesse perfil, ou seja, nós mulheres negras.

Sob a justificativa da preservação de uma suposta imparcialidade e objetividade nos resultados obtidos pelos estudos acadêmicos, é que o cânone científico assume esse posicionamento. Mas, defendo aqui que, na verdade, este conhecimento produzido sob rígidas regras, é um conhecimento produzido especificamente por determinados corpos, em determinados lugares e obedecendo determinadas epistemologias.

Durante minha trajetória acadêmica, o que mais me incomodava quando pensava em intelectualismo, ou produção de conhecimento, era o fato de que minha pesquisa falava diretamente comigo. E, a depender do encaminhamento teórico que escolhesse (como mencionei anteriormente), poderia significar o apagamento da minha própria experiência como sujeito.

Desse modo, assim como as autoras precursoras do feminismo negro, que constroem o conhecimento a partir de um ponto de vista, no presente trabalho de tese a maternidade será pensada e discutida apoiada no meu lugar de fala. Mais do que isso, é uma tese cujo ponto de partida é o meu corpo marcado. O meu ensaio também parte de uma base ancestral, pois, as grandes inspiradoras que me fazem pensar em inúmeras questões que aparecem como machismo, racismo, abandono paterno, preconceito de classe, identidade racial, maternidade são as mulheres da minha família.

Assim trago para a discussão a fala das mulheres da minha família, é o que Oliveira (2007) chama de epistemologia da ancestralidade. Em suma, é o conhecimento construído a partir das histórias e trajetórias de vida da minha avó, da minha mãe, das minhas tias e a minha. Ademais, me utilizo da escrevivência de Conceição Evaristo, e é o que chamarei de "artifício" de produção de saberes", o que traduzido para a linguagem da ciência branca ocidental seria o "método". Pois, esse valioso artifício de produção de saberes, a escrevivência, nos permite observar o entrelaçamento entre as histórias de mulheres comuns e as diversas estruturas de opressão arraigadas na sociedade brasileira. O racismo, o sexismo, o ódio de classe aparece nitidamente quando as mulheres negras constroem as suas próprias narrativas. Portanto, a escrevivência constitui um "fazer científico" riquíssimo porque o saber é construído a partir das marcas carregadas nos corpos dessas mulheres. De acordo com Soares e Machado (2017, p. 206): "A escrevivência, em meio a

diversos recursos metodológicos de escrita, utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres."

As autoras acrescentam que a escrevivência expressa um grandioso potencial de reelaboração dos lugares de pesquisa/pesquisadora:

A escrevivência marcadamente carrega, assim, uma dimensão ética ao propiciar que a autora assume o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um "nós" compartilhado. Além disso, autoras reconhecem que essa metodologia coloca em perspectiva a dicotomia entre sujeito de pesquisa/pesquisadora, ao transformar discursos sobre mulheres negras em narrativas em primeira pessoa (SOARES; MACHADO, 2017, p. 207).

Enfim, tenho ciência de que esse "artifício" de produção de saberes expõe à luz do dia o incômodo ocasionado pela escrita das mulheres negras à academia classista-racista-patriarcal. Mas, afinal, como nos ensina Conceição Evaristo (2007, p. 21): "A nossa Escrevivência não pode ser lida como histórias para "ninar a casa grande", e sim para incomodá-los em seus sonos injustos."

1.1 O saber-corpo em contraposição à ciência positivista

Todos aqueles que se arriscam em embarcar nessa jornada chamada de pós-graduação sabe que a academia impõe regras rigorosas, tanto no que se refere a escrita, quanto na condução do trabalho de pesquisa em si. Mas, falando precisamente sobre a escrita, de acordo com as regras ditadas pelos teóricos da academia, todos aqueles que pretendem desenvolver a escrita nos parâmetros científicos, devem utilizar a terceira pessoa para que se garanta a impessoalidade do texto. Aprendemos que na escrita acadêmica exige-se aos pesquisadores que se mantenha o texto focado nos fatos e nas evidências em detrimento de opiniões pessoais.

De acordo com os acadêmicos formuladores de regras - homens-brancos-europeus - o texto científico deve manter a objetividade para evitar o tão temido viés. Eles afirmam ainda que a objetividade na escrita garante a credibilidade das informações e das conclusões trazidas pela pesquisa. Todos nós estudantes fomos doutrinados a pensar nesses parâmetros, e por isso, se porventura, nossos textos

assumem um tom mais reflexivo ou pessoal, está decretada a perda da "cientificidade". A cientificidade positivista tornou-se para a academia sinônimo de credibilidade.

Como Foucault nos alerta, penso que conhecimento é poder. É sobre poder e controle que estamos falando. Mas, façamos um exercício reflexivo, caros leitores. Partimos do pressuposto de que seres humanos criaram as ciências como tentativa de controlar o mundo. Daí, um grupo cria, a partir do seu entendimento, como se deve controlar o mundo, ou, seja, por meio das Ciências Exatas como a matemática, física, química. E, logo depois, outro grupo formula o seu entendimento de como podem controlar o mundo, aí nascem as ciências sociais e humanas, Antropologia, Sociologia, História, Direito etc. Podemos dizer que foi dessa maneira que se instaurou a celeuma histórica entre duas posições, a chamada posição empírica e a chamada posição idealista, o que Bakhtin denomina de objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista. É importante atentarmos para o fato de que o objetivismo na pesquisa toma forma tanto ao impor o rigor metodológico como garantia de alcance da verdade na ciência, quanto na formatação da escrita, em que o pesquisador está "proibido" de expressar posicionamentos pessoais. Essa cientificidade positivista tornou-se para a academia sinônimo de verdade. Há de se manter a todo custo o rigor metodológico, dizem os detentores do saber-poder!

Além disso, notemos que o positivismo está presente, não somente nas ciências da natureza, mas avançou para as ciências sociais e humanas. Os leitores devem estar pensando: mas a Antropologia desconstruiu esses dogmas da ciência positivista. Por meio do método etnográfico, os Antropólogos trouxeram os sujeitos para o interior dos trabalhos acadêmicos, e, assim, método e escrita tornaram-se mais subjetivos. Lembremos que a antropologia nasceu da necessidade do colonizador europeu dominar a lógica de mundo dos povos cujos territórios tinham sido tomados.

Em suma, havia a necessidade de o colonizador conhecer a cultura, a religião e os costumes dos povos ditos "primitivos", com o intuito de dominá-los. Em outras palavras, o neocolonialismo europeu impulsionou o surgimento de uma ciência que, pelo menos no seu nascedouro, foi completamente instrumentalizada. Dewulf (2014, p. pág. 131) ilustra bem essa questão e afirma que com o pós-colonialismo os países que conquistaram sua independência acusaram os antropólogos de "imperialistas de dados". Ou seja, como se não bastasse o saque em termos de

riquezas materiais, os antropólogos ocidentais fizeram carreira - em nome da ciência - às custas das riquezas culturais dos países colonizados. Com o advento da Antropologia, talvez o método tenha se tornado mais empirista sim, mas, manteve-se o dogmatismo positivista na escrita. Dessa maneira, arrisco em dizer que o método etnográfico incorporou as premissas da ciência positivista, isto é, a adoção de escrita e maneira de produzir conhecimento dogmáticos.

Clovis Moura vai ainda mais longe com relação a crítica à atuação dos Antropólogos nas primeiras décadas do século XX. O autor critica alguns conceitos utilizados pela Antropologia, pois conceitos como sincretismo, assimilação, acomodação e aculturação são insuficientes e equivocados para explicar as relações étnico-raciais no Brasil. Além disso, o autor sublinha que quase todo o pensamento social brasileiro foi influenciado pela ideologia do colonialismo graças à atuação de Antropólogos e Sociólogos. De acordo com Moura:

A revisão desses conceitos [mencionados acima] tão caros a uma certa ciência social colonizadora, usada pelo colonizado, remete-nos à própria origem da Antropologia e à sua função inicial de municionadora do sistema colonial, à atividade prática que exerceu no sentido de racionalizar o colonialismo e à necessidade de uma reavaliação crítica do seu significado no conjunto das ciências sociais. A sua posição eurocêntrica e umbilicamente ligada à expansão do sistema colonial deixou, como não podia deixar de ser, uma herança ideológica que permeia e se manifesta em uma série de conceitos básicos, até hoje usados pelos Antropólogos em nível significativo (MOURA, 2019, p. 60).

O curioso é que a Antropologia é criticada pelas ciências exatas e pelas ciências sociais e humanas por conta da ênfase conferida às subjetividades. Dizem os críticos da Antropologia que não se pode “extrapolar” as realidades descritas pela pesquisa etnográfica, pois não é possível, por meio dela, retratar a totalidade social. Já a Antropologia e alguns ramos das Ciências Sociais, criticam os defensores de uma ciência mais objetivista (como se a própria antropologia também não fosse), alegando que o foco nos resultados baseados apenas em dados estatísticos não são capazes de dar conta dos casos desviantes, que por vezes são fundamentais para entender determinado fenômeno social.

Mas, preciso fazer a ressalva de que houve um movimento de crítica à escrita etnográfica nascida no interior da Antropologia no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 (MULLER, 2019, p. 302). Um bom exemplo desse movimento é a obra editada por James Clifford e George Marcus, *“Writing Culture: poetics and politics of*

ethnography” em que os autores organizaram um série de ensaios que buscaram traçar um panorama do que e como a Antropologia vinha produzindo os textos a partir das pesquisas etnográficas. Entretanto, no Brasil essa produção não ganhou eco a ponto de influenciar os Antropólogos a repensarem o rigor acadêmico e o caráter extremamente cientificista impresso em seus textos etnográficos. Nas palavras de Muller:

Ironicamente, a reflexão sobre a escrita etnográfica parece ter influenciado novas gerações de antropólogos a prestarem maior atenção às dinâmicas de inserção em campo, mais do que a adotarem estilos ou estratégias literárias distintas da escrita acadêmica tradicional. Ou seja, passou-se a analisar mais criticamente não aquilo que os textos antropológicos clássicos revelam, mas aquilo que ocultam sob o manto da objetividade científica: as negociações da posição do etnógrafo na sociedade pesquisada e suas condições intersubjetivas de observação e interação (MULLER, 2019, p. 303).

A despeito de toda essa polêmica entre diversos campos de conhecimento, a meu ver, a incorporação do objetivismo científico ou do cientificismo positivista na produção de conhecimento no campo das Ciências Humanas e da Saúde Coletiva, tem tido como resultado a uniformização dos trabalhos acadêmicos. Nossas dissertações e teses ficam todas muito parecidas, na estética e no formato. Apesar de as temáticas serem diferentes, os trabalhos acadêmicos seguem a mesma configuração. Em suma, escrevemos duzentas, trezentas ou até quatrocentas páginas de conteúdo teórico, mas que apenas dez são destinadas a expor nosso posicionamento. Assim, o que de fato pensamos sobre o assunto no qual escrevemos durante tanto tempo, está resumida nas “considerações finais”. Dessarte, cada vez mais somos instruídos a produzir um trabalho que ao fim e ao cabo se resume em um enorme aglomerado de referências bibliográficas, ou um acúmulo enorme de conteúdo bibliográfico, mas com pouquíssima reflexão a respeito daquilo que estamos estudando.

Donna Haraway em seu artigo, "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial" discute muito bem a questão da "objetividade"/imparcialidade para a ciência e como estes se tornam conceitos totalmente vazios de sentido quando estamos falando da pesquisa feminista. A autora menciona que as feministas têm empreendido muito esforço em criticar o termo e explicar o significado do mesmo para as suas pesquisas. Para a autora "o saber é policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento, e

na opinião de Haraway, são eles, um grupo pequeno de cientistas masculinistas que tem o poder de ditar as regras da pesquisa acadêmica (HARAWAY, 1995, p. 12).

A pretensa imparcialidade ou objetividade do cânone científico, de acordo com a autora, não é nada menos do que uma visão parcializada do fenômeno, é a visão do dominador ou, a perspectiva do homem-branco-europeu. É a imparcialidade do sujeito que se entende como universal. Ou seja, para que a visão de mundo do homem-branco-europeu se torne hegemônica, cria-se o mito de que o conhecimento somente é possível de ser construído a partir da objetividade científica. E, para isso, nega-se o lugar de fala dos indivíduos pesquisados, ou lhe é negada a prerrogativa de sujeito potencialmente capaz de produzir conhecimento. Por outro lado, ao darmos voz e ouvidos aos silenciados, como reivindicado por Donna Haraway, há a manifestação de um conhecimento capaz de evidenciar "situações extraordinárias", isto é, que nos leva ao conhecimento não regular, ou aquele que está fora do estabelecido pelo cânone científico. Nas palavras da autora:

[. . .] precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para construção de mundos menos organizados por eixos de dominação (HARAWAY, 1995, p. 27)

É interessante também a defesa que a autora faz da versão corporificada da objetividade. Esta é uma perspectiva contrária àquela verdade científica sem corpo e dita imparcial. Donna Haraway defende a "objetividade corporificada". Ou seja, esta é uma perspectiva que leva em consideração os corpos marcados, com seus saberes (que são localizados), culturas, e trajetórias.

A autora insiste na importância de se localizar os saberes, em que políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido. A defesa é por uma visão a partir de um corpo, que não é neutro nem distanciado de sua realidade, ao contrário, está organicamente imbricado nessa realidade. Donna Haraway assinala que, olhar através da lente da teoria feminista, ou dos feminismos tem como meta a construção de uma ciência que considere outras visões de mundo. Segundo a autora:

Assim, posição diz respeito a vulnerabilidade; posição resiste à política de fechamento, finalidade ou, para tomar emprestado a Althusser, a objetividade feminista resiste à simplificação em última instância. Isso porque a corporificação feminista resiste à fixação e é incansavelmente

curiosa a respeito das redes de posicionamentos diferenciais. Não há um ponto de vista feminista único porque nossos mapas requerem dimensões em demasia para que essa metáfora sirva para fixar nossas visões. Mas a meta de uma epistemologia e de uma política de posições engajadas e responsáveis das teóricas feministas de perspectiva permanece notavelmente potente. A meta são melhores explicações do mundo, isto é, ciência (HARAWAY, 1995, p. 1).

A partir das reflexões elaboradas por Donna Haraway, o privilégio da perspectiva parcial nos demonstra que o olhar dito imparcial (e universal), presente nas pesquisas científicas positivistas, tem causado inúmeros silenciamentos. E, por isso, somente a objetividade corporificada é capaz de dar voz e ouvidos aos corpos que são silenciados em nome da manutenção de uma objetividade científica.

Para Gloria Anzaldúa - e aí já estamos falando de um conhecimento construído a partir do corpo de uma mulher, lésbica, latino-americana e nascida na fronteira entre Texas e o México - "o conhecimento" incorpora a autorreflexão, imaginação, intuição, experiências sensoriais, pensamento racional, ação direcionada para o exterior e questões de justiça social (KEATING, 2006, p. 11) .

De acordo com o entendimento de Anzaldúa o conhecimento é produzido a partir de contextos de opressões e envolve uma profunda implicação subjetiva. Para a autora é possível produzir saberes ancorada nas dimensões imaginárias, espirituais e políticas de quem está produzindo o conhecimento. É perceptível nos textos de Anzaldúa seu profundo envolvimento, em termos corporais, com aquilo sobre o qual está refletindo. E mais, o seu texto: "Falando em línguas, uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo", representa um chamado a todas nós mulheres (intelectuais ou não) a produzirmos o conhecimento sem as amarras do saber canônico branco-eurocentrado.

Maria Aparecida Bento, mulher negra, Psicóloga e uma das pioneiras dos estudos da chamada "Psicologia preta" em seu texto "Branqueamento e branquitude no Brasil" cita o texto de Montánhez (1990) em que este autor sublinha que o referencial do pesquisador tem estado sistematicamente instalado naquilo que tem representado o poder masculino-branco-europeu. E, sabemos bem que este olhar é o do opressor que desde a colonização tem buscado escamotear seus interesses, desconsiderando ou deturpando as consequências de suas ações genocidas e usurpadoras, além de culpar e desvalorizar o sujeito colonizado (BENTO, 2019, p. 53). Maria Aparecida ainda cita as palavras de Montánhez:

Montánhez ainda nos instiga a fazer diferente, a não optar pelo lugar do pai europeu, e sim, pelo da mãe índia ou negra. "Optar pela mãe' é procurar

compreender a dominação do ponto de vista do dominado, permitindo-lhe explicitar seus próprios mecanismos de defesa e de ataque à dominação. É, também, considerar essa fala como elemento constitutivo da relação entre dominador e dominado e não como fonte da confirmação das "constatações" do olhar masculino branco. É tentar desvelar a contradição e o conflito que as relações estabelecem, sem escondê-los, justificá-los ou excluí-los (BENTO, 2019, p. 54).

Eu "optei pela mãe", e isso significa assumir o meu próprio lugar de "sujeita colonizada". É exatamente isso que essa experiência de escrita vai tentar fazer. O meu lugar e o lugar de outras mulheres da minha família sendo teorizado a partir da experiência de nossos corpos. Tenho total consciência que isso implica em desvencilhar-me de certas amarras impostas e apreendidas durante a minha trajetória acadêmica.

Entretanto, é necessário lembrar que essas amarras - do saber canônico branco-eurocentrado - representadas tanto pelo método quanto pela escrita científica são muito difíceis de serem quebradas. Lembro-me que antes de iniciar a escrita deste trabalho, a todo momento que me colocava a pensar na escrita, me dava conta que continuava conduzindo-o nos moldes da ciência positivista, da objetividade científica, do pensamento totalmente colonizado. Pensava: mas afinal o que tanto me inquieta? A inquietação era porque a minha pesquisa não cabia nas "caixinhas" predeterminadas pelos métodos científicos. Esta é uma pesquisa em que a maternidade não é pensada a partir das políticas públicas, ou na objetificação do corpo da mulher, ou num viés economicista. Porque nenhuma dessas perspectivas dá conta de discutir a maternidade do ponto de vista da própria mãe. Desnudar os mitos e as possíveis opressões as quais estamos todas, mulheres-mães, expostas não pode ser de outra maneira que não seja por meio de uma escrita livre, parcial e subjetiva. Assim, cheguei à conclusão de que o "artifício" da escrevivência é o único que cumpre com o intento desejado.

Há muito tempo parte da academia, mais especificamente, autores e autoras negras, discutem a coisificação dos estudos do negro no Brasil. Guerreiro Ramos, em 1957 já chamava a atenção para dois tipos de pesquisas realizadas no país sobre o povo negro. Nas palavras do autor:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelação perpetrada por literatos e pelos chamados Antropólogos e Sociólogos. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe tem

permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida (RAMOS, 1995, p. 171).

Por isso, a coisificação do sujeito "mãe" não me interessa. Aqui me interessa falar da maternidade-vida, ou da maternidade como realidade efetiva, parafraseado Guerreiro Ramos. À vista disso, novamente aciono Patricia Hill Collins para nos ajudar a entender a reflexão que faço a respeito da importância de se produzir conhecimento sem anular o "corpo que fala", ou, o saber-corpo. Em seu texto "Epistemologia Feminista Negra" a autora ressalta a dificuldade de nós pesquisadoras negras em validarmos o conhecimento que produzimos nos parâmetros do cânone masculinista-branco-europeu. Nós, acadêmicas negras, podemos ter convicções de que determinado fato é verdadeiro, segundo os padrões aceitos pelas mulheres negras, entretanto, encontramos dificuldade de legitimar nossas convicções baseadas nas normas acadêmicas predominantes. Isso se deve porque cada novo conhecimento produzido deve condizer com um conjunto de conhecimentos pré-existentes e aceitos como verdadeiros pelo grupo que controla o campo de conhecimento. Então, muitas questões que aparecem a partir de uma pesquisa baseada na experiência de ser mãe podem ser completamente invisibilizadas em pesquisas ditas quantitativas, e até mesmo nas pesquisas denominadas de qualitativas pode ocorrer esse apagamento. Vejamos um exemplo citado por Patricia Hill Collins:

Observe, por exemplo, as diferenças entre a maneira como as mulheres negras estadunidenses interpretam suas experiências como mães solteiras e a maneira como as pesquisas em ciências sociais geralmente analisam a mesma realidade. Enquanto as mulheres negras enfatizam a sua luta contra a discriminação no mercado de trabalho, pensões alimentícias insuficientes, moradias precárias e violência urbana, demasiadas pesquisas em ciências sociais parecem hipnotizadas por imagens de "mulheres preguiçosas que dependem da ajuda do governo" (COLLINS, 2018, p. posição 2944).

Percebemos que as individualidades narradas a partir das experiências das mulheres negras, citadas pela autora, são apagadas por conta do uso de uma metodologia que enfatiza possíveis padrões de abuso de benefícios concedidos pelo Estado. O mesmo acontece ao pensarmos como são conduzidas as pesquisas sobre maternidade. Existe uma gama de autores consagrados na Europa que estudam as políticas de *Welfare State* há anos, e que desde 2010 começaram a dar ênfase à maternidade. São estudiosos que consideram importante que os estados invistam em políticas de proteção à maternidade porque, por meio de seus estudos econométricos, ficou demonstrado que ao investir nessas políticas os Estados

exibem um incremento direto no que tange ao seu Produto Interno Bruto (PIB). Em termos de frente de luta política esse argumento não é de todo mal. Os ideais liberais de produtivismo e gerencialismo, tornam os números meios eficazes de validação e convencimento no que concerne a determinado conhecimento. Com isso, dizer que investimento estatal em creche aumenta a riqueza do país é muito útil para o avanço da luta política, porque assim conseguimos argumentos hegemonicamente aceitos de que investir em creche angaria lucro à sociedade..

No entanto, ao focarmos nossos discursos políticos em pesquisas desse tipo estamos apagando individualidades que, no caso de políticas de proteção à maternidade, são imprescindíveis. Afinal, políticas de proteção à maternidade não se resumem em investimento apenas em creches. Envolve também questões de mudanças culturais, tais como divisão de cuidados com as crianças e das tarefas domésticas, licenças parentais com possibilidade de divisão igualitária do tempo dedicado ao filho, igualdade salarial entre homens e mulheres. Sem falar na questão racial que atravessa a maternidade de mulheres negras no sentido de que são elas que mais perdem seus filhos vítimas da violência de Estado. Todas essas transformações passam pela mudança na consciência coletiva, no que se refere ao que entendemos por maternidade, e a superação da chaga do racismo estrutural.

A meu ver, essa virada cultural só é possível se lançarmos um olhar mais voltado para as individualidades/subjetividades das mulheres. Faz parte do "fazer ciência corporificada" apurar o que significa ser mãe para mulheres de diversas identidades, mães negras, mães solo, mães lésbicas, mães transexuais, e assim por diante. Também faz parte direcionarmos nossos olhares para as diversas intersecções que os marcadores sociais da diferença inferem sobre as mulheres. Qual o efeito da articulação desses marcadores da diferença sobre a vida das mulheres dentro de sua diversidade de identidades? Sobre isso, retomo Patricia Hill Collins:

As teóricas sugerem que as mulheres são mais inclinadas a experimentar duas formas de saber: uma localizada no corpo e no espaço que ele ocupa, e outra que vai além dele. As mulheres fazem a mediação entre essas duas formas de saber por meio de múltiplas maneiras de exercer a maternidade, e utilizam suas experiências vividas cotidianamente para avaliar formulações mais abstratas. Tais formas de saber dão espaço para a inclusão de aspectos subjetivos entre quem conhece o seu objeto de conhecimento, situam os saberes nas próprias mulheres (e não em autoridades superiores) e são experimentadas diretamente no mundo imediato (e não por meio de abstrações) (COLLINS, 2018, p. posição 3062)

Isto posto, retomando os meus conflitos com relação à tese, posso resumir que o desafio configurado diante de mim está centrado em desenvolver um estudo em que eu abandonaria o cientificismo acadêmico positivista (ou pelo menos tentaria abandonar) tanto na escrita quanto no encaminhamento teórico. Utilizarei outras fontes de conhecimento que conduzirão minhas reflexões a respeito da temática escolhida. A oralidade também é uma característica marcante, porque sem dúvida é ela que irá conferir vida ao texto. A reivindicação de que a tese tenha um corpo tornou-se o horizonte. Isso significa transformar em saber-corpo as reflexões e discussões a respeito da maternidade. O que tem a dizer o corpo que carrega o "ser mãe"? Dar um corpo ao que está sendo escrito significa falar de trajetória e ancestralidade. Então, aqui falarei sobre maternidade, a partir de outros lugares, em que os principais pontos de ancoragem estão situados na maternidade da minha avó, da minha mãe, das minhas tias e da minha própria maternidade. E, considerar a mãe como um sujeito histórico, datado, concreto, marcada por uma cultura e detentora de saberes. E, por fim, exorbitar as marcas que temos em comum.

Portanto, trago para o interior desse trabalho de tese a teoria do conhecimento ancestral, ou o que aqui estou chamando de epistemologia da ancestralidade, que em profundidade simboliza a proposta de uma ciência corporificada e decolonial. Em outras palavras, é por meio dessa epistemologia que tentarei apreender a conjuntura política, social, cultural de um determinado lugar e de um determinado momento histórico que marcam/marcaram nossos corpos maternos. E, mais do que isso, a minha ancestralidade figurada nos relatos orais de minha mãe, de minha avó (que fala através das memórias da minha mãe), das minhas tias me possibilitarão buscar "um outro chão para entender o mundo". Isso é possível porque as histórias das mulheres, em certa medida, se conectam, principalmente quando falamos sobre as nossas dores (dedico um capítulo para falar da nossa dor compartilhada). Em suma, a grande provocação desse texto - que de acordo com o modelo hegemônico de produção de conhecimento não sei como nomear, seria um ensaio? - é de fazermos um exercício reflexivo de pensar numa ciência diferente dessa que nos tem sido imposta pelos homens-brancos-europeus. Afirmando que a ciência sem corpo não nos cabe mais. Está mais do que na hora de descolonizarmos a ciência. Isto é, se faz necessário um tipo específico de produção de conhecimento, que seja algo diferente dessa ciência que provoca o apagamento

de um sujeito, que é histórico; e a descorporificação do mesmo em nome de uma verdade científica que se diz imparcial.

1.2 O pensamento afrodiaspórico: Ancestralidade e filosofia africana rumo à descolonização

Em vista dos argumentos apresentados, comecei a pensar em uma forma específica de produção de conhecimento, em que a experiência seja concebida e reconhecida como um saber. Foi assim que encontrei abrigo no pensamento decolonial afrodiaspórico, que traz em seu bojo o feminismo negro. Dessa forma, o pensamento decolonial apresenta-se como a única possibilidade de construirmos esse saber que considera corpo, localização, trajetória e cultura, tanto em sua singularidade quanto em sua universalidade, como legítimos meios de elaborar o conhecimento. Nas palavras de Costa, Torres e Grosfoguel (2018):

Ao contrário desse conhecimento desincorporado e sem localização geopolítica, o projeto decolonial assume a necessidade de afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento como estratégia para desarmar o racismo, que é uma "bomba cultural" que tem o efeito de aniquilar a crença das pessoas nos seus nomes, nos seus idiomas, nos seus ambientes, nas suas tradições de luta, em sua unidade, em suas capacidades, e em última instância, nelas mesmas (COSTA; TORRES; GROSFOGUEL, 2018, p. posição 161, com adaptações).

Quando assumi a decolonialidade como horizonte de estudo cheguei a conclusão de que meus bisavós paternos simbolizam muito bem o que foi a história da colonização no Brasil. Minha bisavó era de origem africana e meu bisavô holandês. Foi através dessa lente que olhei para a história de abandono e rejeição que eu e meu irmão sofremos por parte da família paterna durante toda a vida e percebi que talvez existisse a possibilidade de outras leituras. Apesar de me basear nas histórias de vida das mulheres da minha família materna, ponderei que como o processo de colonização nos deixou marcas profundas na maneira de conceber o mundo, ou nos impuseram a branquitude, isso me ajuda a entender o comportamento dos meus parentes paternos para comigo e meu irmão. Até que ponto o abandono que sofremos não fora fruto do racismo que estrutura as relações na sociedade brasileira? Como não temos o estereótipo europeu, ao contrário, tanto eu quanto meu irmão somos negros, isso pode ter influenciado no fato de termos recebido um tratamento tão hostil.

Em síntese, afirmo que para descolonizar o pensamento devo me valer de outras epistemologias. Entendo que a filosofia é o campo de conhecimento que nos permite olhar para o mundo e elaborar visões e reflexões sobre esse mundo; pensar a partir do nosso lugar geopolítico. À vista disso, a filosofia africana também nos dá a possibilidade de construir o saber-corpo. Para Oliveira (p. 123) "não é possível uma filosofia sem cultura, sem oralidade, sem ancestralidade. Essa filosofia, encontra-se baseada nos princípios de ancestralidade, diversidade, integração e tradição". Para o autor é na ancestralidade que se encontra a articulação desses princípios. A ancestralidade é a grande articuladora, tendo a ética como fundamental nessa articulação, pois é "a fonte de onde emergem os elementos fundamentais da tradição africana" (OLIVEIRA, p. 125).

Logo, o autor nos assinala que é na filosofia africana que está a base para descolonizar nossos olhares porque nos ensina que onde há seres humanos, há filosofia. A filosofia africana entende que todos os seres humanos têm a capacidade de produzir os conceitos, ou de filosofar. Em outras palavras, a filosofia é fruto das experiências, da vivência, do acontecimento. Machado (2014) sublinha ainda que a filosofia tradicional de Hegel, Kant, Hume, ao considerarem os negros africanos incapazes de produzir conhecimento se colocam totalmente contra a ideia do que a filosofia africana entende por saberes, pois, nas palavras da autora:

Se a história não é feita pelos historiadores, mas pela sociedade, do mesmo modo, a elaboração científica não se deve unicamente aos cientistas, mas ao conjunto da coletividade. Desse modo, fazer filosofia, ou produzir conhecimento está no agir cotidiano, em não estar preso as normas, a conceitos e regras impostas a uma universalidade que não contempla as singularidades e contextos (MACHADO, 2014, p. 4).

Assim sendo, também me apoio no modo do "fazer ciência" exaltada pela filosofia africana para desenvolver este trabalho. Que somado à perspectiva decolonial, me proponho a construir um tipo de conhecimento que está fundado nas trajetórias das mulheres da minha família. E, como entendo que histórias e trajetórias estão inseridas também num corpo que transcende, me valho do conceito da ancestralidade para compreender essa produção de sentidos. Então, a ancestralidade é entendida aqui, segundo assinala Oliveira (2018), como detentora de um corpo que é produtor de sentidos e como destinatário, pois, qualquer que seja o corpo é totalmente definido pelo seu contexto que advém da experiência e que se comunica com outros corpos ao longo do tempo. Ainda, nas palavras do autor:

[...] na tradição de matriz africana pode-se afirmar que a inscrição do universo está no corpo. As marcas de identidade do parentesco religioso e social, étnico e político, são escorificadas no território corporal. Como solo sagrado ele receberá os sinais daquilo que lhe possibilita a origem e o destino. Será no corpo que os símbolos serão inscritos. [...] O corpo não é uma identidade segregada do mundo, do outro, de deus. O Corpo é equivalente à natureza e ao espírito. [...] O corpo é o emblema daquilo que eu sou, e o que eu sou é um construto da comunidade. [...] O corpo é um texto aberto para a leitura de quem o vê. O escritor é a comunidade. Portanto, meu corpo não é meu, mas um texto coletivo. [...] será sempre cheio de sinais, símbolos e marcas. O corpo é um vestígio dos valores civilizatórios do grupo que nele escreve e nele se reconhece. O corpo social é a extensão do corpo individual (OLIVEIRA, p. 124).

Tenho a convicção de que nossas trajetórias nos conectam, ou todos esses corpos que circulam e circularam no mundo estão interligados. A história da minha avó, da minha mãe, das minhas tias certamente guarda semelhanças com a história de muitas mulheres. Todavia alerta que não estou defendendo a ideia de universalidade, tampouco, essencialismo. A proposta aqui é de demonstrar que está inscrito em nosso corpo e em nossas trajetórias vários desafios no que tange à direitos, justiça social, que se estruturam nas mais variadas formas de opressão e que, por conseguinte, fazem com que nossas narrativas de vida sejam muito parecidas.

Ademais, sendo o corpo o "vestígio dos valores civilizatórios", a leitura desse corpo marcado socialmente, revelará as bases que estruturam o mundo social em que nos localizamos. Se a história está inscrita no corpo, como desconsiderá-lo na produção de saberes? Quando reivindico a ciência do saber-corpo é exatamente disso que estou falando. Esse movimento de volta, de olhar o corpo ancestral para entender passado e se conectar ao presente, é o que torna essa produção de saberes ou essa ciência, a ciência do corpo. Entretanto, novamente, não caímos na armadilha universalista das ciências colonizadoras que nos '(de)formaram' como pensadores. Fiquemos atentos às experiências trazidas pelas infinitudes de corpos que transitam pela história. Como já mencionei, o caminho apontado pela filosofia africana nos mostra que filosofia só é filosofia - em termos de produção de saberes - que liberta, se ela nos permite refletir a partir, também, das experiências singulares.

Por isso, o propósito está em desvelar o que há de comum, os pontos que nos conectam umas às outras. E, também, os inúmeros pontos que nos distanciam umas das outras. O que é ser mãe, afinal? O que significa carregar o corpo marcado pela maternidade numa sociedade patriarcal-racista-classista-capitalista-cristã?

Enfim, termino esse capítulo sinalizando que essas discussões atravessam a

vida de um grande número de mulheres. E que a trajetória de luta das mulheres da minha família pela sobrevivência representa também a luta cotidiana de milhares de mulheres que resistem a diversas formas de opressão e desigualdades.

2 A MORTE

QUEBRANTO

às vezes sou o policial
que me suspeito
me peço documentos
e mesmo de posse deles
me prendo
e me dou porrada
às vezes sou o zelador
não me deixando entrar
em mim mesmo
a não ser
pela porta de serviço
às vezes sou o meu próprio delito
o corpo de jurados
a punição que vem com o veredito
às vezes sou o amor
que me viro o rosto
o quebranto
o encosto
a solidão primitiva
que me envolvo com o vazio
às vezes as migalhas do que
sonhei e não comi
outras o bem-te-vi
com olhos vidrados
trinando tristezas
um dia fui abolição que me
lancei de supetão no espanto
depois um imperador deposto
a república de conchavos no coração
e em seguida
uma constituição que me promulgo
a cada instante
também a violência dum impulso
que me ponho do avesso
com acessos de cal e gesso
chego a ser
às vezes faço questão
de não me ver
e entupido com a visão deles
me sinto a miséria
concebida como um
eterno começo
fecho-me o cerco
sendo o gesto que me nego
a pinga que me bebo

e me embebedo
o dedo que me aponto
e denuncio
o ponto em que me entrego.
às vezes!...

(Luiz Silva, Cuti)

Certa vez em uma roda de conversa entre amigos eu disse que durante meus 38 anos de vida jamais tivera sentido os efeitos violentos do racismo. Disse que durante todos esses anos, a exceção foram duas ocasiões que ocorreram quando deixei minha cidade, Nova Iguaçu, e me mudei para morar em um bairro na zona Norte do Rio de Janeiro. Todavia, ao longo dos anos fui percebendo que o meu corpo estava localizado em uma encruzilhada e que certamente aos olhos comuns não seria possível enxergar as implicações de estar nesse lugar. Sou negra de pele mais clara, falarei um pouco mais sobre isso no capítulo 5.

É verdade que a cor da minha pele me colocou em circunstâncias mais privilegiadas, o que prova que o projeto de branqueamento no Brasil deu certo. Porque por muito tempo eu pensei que sofri discriminação apenas de classe e não de raça. Talvez tenha sido porque na localidade onde eu morava a maioria era preta e “parda”, quase não havia brancos. Então, a falsa impressão de não ter sofrido a violência racista.

Em tempo, o branqueamento é como um véu que encobre a visão e nos impede de reconhecer a nossa identidade racial. O fato é que durante muito tempo achei que por ser uma mulher negra de pele mais clara tinha passado incólume pela violência racista, o que, descobri não ser verdade. Entretanto, é preciso assinalar que meu fenótipo fez com que eu tivesse acesso a privilégios impensáveis aos irmãos retintos.

Nada obstante, buscando na memória e fazendo uma leitura baseada na ideia da existência de um racismo nesse país que vai além das pessoas - está intrincado em nossas estruturas sociais - posso afirmar seguramente que vivenciei sim a perversidade do racismo. Está lá, registrado na minha infância, alguns eventos evitados de racismo pelos quais achava que não tinha vivido. Experienciei o racismo no interior da minha família paterna. E o mais assustador é que os racistas da minha família não se enxergavam como negros. Por conta de uma mistura - que credito ao processo de colonização desse país - meus bisavós (bisavó africana e bisavô

holandês) garantiram um fenótipo diferenciado ao meu avô, tios e tias-avós. Meu avô era um homem negro de olhos verdes e cabelos crespos. Seus irmãos, minhas tias-avós, três eram negras e uma era loira de olhos verdes. E os tios-avós todos negros de olhos verdes, alguns com cabelos crespos (meu avô) e outros com cabelos lisos.

Essa mistura familiar fez com que todos eles assumissem a identidade branca. Mais do que isso, por conta de pertencerem a classe média, eles acreditavam ser brancos. Esse cenário familiar é aquilo que Lélia Gonzalez chama de "véu ideológico do branqueamento" que causa a autonegação das origens africanas do sujeito e por consequência institui um tipo de racismo muito peculiar. A autora se utiliza da categoria de "degeneração" de Freud para descrever esse tipo de racismo à brasileira: "Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença" (GONZALEZ, 2018, p. 322). Ao mesmo tempo que o racismo por degeneração causou à sociedade brasileira a perda da sua real identidade também causou a falsa ideia de que nesse país havia (ou há) uma democracia racial, Lélia acrescenta:

Enquanto degeneração de nossa Ladinoamefricanidade, o racismo "à brasileira" se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não ao fazer (democracia racial brasileira) (GONZALEZ, 2018, p. 322).

Isto posto, afirmo que os efeitos psicossociais do racismo são devastadores. De acordo com Instituto AMMA (2008, p. 40) existem alguns aspectos muito importantes na construção da autoestima do indivíduo. E um deles é o olhar dos pais e da sociedade sobre o sujeito, pois, ele se constitui no olhar do outro, de ser gostado; da família. A família tem papel crucial na construção da autoestima porque é através dos olhos dos familiares que a criança olhará o mundo. Sendo assim, o papel dos pais é dar sustentação material e emocional à criança, reafirmando seu lugar no mundo (INSTITUTO AMMA, 2008, p. 40).

Nesse mesmo documento, em uma entrevista realizada com a psicanalista Isildinha Baptista Nogueira a autora nos alerta para a importância de pensarmos como as questões sociais impactam no inconsciente. Nas palavras da autora:

Eu entendo que é preciso, além da clareza das questões sociais, curar as feridas psíquicas. Elas existem e são as piores. Às vezes, a pessoa luta e consegue uma vitória pessoal ou social. Mas, ao mesmo tempo, ela se autodestrói porque não se acredita. Não se vê capaz daquilo. Não se gosta. Internaliza a discriminação de tal forma que passa a se auto discriminar sem se dar conta (INSTITUTO AMMA, 2008, p. 42)

Luto contra a autodestruição faz bastante tempo, desde a infância. Hoje sei que comecei a me autodestruir nessa época por conta do racismo dos meus avós, tios e tias.

Isildinha Baptista ainda afirma que as marcas da infância são quase impossíveis de serem curadas. Ou seja, o que se imprime na primeira infância é para sempre. E o racismo chega às nossas famílias porque ele é internalizado, os pais de crianças que sofrem racismo muitas vezes já sofreram discriminação. A autora ainda acrescenta que a maneira como a família nos vê é como nós vamos nos ver pelo resto da vida (INSTITUTO AMMA, 2008, p. 42).

À vista disso, e partindo do princípio que a família é um importante elemento construtor da autoestima dos indivíduos e que o racismo tem efeito autodestrutivo é que neste capítulo traço o enredo da história que culminou no completo apagamento da minha infância, na minha auto destruição e na quase aniquilação de minha autoestima. Apoio-me na premissa de que o racismo e o abandono paterno foram os dois eventos que levaram ao um silenciamento tão brutal de minha infância que passei a chamar de "morte". Traço esse paralelo com o final da vida porque entendo que quando é retirada a total capacidade de exercício das plenas potencialidades de um sujeito, o resultado é a própria morte, mesmo que ocorra em vida.

Portanto, relembro aos leitores que o principal compromisso dessa experiência de escrita apoia-se na ideia da total radicalização do projeto de "politização do eu". Dessa maneira, sigo o rastro de mulheres negras que vieram primeiro, como Conceição Evaristo, por meio da sua Escrivência ou de bell hooks com a sua teorização do cotidiano, em que essas autoras expõem à luz do dia as feridas abertas pelas várias estruturas de opressão que lhes marcaram. A trilha deixada por elas nos indica as infinitas possibilidades de denunciarmos os sistemas de opressões que estão há séculos sendo encobertos, seja pela ocorrência do histórico epistemicídio cometido contra a população negra - ou a negação do direito a fala -, seja pela falsa retórica liberal de que "todos nós somos iguais". A verdade é

que a nossa sociedade colonizada e firmemente ancorada na ideologia supremacista branca 'passa pano' em muita coisa.

bell hooks diz no livro "Erguer a voz" que o ato de contar a história da sua infância estava intimamente ligado ao desejo de matar o seu antigo "eu" sem realmente ter que morrer. Ela relata que queria matar o seu "eu" na escrita e, uma vez que esse "eu" tivesse ido embora seria mais fácil para que ela se tornasse o "eu de si mesma" (HOOKS, 2019, p. 315). Talvez falar sobre a minha infância tenha para mim o mesmo sentido. Tenho tentado construir ou reconstruir um "eu" que não faço a menor ideia de como seja. Um "eu" que durante muito tempo foi morto em vida, mas que agora eu preciso matá-lo na escrita para que eu possa me tornar dona de mim mesma e não mais escrava de um passado que insiste em se fazer presente. É através da escrita que faço a ferida sangrar, penso que é somente dessa maneira que o sangue envenenado pela dor é eliminado e mais adiante virá a cura.

Enfim, o que posso dizer é que eles até tentaram e foram bem-sucedidos - durante algum tempo - na ação de nos calar. A máscara que nos foi imposta por eles como tentativa de nos silenciar não impediu que continuássemos resistindo e reexistindo através de nossas vozes insubmissas que insistem em ecoar pelos buracos dessa mesma máscara.

2.1 Minha morte em vida

Me lembro exatamente quando aconteceu a minha morte, eu tinha por volta dos quatro anos de idade. Era uma manhã quente e eu tinha acabado de acordar, os raios de Sol entravam pela janela da sala e eu ainda sonolenta assisti a terrível cena da minha própria morte. A coisa se deu com rapidez em que uma discussão foi seguida pela última fala raivosa, logo depois a saída abrupta e, finalmente, a porta batida violentamente.

Ao som violento da porta batendo sinto o meu corpo cair lentamente e foi nesse momento que dei meu último suspiro. Parei de respirar... a alegria da infância me foi arrancada do corpo como um sopro. Foi nesse dia que parei de viver e o silêncio foi o único som ouvido durante muitos anos da minha morte. As lágrimas caíram, meu assassino fugiu rapidamente e eu nunca mais ouvi falar dele. Mas, no

fundo da minha consciência eu tinha a noção de quem cometera tal ato tão brutal: meu próprio pai me matou.

A partir daquele dia passei a não falar mais, no entanto, escutava atentamente as vozes daqueles que ainda insistiam em falar comigo. Mas, eles não sabiam que não adiantaria nada falar comigo porque o meu corpo estava morto. Seriam anos vivendo a morte. Posso dizer que a não-vida é muito solitária, é triste ser uma alma que vaga. As pessoas me viam, falavam comigo, mas eu não conseguia responder. Me tornei um espectro de mim mesma aos quatro anos de idade.

Continuava indo à escola, mas não conseguia falar com a professora. Ficava sentada no banco do pátio da escola sozinha e observava as crianças da minha idade brincando de roda e cantando as cantigas infantis, eu queria muito brincar com elas, mas havia me transformado num espectro. Assistia as aulas atentamente, as lições de matemática eram as mais difíceis, eu tinha muitas dúvidas, não sabia fazer aquela conta de somar, queria falar com a professora, sanar aquela dúvida, mas não podia, afinal, eu estava morta.

Seguia na minha morte observando a vida das pessoas, principalmente as adultas, porque eu não tinha convívio com crianças. Por muitas vezes queria conversar com alguém, mas como não podia, inventava histórias na minha cabeça. Eu criei um mundo paralelo, em que lá eu era feliz. Minha casa era bacana. Não era mais aquela casa de telha de amianto que esquentava demais no verão e esfriava sobremaneira no inverno, e, na casa bacana, eu não dormia no chão. Ter que arrumar e desarrumar uma cama no chão todos os dias era muito chato. Pois, agora, no meu devaneio, eu tinha um quarto só para mim, com muitas bonecas. Imaginei que tinha uma boneca que patinava e outra que era igual a moça da televisão que chegava todos os dias pela manhã numa nave espacial desejando "bom dia" para as crianças. Ah, eu tinha também o boneco bochechudo que também aparecia na televisão, no meu mundo mágico ele falava comigo e era uma espécie de protetor, perto dele eu não tinha medo.

No mundo paralelo, incrivelmente, eu tinha uma cama para dormir, uma família que me amava e tinha muitos gatos, eu amava gatos. Neste lugar minha família se reunia em torno da mesa todos os dias durante as refeições e minha mãe preparava o jantar. Nossa, como eu desejava que minha mãe trabalhasse menos para que ela tivesse tempo para preparar o jantar igual as mães das crianças que eu

observava lá do meu mundo de não-vida. Lá eu também podia brincar tranquilamente sem precisar me preocupar com coisas que, digamos, era dos adultos.

Mas, depois de algum tempo vivendo no meu mundo, alguém me chamava para voltar para a realidade: a minha morte ou a não-vida. Tinha que continuar vivendo a minha morte, não havia como escapar. E isso significava que eu, uma criança de apenas sete ou oito anos, teria que continuar me preocupando, como disse, com coisas de adultos. Sempre ficava muito aflita, por exemplo, com quanto tempo iria durar a comida que minha mãe comprava para passar o mês, porque nunca durava um mês, sempre acabava com quinze dias. Adquiri um hábito bem incomum para uma criança tão pequena. Eu guardava ovos de galinha na gaveta onde guardava as minhas roupas para garantir o almoço ou o jantar quando toda a carne tivesse acabado. E era uma sensação muito maravilhosa quando minha mãe falava: "Crianças hoje só temos feijão e arroz para comer". Daí eu alegremente dizia: "Não mamãe, temos ovos de galinha também porque eu guardei alguns na minha gaveta de roupas". Me sentia muito orgulhosa de nessas ocasiões, eu ser a responsável por garantir a "carne" do jantar.

O pão para o café-da-manhã também era algo que me preocupava muito. Como todo o resto da comida só tínhamos pão durante as duas primeiras semanas do mês. Minha mãe comprava um saco fechado de pães "fiado" na barraquinha da moça, que nunca soube o nome, mas que chamávamos de "a moça de óculos". Eram muitos pães, mas, como minha mãe não controlava a quantidade que comíamos e sempre acabava muito rápido. E, por isso, antes de terminar o mês, minha mãe comprava "fiado" novamente na barraquinha da moça de óculos. Muitas vezes era eu e meu irmão, super envergonhados, que íamos pegar o pão. No fundo de nossos corações temíamos que um dia ela nos negasse a venda, porque sempre estávamos em dívida com ela. Quando minha mãe pagava uma dívida, já começava outra. Mas, parecia que a moça de óculos demonstrava um sentimento de carinho (ou pena) daquelas duas crianças pequenas que sempre iam pedir pão "fiado" a ela e, assim, nunca nos negou. Antes de minha mãe fazer o acerto do pão com a moça de óculos - de comprarmos fiado para pagarmos no dia em que minha mãe recebia o salário -, durante grande parte da minha não-vida a primeira refeição do dia era composta por angu doce com café, era assim que começava o nosso dia. Mas, quando o fubá acabava fazíamos uma mistura de farinha de mesa com café e íamos

para a escola. Então, ter pão todos os dias para tomarmos café-da-manhã era motivo de muita alegria.

Era muito doloroso também observar lá do lugar da minha não-vida aqueles que diziam ser meus parentes. Um dos momentos mais doloridos para mim era as festas de final de ano. O natal significava uma época de sofrimento porque eu já sabia que teria que ir para a casa daquela que diziam que era a minha tia, para "comemorar" o natal. Mesmo eu morta, numa condição de inexistência absoluta para todos que ali estariam comemorando o nascimento de Jesus, não havia como escapar daquela situação. Eu não via nenhum sentido na insistência de minha mãe em comparecermos naquele evento, por isso, sofria. Todas aquelas pessoas não significavam nada para mim, na verdade, eu as odiava. O motivo do meu ódio era porque para eles eu não era ninguém. Eles também apertaram o gatilho junto com o meu assassino e favoreceram a minha morte, o meu apagamento, a retirada da vida do meu corpo ainda criança. E foram eles quem aprofundaram marcas deixadas por anos, castraram completamente as minhas potencialidades e arrancaram com toda a força qualquer possibilidade de autoestima. Todos os dias essas pessoas diziam que eu não era ninguém, que eu era apenas a filha da empregada doméstica da família. E, sabe o pior? Eu acreditei. Durante anos me auto destruí. Eu tinha certeza de que não seria nada na vida porque a minha família me fazia acreditar nisso.

A noite de natal era um suplício. Eu estava morta e tinha que conviver com meus assassinos. Os "tios" presenteavam os meus "primos" com os melhores brinquedos da época. As melhores bonecas, carrinhos, jogos de última geração, pois aquela família era rica. Após a meia-noite eu e meu irmão assistíamos a um verdadeiro desfile de brinquedos e roupas de marcas famosas, sentados num canto da varanda da casa. Os "primos" divertiam-se, entre eles, com seus novos brinquedos e eu pensava em como seria legal ter todos aqueles brinquedos. Será que se eu não fosse apenas um espectro eles me chamariam para brincar?

Diante de tanto desprezo tinha uma "prima" que parecia que gostava de mim. Surpreendentemente ela me via. Todos amavam a Gabi. Ela era uma menininha muito graciosa. Sua aparência era oposta a minha. Enquanto eu era uma menina de cabelos encaracolados e pele mais escura, ela tinha a pele branca, os olhos claros e o cabelo bem loirinho. Então, ao contrário de mim, a Gabi era amada por todos. Ela tinha a atenção dos adultos, a família a tratava com tanto carinho porque, ao contrário de mim, ela tinha vida. Eu ouvia frequentemente: Nossa, como a Gabi é

inteligente! Não havia tristeza nos olhos da Gabi, ela era uma menina muito risonha e espontânea.

Sempre que ela ia visitar uma das tias dela, que morava ao lado da casa da minha mãe, passava lá em casa e me chamava para brincarmos. Eu dizia para mim mesma que ela era a minha melhor amiga, mesmo que nos víssemos muito pouco, ela era a única que me via, não como um espectro, mas como uma criança. Quando ela ia à minha casa brincávamos durante horas, nesses momentos já não me sentia tão sozinha, e não era invisível, havia alguém que ouvia o que eu dizia, e isso era muito bom. Mas, o tempo foi passando e aos poucos fomos nos afastando e ela parou de me ver. De repente, ela já não me via mais. A realidade da morte era pesada, eu era obrigada a conviver com as experiências mais difíceis e inimagináveis. Fui crescendo e o tempo foi passando.

Ao longo do tempo continuei vivendo a morte. Um dos sinônimos da palavra morte no dicionário, dá sentido ao que foi a minha infância, pois, significa, desaparecimento, fim. Eu simplesmente não existia para muitas pessoas. Eu era uma criança sem vida. Entretanto, a meu ver, talvez o mais difícil de todo o tempo que vivi a não-vida tenha sido o silenciamento imposto por esse estado. Não conseguia falar, ou falava, mas ninguém me ouvia. O que ocorre é que aos poucos, como não era ouvida, me desencorajei em continuar implorando pela escuta dos adultos.

Todavia, num pequeno lapso de tempo, saí do estado de não-vida e estive no centro das atenções da professora e dos colegas da escola. Foi um breve momento, mas aquele foi, sem dúvida, o melhor dia de toda a minha infância. Numa tarde, na terceira série do ensino fundamental, a professora solicitou à classe que fizéssemos uma releitura em forma de redação sobre a clássica história da cigarra e da formiga.

A professora nos informou: quem fizer a melhor redação vai ganhar uma estrelinha dourada como melhor aluno. Na hora pensei: "Poxa, minha imaginação é bem fértil, a todo tempo invento mundos que não existem para que a minha morte seja menos solitária, então, para mim essa tarefa será muito fácil". Mas, logo depois pensei: "Ah, esqueci que ninguém me vê"!!! "Não adianta escrever a melhor história, nunca vou ganhar a estrelinha dourada". Porém, aprendi a cultivar sozinha a esperança. Veja bem, eu não tinha a confiança de que conseguiria ter sucesso em nada que me aventurasse, eu acreditava que não era capaz. Todos da minha

suposta família diziam isso, e eles deviam ter razão, eu não existia, por isso, não era possível conquistar nada.

Não sei dizer muito bem o porquê, mas insisti em fazer aquela bendita redação. Eu já sabia ler muito bem para os meus oito anos, e a escrita também era algo que eu gostava. Nos ditados da escola eu sempre acertava as dez palavras que a professora nos passava. Isso porque eu lia muitos jornais velhos na casa onde minha mãe trabalhava. Então, me enchi de coragem e comecei a reescrever a história da cigarra e da formiga. Ficamos até a hora do recreio nos dedicando à escrita, quando tocou o sinal para sairmos para o pátio, todos nós entregamos à professora. Fui para o lanche confiante que tinha feito o meu melhor, mas, ao mesmo tempo triste porque sabia que a minha redação não seria escolhida.

Para a minha surpresa, o meu estado de não-vida foi suspenso por alguns minutos. E, por alguns minutos todos os meus colegas de escola conseguiram me enxergar. Meu coração congelou quando a professora disse em voz alta: Crianças, eu li todas as redações e, não tenho dúvidas de que a melhor, a mais criativa, foi da nossa colega Flávia. Quando ela terminou a frase, eu estava tremendo. Pela primeira vez em muitos anos eu tinha saído do meu estado de não-vida. A professora disse o meu nome. Flávia. Era esse o meu nome, tive que repetir mentalmente porque às vezes me esquecia, ninguém nunca falava comigo. E, como prometido, a professora me chamou lá na frente para colar a linda estrelinha dourada, do lado esquerdo do meu peito. Ela não era muito grande, mas, brilhava muito. Todos os meus amiguinhos falaram comigo. Muitas palmas, assovios e alegria por conta do meu feito. Naqueles poucos minutos que me tornei o centro das atenções e voltei à vida eu só pensava na minha mãe. Ao contrário da família e de muitos ao meu redor, ela era a única que me via e me escutava. Ela sempre me dizia que eu ia chegar muito longe, mas, eu não conseguia acreditar.

Posso dizer que eu só tinha o afeto e cuidado de mãe, principalmente depois da minha morte. Ficava observando durante horas a fio as crianças que eram rodeadas de parentes, em como elas eram felizes. Daí, eu imaginava que tinha um pai, avós, tios, tias e que todos os domingos nos reuníamos para almoçarmos juntos. Eles me davam presentes no natal e quando minha mãe brigava eu corria para eles chorando. Infelizmente a realidade não era essa. O fato é que depois do meu assassinato só tive a minha mãe.

A lembrança de mamãe costurando minhas fantasias de carnaval é algo que guardo comigo com grande carinho. Eu tinha por volta dos cinco anos e queria uma fantasia. Foi assim que num determinado carnaval em meados dos anos de 1980 eu me transformei em palhaço. Mamãe costurou uma fantasia de cor verde, era um tecido meio brilhoso, mas também tinha uma blusa branca brilhosa que ia por baixo do macacão verde. A peruca de palhaço era verde também, e para arrematar o visual, um grande nariz vermelho de palhaço. Não tínhamos um baile de carnaval para irmos ou qualquer evento importante, o que eu tinha era a vontade de ser outra criança, de viver o imaginário do circo. E minha mãe realizou esse pequeno desejo.

No ano seguinte minha mãe fez uma fantasia de baianinha. O colorido da roupa feita de retalhos que sobravam das costuras da mamãe era lindo. Uma saínia com uma blusa de babados, e uma felicidade enorme de ter uma fantasia para desfilarmos pela rua.

Era nítido o quanto minha mãe se esforçava para realizar meus sonhos, dos mais singelos aos mais grandiosos, aliás, foi o que ela fez durante toda a vida, mamãe era uma grande apanhadora de sonhos. Bastava eu falar que ela fazia o impossível para realizar. Em contraposição, mesmo muito pequena, me lembro dos sacrifícios e da auto anulação de minha mãe para que pudéssemos ter o mínimo. Minha mãe viveu a solidão de ter de cuidar de duas crianças sem nenhuma rede de apoio. Não estudou, não se casou novamente e nunca pôde, quando éramos pequenos, sequer comprar itens básicos de consumo, comuns em qualquer família. Nós somente tivemos a nossa primeira televisão colorida no ano de 1994. Nesse ano minha mãe nos disse: "Crianças, esse ano tem Copa do Mundo e o meu sonho é assistir os jogos numa televisão colorida. Por isso, acabei de comprar uma. Vamos assistir a Copa do Mundo numa tv novinha e colorida!". Pois bem, ela tinha conseguido comprar uma televisão nova, da loja, em muitas e infinitas prestações, mas, era a nossa primeira tv colorida. Eu tinha 14 anos na época.

O cansaço e a falta de paciência comigo e com meu irmão também era frequente. Ter de trabalhar na costura ou como empregada doméstica todos os dias, nos levar e buscar na escola, depois, quando chegávamos em casa ela fazia a comida, arrumava a casa, lavava a roupa... O nível de estresse da minha mãe era elevadíssimo, isso fazia com que apanhássemos pelo simples fato de quebrarmos um copo, por exemplo. A gente levou muitas surras por motivos que hoje em dia qualquer pessoa acharia um absurdo. Mas, o amor dela nunca esteve em cheque.

Nunca sentimos raiva, a gente entendia tudo aquilo que ela passava e o que fazia por nós. Muitas vezes ela esperava a gente dormir e chorava sozinha, sentada na sala. Eu fingia que dormia, mas, ouvia o choro de dor da minha mãe...

2.2 Aos olhos de menina

Já é noite e escuto o barulho da panela de pressão chiando e um cheiro de alguma comida muito gostosa no ar. Ao me aproximar da porta da sala da casa dos meus avós escuto a televisão e aquela música de abertura do Jornal Nacional.

Estava tudo escuro, mas eu podia ver a sombra do meu avô sentado no sofá da sala. Era a hora do jantar e aquele clima de família me causava um aperto no coração. Eu sonhava com a cena da minha mãe na cozinha fazendo o jantar, enquanto meu pai ficava sentado no sofá brincando comigo e com meu irmão. Aos meus olhos de menina a casa dos meus avós remetia a um ideal de família que para mim nunca se realizou. Minha mãe seguia uma rotina muito pesada de trabalho, meu irmão nunca ficava conosco, ele viva mais na casa dos meus avós. Então, durante a maior parte da vida era apenas eu e minha mãe.

Apesar de morarmos ao lado da casa dos meus avós eu raramente ia até lá. Minha mãe dizia que eles não gostavam da gente. O que eu sentia pelos meus avós era um misto de medo e curiosidade. Mesmo minha mãe me proibindo de ir à casa de meus avós, eu ia escondido. Na divisa do quintal da minha mãe e dos meus avós, tinha um pé de uma fruta chamada abiu. Quando minha mãe me proibia de ir à casa da minha avó eu subia na árvore e ficava de lá observando toda a movimentação da casa. Era comum sentir o cheiro que vinha dos enormes tachos de doces que fervilhavam no fogão à lenha que minha avó tinha no fundo do quintal. O cheiro de doce de laranja, de doce de mamão verde, de ameixa, exalava e ia até o alto da árvore onde eu ficava durante horas observando. Esses doces viravam compotas deliciosas e de vez em quando meu irmão roubava uma e levava para mim e para minha mãe.

Havia também os dias em que minha avó se dedicava a atividade de matar porcos. No fundo do quintal, ao lado do fogão à lenha também tinha um chiqueiro. Minha avó gostava de criar os bichos para depois sacrificá-los. Do porco ela fazia

uma infinidade de preparações. Ela fazia torresmo, bacon, curtiá o couro, cortava as orelhas, os pés, abria a barriga e tirava as vísceras. Com essas vísceras ela fazia um preparado para o molho do angu à baiana e fazia chouriço. Com a carne do porco ela também preparava de maneira artesanal a linguiça. Todo aquele trabalho de sacrifício e esarteamento de porcos era realizado no fundo do quintal, eu não tinha coragem de assistir, mas escutava os gritos de agonia dos porcos, quando estavam sendo sacrificados. Eram gritos horrendos e a minha vontade era de correr para salvá-los.

Depois do ritual de morte, eu corria para o alto da árvore e ficava assistindo minha avó a trabalhar com a carne de porco. Enquanto comia abiu, via todo aquele trabalho de limpeza da carne e feitura dos produtos. Mais uma vez os cheiros se misturavam. Eram os doces cheirando no tacho e as partes do porco transformada em alimentos deliciosos que cheiravam muito bem.

Meus avós nunca tentaram uma aproximação comigo. Passei toda a minha infância sendo ignorada por eles. Eles me viam à espreita, mas, nunca se aproximaram de mim. Carreguei um vácuo dentro de mim por conta da ausência dessas pessoas na minha vida. Os anos de morte em vida em que eu fiquei em silêncio, que não emitia nenhuma palavra; um espectro infantil, em parte foi por causa desse apagamento que eles me impuseram. Eu não era ninguém para eles, eu não existia e isso foi um massacre para minha auto-estima.

Uma semana antes da morte da minha avó, depois de mais de vinte anos sem vê-la, resolvi visitá-la. Precisava saber o porquê de tanta aversão a mim. Essa decisão não foi fácil, tive de criar coragem e buscar forças no fundo de minha alma para entrar naquela casa depois de tantos anos. Mas, enfim, fui até ela.

Mesmo estando muito debilitada, ao olhar no meu rosto, ela me reconheceu imediatamente. Eu, timidamente, disse: oi "vó"! E ela, com os olhos cheios de lágrimas, disse: *oi, minha filha! E, continuou, "eu não gostava de você, eu não sei direito o porquê, mas não gostava. Mas, agora que você está aqui, eu queria dizer que me arrependi. Obrigada por ter vindo.*

Foi uma conversa fria, apesar dos olhos marejados da minha avó. Eu não senti nada, fiquei impressionada pelo fato de que mesmo em seus momentos finais, minha avó foi incapaz de demonstrar sequer um pequeno gesto de carinho. Ela não me pediu desculpa, mas, se arrependeu. É diferente dizer que se arrependeu sem me pedir desculpas. Para mim, isso significa que ela se arrependeu de ter feito, mas

não se sentia culpada por isso. De acordo com a lógica dela, a aversão, ou a falta de afeto para com os netos, era culpa exclusiva da minha mãe. A minha mãe era a culpada dela não gostar de nós dois. Por que será minha mãe a culpada pela falta de amor da minha avó por mim? Acho que a resposta é simples. Minha mãe gerou dois filhos que não tinham o fenótipo branco da família portuguesa, o qual ela pertencia. Nós somos negros, e ela, como uma típica representante da família portuguesa, não concebia a realidade de ter netos negros.

A dinâmica colonial se realiza de maneira muito evidente na história das minhas relações familiares. Meu bisavô português casou-se com minha bisavó, uma mulher negra (não tenho certeza se foi de fato casamento, nunca encontramos nenhum documento). Desse casamento gerou meu avô, que era um homem negro, assim como, quase todos seus irmãos, a única exceção era a irmã mais nova. Então, meu avô se casa com minha avó, que era filha de portugueses.

Não sei ao certo o tipo de relação que minha avó tinha com os filhos que nasceram negros de pele clara. Segundo relato do meu irmão, que durante anos insistiu em manter relações com meus avós, não havia nenhum afeto. Meus avós eram extremamente frios e distantes com os filhos. Meu irmão conta que nunca presenciou nenhuma cena de carinho dos meus avós com o meu pai ou com meus tios. Sequer um beijo, um abraço, nenhum gesto que ele pudesse identificar como afeto.

2.3 O Crepúsculo

Vagar com o meu corpo sem vida durante tantos anos, mesmo em uma condição de não-existência, me deixou suscetível a vários tipos de violência. Mesmo carregando um corpo sem vida, ele fora violado por aqueles que estavam vivos, e diziam ser meus parentes. Aos sete anos a psiquê infantil está voltada para o mundo das brincadeiras, do faz-de-conta e do conto-de-fadas. A infância é o momento de viver os sonhos, de ser o que a gente quiser ser. Eu era uma criança, mesmo tendo sido apagada naquela fatídica manhã de primavera, ainda conservava os mais puros sonhos. Queria ser veterinária, atriz, aeromoça, policial, enfim, havia uma projeção de futuro e eu gostava de me imaginar nele. Mas, quando, mesmo na inexistência, se eles enxergam o seu corpo como violável o pior acontece.

Era uma tarde de verão, e aquela que diziam ser minha "avó" "cuidava" de mim. Na verdade, ela me deixava livre, porque também tinha decidido a algum tempo me apagar, me matar. Ainda que eu não gostasse daquelas pessoas era bastante legal brincar naquela casa. Era uma casa de dois andares com quatro quartos, três banheiros e uma enorme sala de visitas. Havia também um terraço espaçoso em que meu "avô" e "tios" jogavam cartas quase todas as noites. Ainda sou capaz de ouvir as risadas daqueles homens que viravam as noites jogando um jogo de cartas chamado de "buraco" no terraço dos meus "avós". E, enfim, o quintal era gigantesco e tinha um jardim com bastante flores, plantas e era ali que eu gostava de brincar de "comidinha". Além de ter uma mangueira que sustentava em um dos seus enormes galhos um balanço feito de pneu velho.

Como naquele dia havia Sol, resolvi brincar sentada no jardim, como não tinha bonecas, usava pregadores de roupas, colocava uma espécie de cabelo feito de barbante e desenhava os olhos. Também não tinha brinquedos, então, eu construía com tijolos o "fogão" e a "geladeira". Os pratos e panelas eram as tampinhas de refrigerante que achava espalhadas no quintal. Ali eu era criança, ali, naquele jardim, eu podia ser feliz.

Sempre que minha mãe ia trabalhar ela me deixava na casa da minha "avó". E lá morava um ser estranho. Alguém com a alma muito ruim que circulava por todos os cantos da casa. Será que me procurava, ou procurava qualquer pessoa que ele pudesse retirar a alegria de viver? Eu sempre fugia dessa alma, tinha medo e eu sempre ouvia muitas pessoas falando coisas terríveis a respeito dele. O estranho é que mesmo morta ele me enxergava. Não falava comigo, mas me via.

Foi anoitecendo e o jardim foi ficando muito escuro e percebi que a alma escura veio atrás de mim. Ele Aproveitou-se do crepúsculo para me perseguir. Já não havia mais ninguém no quintal e a casa estava silenciosa. Parecia que todos haviam saído. Ele disse: "Quer ver minhas pipas? Eu tenho um monte delas lá dentro e se você quiser, eu te dou uma". Nossa, eu amava ficar horas olhando para o céu azul, vendo como as pipas se agitavam de um lado para outro, livres, voando.

Eu queria nem que fosse por um dia ser uma pipa. Das aquelas bem coloridas, com uma enorme rabiola e com muitas fitinhas vermelhas. Por isso, quando ouvi que poderia ganhar uma dessas, lógico que aceitei de ir ver as pipas. O lugar era escuro, só havia o colorido de muitas pipas. E era fechado também, quase não se podia respirar. Comecei a olhar cada pipa com muito cuidado, já que eu ganharia uma de

presente, escolheria a mais bonita. Enquanto olhava cada pipa senti meu corpo dominado por uma energia muito ruim. O meu corpo estava sendo invadido e violado por um ser vil. O ser me tocava e obrigava que eu o tocasse. Eu não sabia o que estava fazendo, eu tinha seis anos. Na minha cabeça eu pensava: "vou obedecê-lo porque caso contrário não ganho a minha pipa". E assim, senti meu corpo sendo invadido, o ser se apossava de todas as partes do meu corpo, até daquelas que mamãe dizia que ninguém poderia mexer.

Então pensei que precisava sair dali mas, não tinha ninguém para me ajudar. Resolvi criar coragem. Comecei a chorar, foi então que a alma escura ouviu um barulho e me soltou, nesse momento saí correndo e chorando. Tive muita raiva de mim mesma por ter deixado que a alma ruim tomasse meu corpo. Eu não devia ter deixado. Pensei em contar para mamãe, mas não podia porque ela ia brigar comigo. Tive vergonha de mim mesma.

Minha mãe jamais soube dessa história. Eu nunca sequer cogitei em contar-lhe. Ela sente muita culpa pelo fato de ter tido que trabalhar a vida toda para nos garantir alimentação e estudos e, por consequência, não teve tempo para ficar mais próxima de nós. Por isso, depois que tomei consciência do que havia acontecido decidi nunca lhe contar. Ela não aguentaria saber de algo tão perverso e sua culpa certamente aumentaria. A ferida ficou durante muitos anos aberta e sangrando...

Acho que foi por isso que durante muitos anos da minha vida tive vontade de morrer, só que de verdade. O peso de carregar o vazio que em tempo nenhum foi preenchido. Quais os efeitos psíquicos numa pessoa cujo corpo foi tão violentamente machucado pelo racismo, pelo abandono paterno? Não é só sobre a autoestima ou a segurança. Costumo dizer que, acima de tudo, é arrancada dessa pessoa a vontade de viver. Porque a rejeição causa um buraco tão grande que nada é capaz de preenchê-lo.

O que senti durante muitos anos de minha vida não foi somente um vazio, era também a solidão, dor, tristeza. Não tinha vontade nenhuma de viver. Os anos que passei sendo um espectro de mim mesma fez com que eu pensasse que talvez, de fato, eu não precisasse existir. Eu não tinha um pai porque ele escolheu não me ter como filha. Ele escolheu, ninguém o obrigou a virar as costas para nós. Com quatro anos tive que carregar a dor de saber que o meu pai não me quis e que ele simplesmente fingiu durante a vida inteira que eu não existia. Isso me fez desejar a morte.

Também o racismo da minha própria família me fez desejar a morte. Fui colocada durante grande parte da minha vida num lugar de inferioridade. Eu era a filha da empregada doméstica. De maneira muito direta os patrões diziam que nós não seríamos nada na vida. Essa "família" nos colocou na lata do lixo. E eu me sentia um lixo mesmo, acreditei que eu não era inteligente, que eu não era bonita, simpática e inteligente assim como a prima Gabi. E que eu não tinha a capacidade de ir muito longe.

O racismo pode arrancar o colorido da infância, a leveza, a capacidade de sonhar. A cor da pele tira a oportunidade da criança de se tornar um adulto seguro, autoconfiante, feliz. A minha certeza é de que é que o racismo somado ao abandono paterno tem roubado a infância e matado em vida muitas pessoas e há muito tempo.

3 PRECISAMOS FALAR SOBRE ABANDONO PATERNO E A MASCULINIDADE NARCÍSICA

Todas as mulheres da minha família criaram seus filhos sozinhas. Me dei conta disso quando iniciei os primeiros rascunhos dessa tese. Isso significa que todas as mulheres da minha família materna tiveram de lutar pela sua própria sobrevivência e de seus filhos sozinhas desde muito cedo. É muito chocante essa constatação: nós não tivemos pai. Eu, meu irmão e meus primos, nenhum de nós, fomos criados com a presença efetiva de nossos pais. Essa situação vivida pela minha mãe e tias não são meras histórias isoladas de vida dessas mulheres. As histórias delas se cruzam com a história de muitas outras. Por isso, essa tese conta a história das mulheres da minha família, mas, podemos estender essas histórias a muitas mulheres no mundo que vivem essa mesma realidade. Iremos discutir um pouco nesse capítulo, a difícil realidade do abandono e desamparo vivido por mulheres em virtude da irresponsabilidade afetiva de homens que, a meu ver, foram construídos dentro de uma lógica masculinista narcísica.

Me utilizo da expressão "masculinidade Narcísica", pois, faço referência ao conceito cunhado pelo pai da psicanálise Sigmund Freud. Nas palavras de Renato Nogueira, Freud define narcisismo como: "[...] o médico esclarece que o chamado investimento libidinal pode se direcionar para o próprio ego ou para outros objetos. O narcisismo diz respeito a ação de uma pessoa "lançar" seu desejo sobre si mesma" (NOGUERA, 2017, p. 52). À vista disso utilizarei o termo "masculinidade narcísica" como definidor de um tipo de masculinidade que sempre vai em busca de seus próprios desejos e que a meu ver nos ajuda a entender o abandono paterno.

Assim, passei um tempo refletindo e pesquisando as histórias sobre irresponsabilidade afetiva, e por consequência, os vários tipos de abandonos causados por homens que se dizem "não preparados para enfrentar determinadas situações difíceis". Utilizo a palavra no plural, "abandonos", porque são múltiplas as razões pelas quais as mulheres são deixadas pelo caminho. Comecei a ler, em grupos de redes sociais, inúmeras histórias de desamparo narradas por mulheres das mais diversas idades, etnias, regiões, ou seja, os mais variados perfis. Defrontei-me com vários exemplos, como os relatos sobre a dor das mulheres abandonadas pelos companheiros quando descobrem doenças graves como o câncer. O interessante nessas histórias é que a maioria delas venceu a doença sozinha ou com o auxílio de outras mulheres. Também li relatos sobre o abandono das

mulheres encarceradas, que não são visitadas ou recebem qualquer tipo de auxílio dos companheiros ou até mesmo da família durante o tempo que passam na prisão. Sem falar na terrível situação de serem separadas de seus filhos aos seis meses de vida, nos casos em que são presas ainda grávidas. Há também aquelas que são abandonadas grávidas ou logo depois que seus filhos nascem.

Apesar de estar utilizando o signo do "abandono" para descrever situações em que mulheres se veem sozinhas diante de determinados desafios da vida, quero deixar claro que estou ressignificando o sentido desse termo. Em outras palavras, não estou discutindo pura e simplesmente do abandono em si, mas, fazendo uma leitura na chave das estruturas de opressão que recaem sobre os ombros das mulheres. As estruturas que trago ao debate são o que chamamos de marcadores sociais da diferença. Esses marcadores funcionam como estruturas promotoras da desigualdade. As estruturas, em articulação, promovem diferentes graus de vulnerabilidade. Notemos que o patriarcalismo, o racismo, território, classe etc. quando entrecruzados promovem na vida dos indivíduos (neste trabalho, em particular, as mulheres) experiências singulares de opressão. É importante dizer que o feminismo negro elabora a articulação de diferentes marcadores da diferença assinalando como eixo central a questão da raça, e, assim, cunhou o conceito de interseccionalidade, mas que aqui escolho usar o termo "encruzilhada".

A construção de saberes a partir da perspectiva da encruzilhada significa produzir conhecimento no entremeio, na fronteira, na margem. Tanto as mulheres da minha família quanto eu sempre estivemos à margem. Mulheres, trabalhadoras, sozinhas criando seus filhos. Este é um tipo de saber que somente pode ser elaborado por aqueles que estão nesse lugar entrecruzado de inúmeras hierarquias de poder que marcam seus corpos. É o saber 'extraordinário' de que fala Donna Haraway. Na acepção de Luiz Rufino:

Os saberes em encruzilhadas são saberes de ginga, de fresta, de síncope, são mandingas baixadas e imantadas no corpo, manifestações do ser/saber impreensíveis pela lógica totalitária. O corpo, a dimensão primeira do ser no mundo, a esfera de Bara e Elegbara, é a instância radical dos seres, ou seja, a inscrição do saber e da presença em transe nos cursos do Novo Mundo (RUFINO, 2019, p. 73).

Portanto, quando olhamos as encruzilhadas nas quais indivíduos se encontram percebemos que determinadas situações de extrema vulnerabilidade apenas são vivenciadas por mulheres, sobretudo, negras. O que estou querendo dizer é que a encruzilhada de gênero, da raça, classe e maternidade no qual estão

localizadas essas mulheres, intensificam o impacto do abandono paterno em suas vidas, localizando-as em uma posição de extrema vulnerabilidade. É a experiência do corpo marcado pelo entrecruzo de estruturas de poder.

Isto posto, iniciarei essa seção discutindo especificamente o abandono paterno. Posso afirmar sem medo de errar que o abandono paterno é epidêmico no Brasil. Segundo dados publicados em 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), baseados no censo escolar de 2012, são 5,5 milhões de crianças no país sem o nome do pai na certidão de nascimento. Por conta desse número alarmante, da falta de reconhecimento de paternidade, o CNJ implantou um programa chamado Pai Presente, sob a coordenação das Corregedorias dos Tribunais de Justiça (TJs). Com esse programa os tribunais têm realizado mutirões em escolas e presídios para o atendimento de mães, crianças e pais que pleiteiam o reconhecimento da paternidade e a realização de exames de DNA (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2015).

A meu ver, essas ações no âmbito do Estado são importantes, pois funcionam como força propulsora da mudança cultural e age diretamente de modo a iluminar o problema, ou seja, temos hoje no Brasil mais do que o equivalente a população da cidade de Brasília (3 milhões de habitantes) de filhos sem pai. Fica bem claro também como a sociedade imprime um escamoteamento da paternidade irresponsável, em outras palavras, discute-se muito pouco sobre esse assunto. Com isso, fica evidente que o não reconhecimento de milhões de crianças pelos seus pais configura um traço do patriarcalismo estrutural que ainda vigora no país.

Mas, quem é esse homem que se esconde e que não é cobrado por sua paternidade da mesma maneira que nós mulheres somos impiedosamente cobradas em relação a nossa maternidade? De que maneira esse "ser homem" tem sido construído e mantido protegido no que concerne a questões tão sensíveis como a paternidade? Não há como discutirmos maternidade sem antes pensarmos na construção de uma masculinidade que autoriza que o homem-pai abdique do exercício da paternidade, passando quase ileso pelo crivo do julgamento e da culpabilização social.

Diante disso, afirmo que vivemos a época do homem autocentrado, simplesmente, uma geração de Narcisos. Este homem é aquele que todos nós conhecemos, umas o conhecem mais de perto, outras nem tanto. É o homem comum, o vizinho, o amigo, podemos dizer que é a regra do "ser homem" nos

nossos tempos. Sendo mais específica, é a celebração da masculinidade tóxica, que faz com que os homens estejam sempre comprometidos com seus próprios interesses e desejos. Assim como Narciso, que só foi capaz de amar a sua própria imagem, para alguns homens da atualidade o "Outro", seja sua companheira ou filhos, não estão no escopo de suas preocupações. A falta de empatia desses homens é característica marcante em sua personalidade. O exercício da alteridade ou de entender que existe um "Outro" nas relações pessoais e sociais é completamente solapado pelo amor a si mesmo e pela necessidade de autorrealização. É óbvio que existem alguns fatores que influenciam na constituição de uma personalidade demasiado autocentrada. A Psicologia aponta que a educação familiar é uma delas, crianças que crescem acreditando que são o centro do mundo podem desenvolver um comportamento narcísico. Entretanto, nessa seção vou me valer apenas de um fator que entendo como um dos mais importantes para compreender a construção da masculinidade destrutiva do homem-narcísico, na atualidade, os discursos patriarcais.

Dessa maneira, irei centrar minhas reflexões em, de que maneira o "conhecimento" favoreceu a construção da figura do homem-narciso. Sabemos que, pelo menos desde o século XVIII, a chamada época das luzes, o patriarcado está intrincado nas mais diferentes áreas do conhecimento humano, assim como na formulação do pensamento de inúmeros autores. Da Filosofia à Ciência Política, da literatura à arte, os grandes autores e artistas, por meio de suas obras, vem se dedicando detidamente ao trabalho de edificação de uma história da humanidade em que a mulher deve ser subordinada, não somente ao poder do homem, mas também deve servir ao conjunto da sociedade. A inserção da lógica patriarcal em obras importantes para a construção do pensamento social, como por exemplo, os teóricos do Contrato Social, nos explica, a ausência das mulheres dos espaços públicos. Por conta disso, vem se construindo uma sociedade, além de patriarcal, fortemente androcêntrica. Como nos aponta Carole Pateman em sua crítica aos escritos dos autores do Contrato Social, a autora afirma que:

O Contrato Original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal é um atributo masculino e depende do direito patriarcal (PATEMAN, 2008, p. 17).

Como vimos no trecho em destaque Carole Pateman (2008) realizou um importante ensaio em que se debruçou sobre os escritos dos autores clássicos do Contrato Social (Hobbes, Locke e Rousseau). A autora demonstrou o quanto as obras desses autores foram eficazes no sentido de instituição do patriarcalismo moderno e no estabelecimento da relação de dominação e subordinação entre homens e mulheres na esfera da vida social.

Além do diligente e sólido trabalho de edificação do conhecimento, no campo da ciência política, alicerçado no patriarcalismo, gostaria de apontar como exemplo de marco histórico importante a grande influência do cristianismo na produção de discursos e práticas, e que, por consequência, tem formatado comportamentos sociais. O filósofo Sul-africano Mogobe Ramose (2011, p. 7) afirma que um dos pilares da colonização é a religião. Isso quer dizer que para o colonizador europeu todos os seres humanos sobre a face da Terra deveriam receber os ensinamentos da religião de Jesus Cristo, mesmo contra a sua própria vontade. Por isso, a colonização também nos deixou marcas quanto as normas de socialização e divisão de papéis sociais entre homens e mulheres¹, o que Walter Mignolo chama de colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007).

A nossa herança cristã-patriarcal, figurada nas parábolas presentes nos escritos bíblicos, nos aponta o quanto a imagem das mulheres foi construída apoiada num ideal de subordinação. Essa imagem criada da mulher obediente e subserviente ajuda, por outro lado, na construção da imagem de um homem que é o senhor, o centro do mundo, o Narciso. É como se fosse um espelho invertido em que as mulheres são obrigadas a assumirem a ser tudo aquilo que o homem não é ou não quer ser.

¹Partindo-se do princípio de que o presente trabalho não se concentra em trazer grandiosas discussões teóricas, o conceito de colonialidade do ser de Walter Mignolo não será debatido. Tenho ciência da importância de tal conceito assim como outros - colonialidade do saber e do poder - fundamentais para melhor compreensão do pensamento decolonial. Entretanto, neste texto optei por não focar em profundas teorizações, mas, em expor minhas próprias ideias e experiências sobre os diversos temas que aparecem no decorrer do trabalho. A intenção é manter com os referenciais teóricos 'um diálogo direto'. Assim, recomendo a leitura do texto de Nelson Maldonado-Torres que versa sobre o conceito de Colonialidade do ser de Mignolo.

MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Dessa maneira, a bíblia dos cristãos pode servir de subsídio para pensarmos a penetração do patriarcalismo em nossa sociedade. Já que, com a colonização a religião cristã nos foi imposta, e com isso, ideias moralmente assentadas na dominação masculina penetrou no nosso modo de viver. Por isso, utilizo-me da alegoria ficcional chamada bíblia para demonstrar que seus preceitos e dogmas sustentam e justificam o poder patriarcal. Mas, por que olhar para os preceitos da religião cristã para entender a força do patriarcado e a construção do homem-narciso?

Porque a sociedade brasileira no atual momento vive uma supervalorização da religião cristã. Neste exato momento vislumbramos a volta da moralidade cristã como "base teórica" que sustenta a implementação de mudanças de leis e que tem configurado a destruição de uma série de direitos conquistados, às duras penas, pelo movimento negro e de mulheres. É patente também a sensação de que estamos vivendo num Estado pré-fundamentalista. A força política dos neopentecostais foi observada no último processo eleitoral em que estes defenderam os valores da "família tradicional brasileira" e obtiveram grande apoio do conjunto da população e além de elegerem um expressivo número de parlamentares adeptos dessas ideias colocaram no poder um presidente que visivelmente flerta com o neofascismo. Ou seja, a bancada evangélica na Câmara logrou um aumento expressivo. E por conta disso, já temos observado muitos Projetos de Lei impetrados por parlamentares com esse alinhamento ideológico.

Como acredito que todo trabalho acadêmico vive o *Zeitgeist*, termo traduzido do alemão como "o espírito do tempo", é importante falarmos desse espírito que temos vivido no país desde a eleição de 2018. É o espírito persecutório em que discursos da moralidade cristã ganham eco na sociedade e o atual presidente, ligado a igreja evangélica, nomeou para o Ministério das Mulheres uma Pastora.

Então, a partir dessa base de apoio, os congressistas do partido do presidente desengavetaram um Projeto de Lei que proíbe a realização do aborto em quaisquer circunstâncias, inclusive as que já eram garantidas por lei desde 1940, como nos casos de gestação de bebê anencéfalo e em caso de estupro.

O mais grave nesse cenário é que os argumentos utilizados para desengavetar o estatuto do nascituro estão baseados em teses fundamentalistas e ideologias cristãs. Teses essas que representam um retrocesso em termos de políticas públicas. Além, é claro, de auxiliar na difusão de ideias tão combatidas pelo

movimento feminista, pelo menos, há 60 anos. A Ministra das mulheres e dos Direitos Humanos não tem pudor de ir às redes sociais e afirmar que "lugar de mulher é em casa". Essa afirmação tão contraproducente, faz parte de um repertório reacionário e que traz para a arena política a discussão de quem terá direito às ações das políticas públicas e quem não terá. Isso porque as ações do ministério estão pautadas na ideia do dimorfismo sexual estabelecido nos preceitos bíblicos. A frase emblemática a ministra das mulheres: "Meninas vestem rosa e meninos vestem azul" nos deixa bem claro a direção tomada pela atual gestão. Somado a isso, a líder do Ministério das mulheres reduz o papel das mulheres à condição da maternidade. Mesmo que "ser mãe" signifique dar a luz ao filho de um estuprador.

Baseado nessas ponderações é que julgo importante refletirmos sobre o papel das ideias patriarcais presentes na religião de orientação cristã para falarmos sobre questões, como por exemplo, a construção da masculinidade narcísica e o abandono paterno. É fundamental dizer que maternidade e paternidade são assuntos tratados de maneira completamente diferente desde que o mundo é mundo. E, na minha opinião, as ideologias cristãs configuram como outra área do conhecimento que ajuda a fundamentar essa discrepância no lidar com os dois eventos. Acrescento que o cristianismo, imposto a nós colonizados, destruiu outras formas de entender e de experienciar o gênero. E, a bíblia, como o grande guia de normas e condutas morais cristãs, introduz uma racionalidade - patriarcal - na sociedade que deixa seus reflexos na atualidade. Reflexos que hoje encontram-se mais marcantes devido à forte penetração dos preceitos cristãos no Poder Executivo que, por conseguinte, tem guiado suas pautas e ações apoiadas nessas premissas.

Retomando as ponderações relativas aos ensinamentos bíblicos para entendermos a construção de uma lógica patriarcal, que ao fim e ao cabo, constroem uma masculinidade destrutiva, Elisabeth Badinter em seu livro "Um amor Conquistado: O Mito do Amor Materno", descreve bem essa influência religiosa. Badinter nos chama a atenção para o livro de gênesis, que nomeia de: "um drama dividido em três atos". A autora descreve o primeiro ato como a criação do homem que:

[...] mal saído das mãos de Deus, dá nome a todas as espécies animais criadas antes dele". **Vendo-o decepcionado por não encontrar entre elas uma companheira que lhe servisse**, Deus o adormece, retira-lhe uma das costelas e forma em torno um tecido de carne.

Notemos que mesmo na história ficcional contada na bíblia, o homem é descrito como um indivíduo extremamente sexista, pois, procura uma companheira com o intuito de lhe servir. E Deus, em seu infinito poder patriarcal, cria outro ser, cuja existência será dedicada a servir ao primeiro homem. Como apontado por Badinter, a mulher é criada com uma parte (a costela) do homem, tornando-a submissa aos seus desejos e ao mesmo tempo, instituindo que esse homem é o centro. Deus age de modo a atender o desejo patriarcal do homem autocentrado. E assim nasceu a mulher. Um ser nascido de uma parte do homem cuja essência fundamental está em assisti-lo. Essa passagem pode parecer algo trivial, todavia, é notória a força cultural contida nela, principalmente em termos de influência no estabelecimento das relações de gênero.

Seguindo na reflexão de Badinter, no segundo ato a mulher é responsável pelo pecado, e a perdição do homem. É amplamente conhecida a conversa da serpente com Eva que lhe prometia poderes semelhantes a Deus e de ter o conhecimento do Bem e do Mal. Nessa parte da passagem bíblica, Eva é quem comete a desobediência a Deus. Sendo assim, a mulher é descrita como aquela que corrompe o homem, ou, o sexo frágil que sucumbiu ao pecado.

E, finalmente, no terceiro, ato a autora classifica como as maldições. Também é bem conhecida as duas primeiras maldições lançadas sobre Eva: "Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dor parirás teus filhos." E ainda temos a terceira maldição, que é carregada de consequências durante dezenas de séculos: "E a tua paixão será para o teu marido, e ele te dominará." Badinter sublinha que o conceito de paixão implica necessariamente as ideias de passividade, de submissão e de alienação que definem a futura condição feminina. E, qual fora o castigo de Adão? Nas palavras da autora: "confirmado em seu papel de senhor, foi condenado apenas a trabalhar arduamente e a morrer como Eva".

Assim, baseado nos pequenos trechos discutidos, é possível notar que o primeiro livro da Bíblia, um dos mais importantes porque versa sobre a "criação do mundo", tem parte de sua história alinhavada por relações de poder. Em que Deus cria o homem para ser o senhor na terra e a partir disso a narrativa se desenrola de modo a atender o desejo de um homem autocentrado. Em contrapartida, a imagem da mulher é construída como aquela que foi criada para servir ao homem-senhor, e por ter o induzido a cometer o pecado foi condenada a servidão eterna.

Dando continuidade às narrativas bíblicas, ainda refletindo sobre o papel da religião cristã e sua influência histórica na construção dos papéis sociais de homens e mulheres, há outra parábola que expõe à luz do dia a idealização de um homem que é protegido pela estrutura patriarcal:

E os escribas e fariseus trouxeram-lhe uma mulher apanhada em adultério. E, pondo-a no meio, disseram-lhe: Mestre, esta mulher foi apanhada, no próprio ato, adulterando. E na lei nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes? Isto diziam eles, tentando-o, para que tivessem de que o acusar. Mas Jesus, inclinando-se, escrevia com o dedo na terra. E, como insistissem, perguntando-lhe, endireitou-se e disse-lhes: Aquele que de entre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela. E, tornando a inclinar-se, escrevia na terra. Quando ouviram isto, redarguidos da consciência, saíram um a um, a começar pelos mais velhos até aos últimos; ficou só Jesus e a mulher que estava no meio (A BÍBLIA, p. João cap, 8 versículo 9-11).

Como percebemos em mais um exemplo dos escritos da Bíblia, somente a mulher estava sendo julgada por praticar o adultério, e por isso, teria de pagar com a vida. Mas, se o crime era de adultério, cadê o homem? Não se pratica adultério sozinha, certo? Na minha imaginação esse homem está no mesmo lugar que todos os homens que praticam o abandono ou a irresponsabilidade afetiva. Eles estão na sombra, recolhidos, ou melhor, eles estão escondidos. Ou quem sabe eles até mesmo se encontrem no meio dos outros, com uma pedra na mão...

O fato é que a atitude é quase sempre a mesma, diante de uma questão que eles (homens) não querem lidar, que não desejam vivenciar, os homens-narcisos simplesmente se escondem e são protegidos pelo pacto patriarcal que tem regido as nossas relações sociais.

O mito grego de Liríope nos mostra muito bem como a maternidade e a paternidade são tratados de maneira paradoxalmente diferente pela sociedade. De acordo com o mito, Liríope nunca manifestou o desejo de se casar ou de se tornar mãe. Entretanto, Céfiso, o senhor do curso interrupto das águas, encantado com a beleza e a voz de Liríope decidiu iniciar um romance com a bela ninfa. Céfiso vivia a percorrer cidades diferentes, pois, um rio nunca se contenta a jorrar apenas na nascente, seu comportamento com os seres femininos nunca mudava, ele jamais se comprometia em ser fiel, não importava o quanto elas se esforçassem, o rio continuava a seguir um curso ininterrupto. Os dois iniciaram um romance, mas Liríope tinha a certeza de que ficariam restritos apenas ao namoro, pois, gostava da

liberdade. Diz o mito que a ninfa não amava verdadeiramente o deus-rio, na verdade, ela gostava do que ele representava; a liberdade (NOGUERA, 2017, p. 54).

Entretanto, diante de uma gravidez indesejada, Liríope se viu obrigada a casar-se com Céfiso, pois, este seguiria uma ordem divina de sempre casar-se com aqueles seres que carregassem seu fruto no ventre. A gravidez foi um momento muito difícil para Liríope, porque a ninfa sabia que perderia sua liberdade e autonomia por conta dos cuidados que deveria dedicar ao filho. Mas, a criança nasce com uma esplêndida beleza, o bebê Narciso causou júbilo a todo Olimpo com tamanha perfeição. O pai ficou muito orgulhoso de seu filho, mas, depois da comemoração, a paternidade caiu no esquecimento. E com isso, Liríope viu-se tendo que cuidar sozinha do filho. Afinal, as imposições sociais à maternidade exigem que a mulher-mãe abdique de parte de sua humanidade em favor de uma capacidade de cuidado sem limites; ou seja, é abdicar do amor próprio em nome da cria (NOGUERA, 2017, p. 55). Assim, o que nos demonstra o mito de Liríope? Nas palavras de Renato Noguera:

Diante da maternidade e da paternidade iminentes, a sociedade responsabiliza a mulher em demasia e exige pouco do homem. O mito nos mostra que Céfiso, como de costume, não foi cobrado socialmente como Liríope. Afinal, por ser um rio, ele tinha como função continuar correndo, abastecendo outras regiões. O deus-rio, assim como os homens, estaria desobrigado de gastar seu tempo em cuidados paternos (NOGUERA, 2017, p. 55).

E, o autor finaliza:

Em outras palavras, as mulheres são mais 'penalizadas' pela maternidade do que os homens pela paternidade. O mito pretende alertar para esse tema recorrente nos debates feministas no século XX e ainda hoje. Enquanto os homens não precisam se dedicar com a mesma intensidade à criação de filhas e filhos, as mulheres serão julgadas negativamente caso recusem a maternidade. A negação do "instinto materno" é tomada como um pecado mortal. No contexto do patriarcado, as mulheres não têm direito a recusar o "dever" da maternidade. Liríope experimenta essa desconfortável situação (NOGUERA, 2017, p. 55).

À vista disso, a tentativa foi de demonstrar que o "culto ao patriarcado" é sustentado por narrativas e mitos e, portanto, homens ainda podem recorrer ao seu esconderijo ou escolher viver seus desejos pessoais em detrimento a se dedicarem na árdua tarefa de criarem seus próprios filhos. A religião cristã é em grande medida responsável pela legitimação do culto ao patriarcado, porque continua afirmando, por meio de seus dogmas, a subalternidade e o engessamento do papel social das mulheres, que está centrado quase exclusivamente na maternidade. E para a

maternidade não tem perdão, não tem desculpa, não tem esconderijo. As mulheres não têm escolha, nós não temos a permissão sequer de optar pela não maternidade sem sermos julgadas. Não temos a opção de vivermos as nossas vidas e deixarmos os filhos para serem educados pelo pai. Caso isso aconteça, mulheres são crucificadas, patologizadas e execradas pela sociedade. Aí sim, no caso de mães que abandonam seus filhos, há a patologia descrita nas páginas da internet. Somos diagnosticadas como "mães narcisistas".

Ainda refletindo nesse sentido, resolvi fazer uma experiência. Em uma breve pesquisa na internet, utilizei o descritor "mãe narcisista" para apurar de que maneira os textos direcionavam essa temática. Esse descritor resultou em 226 mil resultados. Logo em seguida resolvi fazer a mesma experiência, mas utilizando o descritor "pai narcisista", dessa vez obtive 229 mil resultados, mas, com uma diferença muito importante de ser mencionada. Ao abrir os resultados de algumas pesquisas, percebi que as matérias estavam relacionadas não ao pai narcisista, mas aos pais narcisistas, ou seja, aos progenitores, pai e mãe. A maior parte das matérias se dedicavam a informar ao leitor as características e os efeitos de ter sido educado por pai e mãe narcisista, e não somente o pai. Ou seja, praticamente inexistem textos que versam sobre paternidade narcisista, ao passo que a internet está inundada de matérias dedicadas a discutir exaustivamente sobre os efeitos da execrada maternidade narcisista. Essa pequena experiência que descrevi é o sintoma de uma sociedade que massacra mulheres por conta de suas maternidades e permite que homens permaneçam nesse lugar confortável, seguindo "o fluxo de seus rios" e experienciando uma vida em que estão completamente alheios à existência de seus filhos.

Meu pai durante a vida inteira ficou nesse lugar. E, a minha família paterna pouco julgou a atitude do meu pai de sair de casa deixando para trás duas crianças, uma de cinco anos e outra de três. Mas, por outro lado, era recorrente ouvi-los tecendo críticas à minha mãe porque de vez em quando ela saía com as amigas, nos deixando aos cuidados de uma vizinha.

Desse modo, durante muito tempo fiquei pensando na dor dessas mulheres. Não consigo encontrar outra palavra para nomear a história de vida das mulheres-mães de minha família. Como já disse, todas elas criaram seus filhos sozinhas. Cada uma lutando contra uma organização social que lhes tirou absolutamente tudo. Não tiveram a chance de estudar (a exceção da tia Maria da Glória que às duras

penas formou-se em Enfermagem), de oferecer uma infância tranquila para seus filhos, de ter um trabalho justo, não tiveram sequer o direito de ter uma casa decente para morar. Ao contrário dos pais de seus filhos que seguiram tranquilamente o rumo de suas vidas.

4 MÃES, MULHERES, MARIAS E SUAS TRAJETÓRIAS DE DOR

Agbara Oxum

Sou mulher inteira
Dona dos meus afetos
Malemolente entre a guerra
Venço, com apenas um mergulho.
Sou a Oxum das escadarias
Dos becos e vielas
Senhora forte
Que vai ao trabalho
E faz do seu abebé espada.
Não me submeti a homem algum:
Nem a força bruta de João
Nem ameaças de Damião
Nem à vaidade de Oxóssi
Ou a Fúria de Ogum.
Na aldeia que fui rejeitada
Afoguei todos os homens
Com um beijo de despedida.
Dancei para as mulheres do meu clã
Honrei minha ancestrais com beleza
Para meus inimigos pouca voz
E muita exuberância.
Meu ijexá é feitiço e estratégia
No primeiro jincá eu já te seduzir
O que faço com teu corpo
Depende do teu Omolocô
Posso cantar em seus ouvidos
Posso te comer cozido
Em água doce e fria
Serás servido a mim.
E aviso aos ouvidos tapados
Que estou convocando
As Yalodês ancestrais.
O feminino será referência
Minha força será potência
Meus caurís está a profetizar.
Assim convoco as mulheres
Convoco o feminino
Convoco as Oxuns
Para que saiam dos seus abrigos.
Convoco a sociedade Geledés.
Venham!
Venham todas comigo
Com força e exuberância
Diga ao mundo
Para se render ou eu o torno infrutífero
A Oxum delicada não é passiva

Apenas mata com elegância.

Texto: Van Sena Omoloji

Certa vez um Babalorixá me disse que eu era filha de Oxum. Isso ficou guardado em meu coração. Pensei comigo, o que será que significa ser filha de Oxum? Daí fui pesquisar e descobri uma história - que logo me identifiquei - muito interessante sobre essa orixá.

A história é que Oxum era casada com Xangô que tinha inúmeras esposas, mas, esse orixá tinha como prediletas Oxum e Iansã. As duas esposas prediletas de Xangô viviam uma espécie de disputa e isso fazia com que não pudessem ficar juntas sem que tivesse a presença de outras pessoas. Certo dia Iansã se irritou com Oxum e decidiu usar sua espada. Oxum estava a beira do rio banhando-se e viu quando Iansã aproximou-se através do espelho que tinha a mão. Então, Oxum se utilizou das bençãos e orientações dadas por Obatalá e usou a luz do Sol para cegar sua oponente e fugir (NOGUERA, 2017, p. 94).

Renato Nogueira aponta que Oxum não utilizou o espelho somente para enxergar a si mesma, mas também pra refletir sobre o que estava a seu redor e foi dessa maneira que descobriu e eliminou o perigo que a cercava (NOGUERA, 2017, p. 94). Nas palavras do autor:

Em outras palavras, o espelho deve ser um instrumento de intervenção da realidade, nunca pode ser um instrumento de intensificação do ego. Oxum ensina que a mulher pode usar o símbolo da vaidade como uma possibilidade de entrar na realidade de superação dos obstáculos (NOGUERA, 2017, p. 94).

Decerto que esse é o sentido da presente experiência de escrita. A reflexão sobre vários aspectos da minha vida e da vida das mulheres da minha família são importantes como possibilidade de intervenção na realidade social. A tese é o meu espelho, e ao contrário de representar um objeto de vaidade, me utilizo dela para observar, não somente a mim mesma, mas, também como uma tentativa de entrar na realidade social de inúmeras mulheres e interferir de algum modo na superação dos obstáculos impostos a nós pela sociedade patriarcal em que vivemos.

Assim sendo, a partir daqui narro as trajetórias das quatro Marias da minha família. São breves passagens da vida de cada uma delas, Maria Anunciada, Maria do Socorro, Maria da Glória e Maria de Fátima. Às vezes pode parecer que as

passagens são as mesmas, ou, as histórias se repetem. Mas, o que acontece é que as dores são quase as mesmas, elas são compartilhadas.

Não pretendo trazer narrativas extensas, a intensão é apenas demonstrar que as estruturas de opressão estão presentes, definindo a trajetória de vida dessas mulheres. Fica bem marcado também a ausência da figura masculina, acentuando fortes expressões do patriarcado em nossa sociedade.

Por último destaque que minhas tias e minha avó são negras de pele clara, no entanto, são "lidas" socialmente como brancas. Minha mãe é a única branca, pois, não apresenta traços fenotipicamente negros. Minhas tias possuem ascendência negra, meu avô Geraldo era um homem negro, mas a despeito disso, elas são "lidas" socialmente como brancas. É importante destacar também que minhas tias não se reconhecem como mulheres negras.

4.1 Maria Anunciada: a mãe e o mito

Minha avó se chama Maria Anunciada Nunes de Melo, é natural de Ielmo Marinho, Rio Grande do Norte, era filha de dois agricultores; Pedro Inácio de Melo e Marcionila Nunes Cabral de Melo. Ela era a filha mais velha do segundo casamento de meu bisavô Pedro Inácio. Segundo contam minhas tias, os meus bisavós eram proprietários de uma pequena fazenda, um pequeno pedaço de terra em que havia basicamente duas construções, uma casa de moradia e uma "casa de farinha". Naquela região as pequenas propriedades tinham uma casa que funcionava como uma pequena fábrica onde se produzia farinha. Essa casa era composta por máquina manual de triturar a mandioca, prensa pra secar a massa (que retirava o sumo) e um forno grande para torrar a farinha. Na fazenda dos meus bisavós o processo era todo artesanal. Na propriedade, além de mandioca, eles também plantavam outras culturas como milho, feijão e batatas. Havia também por volta de vinte e cinco a trinta cabeças de gado, alguns cavalos e mulas.

Apesar de tantas dificuldades, minha avó teve a sorte de ter aprendido a ler e a escrever. Logo que ficou adulta, namorou e casou-se com meu avô Geraldo. Com o falecimento de meu bisavô Pedro, a família começou a se dispersar, dividiram o pouco que tinham e cada um foi para um lado. De acordo com o relato do meu tio Francisco, minha bisavó vendeu ou entregou a parte da herança dela para os políticos da região, devido a dívidas contraídas pela família.

Minha avó era católica e devota de Maria, por isso, adorava esse nome. E, por isso, minha mãe e minhas duas tias se chamam Maria. Maria do Socorro (minha mãe), Maria de Fátima e Maria da Glória. As Marias da família Assis são muito parecidas. Não só fisicamente, mas no temperamento. Pelo fato de terem vivido uma vida inteira sozinhas, criaram uma carcaça muito dura para se protegerem.

Posso dizer que elas exibem uma autoridade natural, por conta de que durante suas vidas sempre tiveram que estar no comando, guiando o leme por mares sempre revoltosos. Por isso, na minha família, definitivamente, são elas quem mandam. Todas levam muito à sério o labor e enxergam nele algo ligado ao caráter. Para todas elas as mulheres devem trabalhar e jamais dependerem de homens ou qualquer outra pessoa para lhes garantirem o sustento. Minha mãe me diz que o "gênio" e a disposição para o trabalho são heranças de minha avó. Desde pequena pergunto à minha mãe como era a minha avó. Pedi que minha mãe escrevesse um pouco sobre ela:

"O que dizer da minha mãe? Era uma mulher guerreira, quando meu pai nos deixou ela trabalhou muito para criar os cinco filhos que ele deixou para trás. Era uma mulher que sofreu muito na vida, muitas vezes não tínhamos o que comer, mas ela nunca reclamou da vida, não se deixava abater, vivia sempre sorrindo. Ela era uma mulher muito extrovertida, tinha esperança que meu pai um dia voltasse, só que ele nunca voltou. Aí apareceu o câncer e ela veio a falecer aos 49 anos de idade."

A singularidade na história da minha família é que a figura do patriarca, meu avô - "seu Geraldo", é assim que todos o chamam - não só é apagada como também é completamente execrada. Nenhuma das minhas tias, e nem mesmo minha mãe se referem ao meu avô com um mínimo de afeto. Ao contrário, durante muitos anos todos se referiam a ele como o causador da desgraça da família.

Depois que meu avô Geraldo foi embora para Brasília e minha avó percebeu que ele não voltaria mais para Natal, ela resolveu ir embora para o Rio de Janeiro. Em outras palavras, foi por causa dele que minha avó teve que sair do Rio Grande do Norte e ir para o Rio de Janeiro, numa tentativa de conseguir melhores condições de vida. Somado a isso, o avô Geraldo foi responsabilizado também pela separação dos filhos de dona Maria Anunciada. Porque depois do falecimento da minha avó, cada um buscou a melhor maneira de sobreviver, e por isso, todos os irmãos tiveram que se separar. Cada um foi para um estado diferente. Minha mãe, tio João e tia Maria de Fátima migraram para o Rio de Janeiro. Minha tia Maria da Glória foi para Brasília morar com a irmã de minha avó e tio Francisco ficou em Natal. Apesar

desse trabalho estar direcionado à dar voz às mulheres, achei importante ouvir o relato do filho mais velho, pois, é o que mais tem memória do que ocorreu na época. Então, pedi a tio Francisco que escrevesse sobre a história da minha avó, eis o relato:

"Minha mãe tem o primeiro filho e esse morre ainda bebê, eu sou o segundo filho. Com o meu nascimento, meus pais começaram a se mudar de cidade em cidade, tempos em Natal e tempos em outras cidades do interior do estado, foram épocas difíceis. Minha mãe teve nove filhos, morreram quatro e sobramos eu, Socorro, Fátima, João e Glória. Da infância passamos para a adolescência com muito sofrimento, nosso pai além de não ter poder aquisitivo, era irresponsável. Eu e a socorro começamos a trabalhar muito cedo, ainda pequenos. Nosso pai, Geraldo saía para trabalhar fora de Natal e esquecia de voltar, enquanto isso, nossa mãe ficava sempre lutando para manter a gente no que podia. Por fim, Geraldo parou um pouco em casa, mas não tínhamos uma casa, porque quando ele começava a fazer uma, por um motivo ou outro vendia. Eu, sua mãe e Fatinha ficamos adolescentes e chega o momento de nosso pai viajar para Brasília em 1972. Fui também, fiquei lá por um ano e meio, vim embora para Natal e oito meses depois casei com a Socorro [esposa do meu tio francisco]. Ele ficou por lá, mandou dinheiro para a minha mãe duas ou três vezes e não mais. Até que chega a minha avó do Rio de Janeiro e leva a Socorro, sua mãe. Depois manda buscar minha mãe, João e Glorinha, ficando a Fatinha e eu. Antes da Socorro viajar eu já estava casado e não morava com a família. Um ano depois eu vou para o Rio, a Fatinha fica. Quando chego aí no Rio também houve muito sofrimento, demorei para arrumar emprego. Quando finalmente trabalhei aí, eu e minha mãe mandamos buscar a Fátima. Porém pra mim, não deu muito certo pois a minha esposa não se adaptou. Vim embora para Natal, nesse período, minha mãe já sentia que estava doente. Não me perdoe por ter me distanciado dela, isso em 1974. Em 1977 recebo a notícia que ela havia falecido, me sinto culpado por isso. Essa é a História que minha mãe contava e parte eu e sua mãe presenciamos".

A partir dos relatos dos filhos da minha avó fica muito claro o lugar que ela ocupa, mesmo depois de falecida; ela é a matriarca da nossa família. Mesmo depois de sua morte, ela continua muito presente entre nós, é ela quem nos inspira. A história de vida dela é contada e recontada todas as vezes que todos da família estão reunidos. Posso dizer que a ancestralidade está na essência da minha família. Alguns saberes são ainda compartilhados por filhos e filhas da minha avó.

Aliás, como forma de celebrar nossa ancestralidade, a tia Maria da Glória ou a "tia Glorinha" como a chamamos, criou uma festa na família que acontece de quatro em quatro anos. Nessa festa se reúnem os cinco filhos de minha avó (e suas respectivas famílias), ou seja, as Marias e os meus dois tios João e Francisco para celebrar a memória de minha avó. É nesse momento que nos reunimos e comemoramos a existência da nossa grande matriarca, que tanto nos ensinou em

sua curta vida. Mas, não é só uma festa, nessa reunião acontece também uma cerimônia. É durante a festa que ocorre "a cerimônia de transmissão do bule". Após a morte da minha avó foi encontrado entre os seus pertences o antigo bule em que ela preparava o café para toda a família. Esse bule é o símbolo da união e significa que apesar da distância entre os cinco filhos de Dona Maria Anunciada, jamais essa família deixará de se encontrar. Esse cerimonial é muito simbólico porque com o sumiço do meu avô, os cinco irmãos se separaram, fato que todos eles até hoje falam com muita tristeza. Resgata-se com isso a memória afetiva que os filhos da minha avó têm em relação ao café que ela preparava, isto é, o café traz de volta o momento em que todos estavam juntos, na época em que todos ainda eram crianças, e também, era naquele instante que recebiam o carinho e os afagos de mãe, essa lembrança é a que eles dizem que mais sentem falta.

A cerimônia do bule traz de volta à vida a mãe, a avó e o amor entre os irmãos. O viver junto, o compartilhar as coisas da vida entre os irmãos, tudo que foi tirado dos cinco filhos de Dona Maria. Nenhum deles teve infância, todos tiveram de trabalhar desde muito cedo. Cada um foi para um lado tentar sobreviver sem pai e sem mãe. Por esse motivo é que o compromisso firmado de se reunirem significa que vai existir um dia, no espaço de quatro anos, para que celebremos a existência da minha avó, pois, é ela quem nos une. O bule é transmitido, no fim da cerimônia, para o filho de Dona Maria que será o responsável de organizar a próxima festa. A última "festa da família", é assim que a chamamos, aconteceu no ano de 2016, em conjunto com a comemoração dos 60 anos de minha mãe. Portanto, o bule de minha avó está com a família de minha mãe que irá passá-lo em 2020 para outro irmão que realizará a festa da família naquele ano.

Essa ancestralidade não é celebrada apenas no dia da "festa da família", a todo momento que nos reunimos, minha mãe, minhas tias e tios contam as histórias de como foi a infância, de como vieram para o Rio de Janeiro e, o melhor, como era a minha avó. Essa figura tão presente e viva circulou no meu imaginário durante muito tempo por dois motivos. Primeiro pelo fato de não saber o que é ter uma avó. Fui uma criança que não conheci outro amor que não fosse o da minha mãe, por isso, tinha curiosidade em saber quem era aquela figura e de ter aquilo que nunca tive, o carinho de avó. E, segundo, porque foi criado um mito dentro da minha família. A figura da minha avó nunca morreu, ao contrário, todos os filhos fazem questão de tornar essa mulher cada vez mais viva.

Entendo a forte e viva presença de minha avó na nossa família através da cosmovisão lorubá. De acordo com a tradição lorubá a morte não é entendida como o inverso da vida. Ou seja, estar morto não significa estar sem vida. A morte, para a cultura lorubá, é esquecimento. Então, existem duas possibilidades para esse estado de morte. Tornar-se parte da ancestralidade, ou, tornar-se um espírito sem corpo. De acordo com Renato Nogueira, para os lorubás, "os ancestrais são aquelas pessoas que deixaram o mundo presente e mantém uma relação de diálogo com sua descendência, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas vivas" (NOGUERA, 2017, p. 83). É assim que afirmamos a presença e a ligação com essa personagem tão importante para a minha família.

Por outro lado, a ausência da figura do meu avô me despertava curiosidade. Eu percebia que durante as reuniões familiares, nas falas das tias e tios, sempre ficou muito claro o quanto meu avô Geraldo era mal quisto entre todos. Minha mãe tinha muita mágoa dele. Eu percebia que todos o culpavam pela vida sofrida que tiveram (a separação dos cinco irmãos) e pela morte, tão prematura, aos 49 anos da minha avó Maria. Como relatado pelo tio Francisco, meu avô Geraldo foi para Brasília trabalhar, pois, na época, os anos de 1970, havia muita oportunidade de trabalho na construção civil nesse estado. A "lenda" contada na família era que meu avô tinha ido construir Brasília e nunca mais havia voltado. Bem, a história não é de todo fantasiosa porque, de fato, nos idos de 1970, em plena Ditadura Militar, Brasília ainda continuava em construção. Como assinalado por Alberto de Carvalho:

Construída a toque de caixa, Brasília inicialmente atraiu um número muito grande de trabalhadores, particularmente para a construção civil, sedentos pela vasta oferta de serviço. A maioria era proveniente da região Nordeste, Minas Gerais e de Goiás. [...] Após a inauguração, as obras continuaram por muito tempo, ainda em forte ritmo. O fluxo migratório deixou de ser temporário, e esses trabalhadores pioneiros foram ficando e se estabelecendo. Foi preciso acelerar a criação das cidades-satélites, inicialmente destinadas a abrigar esses trabalhadores menos qualificados e de mais baixa renda (CARVALHO, 2008, p. 24).

Durante os sucessivos abandonos/desaparecimentos de meu avô Geraldo, que regularmente sumia de casa durante muito tempo, sem se preocupar com o sustento, a alimentação de seus próprios filhos, minha avó trabalhava no que aparecia, de maneira a dar conta do sustento de seus cinco filhos. Uma história contada repetidas vezes por minha mãe é sobre o período que minha avó trabalhou num "leprosário" em Natal.

No Brasil o tratamento da Hanseníase, chamada durante esse período de "lepra", foi instituído por meio do decreto 16.300 de 1923, em que o Estado determinou a internação e isolamento dos doentes, como principal medida sanitária no combate à disseminação da doença. Assim, inúmeros leprosários foram construídos em vários estados do Brasil como principal medida de Saúde Pública. Apesar de a hanseníase não figurar entre as principais doenças que acometia a população do Rio Grande do Norte, em 1924, com o mandato de José Augusto Bezerra de Medeiros (cargo denominado a época de Presidente de Estado), houve a implementação de algumas medidas higiênicas e sanitárias. Foi neste período que instaurou-se o Serviço de Profilaxia da Lepra, que era uma instituição responsável pelo acompanhamento dos doentes notificados com o bacilo de hansen.

De acordo com Barbosa Antunes (2017, p. 69) em 1926 foi inaugurado o Leprosário São Francisco de Assis, no Rio Grande do Norte. Segundo as pesquisas que realizei, foi exatamente nessa instituição que minha avó Maria Anunciada trabalhou entre os anos de 1964 e 1965. Lá ela desempenhava a função de faxineira, em que era a responsável por toda a limpeza dos quartos dos internos. Minha mãe conta que na época era proibida a contratação de funcionários não doentes para trabalhar nas instalações dos Leprosários. Minhas pesquisas sobre o tema confirmam essa informação. De fato, como aponta Barbosa Antunes (2017) até meados dos anos de 1960, quem fazia a limpeza dos leprosários eram os próprios internos (aqueles que se encontravam em melhores condições físicas) ou as "irmãs", ou seja, as freiras responsáveis pela coordenação dessas instituições.

Minha mãe conta que minha avó, mesmo correndo o risco de pegar a doença, ia trabalhar no leprosário, pois, era dali que se garantia o sustento dos cinco filhos. O trabalho lhe rendia muito pouco, o salário de faxineira mal dava para comprar a cesta básica. Por isso, ela trazia o resto de comida que sobrava nas refeições dos internos - segundo minha avó era a comida "não mexida" pelos pacientes - e levava para alimentar os filhos. Minha mãe disse que na época, todos tinham medo de pegar a doença, mas a fome era maior que o medo, então, no fim, todos agradeciam a Deus por aquela refeição.

Após ouvir essa história eu perguntei:

- Mãe, como minha avó não pegou essa doença? E minha mãe respondeu:

- *Ah minha filha, só Deus pra proteger a gente. Minha mãe não tinha de onde tirar comida, o jeito era comer a sobra mesmo dos pacientes do hospital.*

Essa história do "leprosário" me remete a outra história, do período que minha mãe trabalhou em um restaurante. Eu tinha 12 anos, e ficava ansiosa para a chegada da minha mãe em casa, depois do trabalho. Muitas vezes não tínhamos o que comer no jantar, por isso, ficávamos até tarde a espera da minha mãe. Quando ela chegava, com a bolsa repleta de sobras de comida do restaurante, era a festa. Minha mãe pegava as sobras escondido da chefe. Ela embrulhava bem a comida em plástico filme, para não vazar, e depois ela enrolava o embrulho no meio do uniforme sujo que trazia para casa para lavar. Eu e meu irmão ficávamos tentando adivinhar o que mamãe ia trazer naquele dia. Será que ela traria frango, carne, panqueca? O que mais ela trazia era bife acebolado, frango xadrez, carne assada, uma variedade de pratos porque ela trabalhava no restaurante Self-service. Mas, além da carne ela trazia também pães, tipo brioques, mini-pizza e salgados de forno. É triste lembrar, mas, esse emprego da minha mãe foi o que garantiu durante muito tempo os nossos almoços, jantares e cafés-da-manhã.

Minha avó Maria Anunciada se tornou um mito para a minha família pois, é descrita por todos os seus filhos como um ser iluminado. Entendo que ela não é só a nossa "avó", mas também é dona dos rituais de cura e dos ditados mais falados por minha mãe, tias e tios. Com relação aos rituais de cura, eles foram muito utilizados pela minha mãe quando eu era criança. Durante toda a minha infância tive bronquite asmática e sofria com crises recorrentes de tosse e falta de ar. Diante de fortes crises e por conta da falta de dinheiro para comprar medicamentos, minha mãe realizava alguns rituais ensinados pela minha avó. Quando eu estava com tosse, por exemplo, minha mãe colocava leite numa vasilha, queimava o açúcar com o sumo de uma erva chamada malva e me dava para beber. Ela também fazia uma espécie de compressa com álcool e água, molhava numa fralda e enrolava no meu pescoço.

Além dos chás de eucalipto que eu tomava quando estava gripada. Em Nova Iguaçu, durante minha infância, havia inúmeros pés de eucaliptos, me recordo de minha mãe ir buscar as folhas rapidamente assim que eu entrava em crise. Posso dizer que esses rituais aliviaram muito os sintomas da minha doença respiratória.

Os rituais de cura deixados pela minha avó foram muito importantes porque até 1988 o acesso ao sistema de saúde pública no Brasil estava ligada a existência de vínculo empregatício do usuário. Ou seja, eu vivi na pele os efeitos de não termos na época, no país, um sistema de saúde universal. Depois que meu pai foi embora minha mãe teve que trabalhar em qualquer emprego que aparecia, história igual a da minha avó. Sendo que os empregos que minha mãe conseguia eram quase sempre sem registro em carteira de trabalho, o que não nos dava direito na época, de utilizar o chamado Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social).

A literatura do campo da Saúde Coletiva nos ensina que durante o período pré-SUS aqueles que não trabalhavam de carteira assinada recorriam aos hospitais filantrópicos. No entanto, devo registrar que no meu município, inexistiam tais hospitais. Dessa forma, o conhecimento dos rituais de cura deixados pela minha avó eram os únicos recursos que tínhamos à época, e foi o que inúmeras vezes aliviou os sintomas da minha grave doença respiratória.

A nossa ancestralidade também está muito presente no campo da linguagem. Minha mãe acessa cotidianamente o repertório de frases e ditados deixados pela minha avó. O leque de expressões é tão vasto que temos um ditado para as mais variadas situações. Mas, um que minha mãe costuma dizer muito é: *"Uma mãe vale para dez filhos, mas dez filhos não vale para uma mãe"*. Esse é dito toda vez que tomamos ciência de maus-tratos praticados pelos filhos para com suas mães ou quando minha mãe se aborrece comigo por me negar a fazer algo que ela solicita. O fato é que funciona muito bem como uma chantagem emocional.

Outro ditado que também é bastante utilizado é: *"É de pequeno que se ensina"*. Minha mãe usava esse ditado para justificar a educação que nos dava. Aos olhos de muitas pessoas minha mãe era exigente demais por nos cobrar desde pequenos a levar muito a sério os estudos. Desde crianças tanto eu como meu irmão éramos cobrados a sempre tirar boas notas e a nunca repetir de ano. Mesmo com muito pouco estudo minha mãe sempre teve a certeza que não havia outro caminho para melhorarmos de vida que não fosse a dedicação total aos estudos.

Então, foi dessa maneira que construí a imagem da minha avó. Dona Maria Anunciada, que mesmo não estando entre nós, deixou seus saberes de cura, esses saberes que por tantas vezes me salvou. Ela poderia não estar fisicamente comigo, mas, eu sentia que a cada chá preparado por minha mãe, ou a cada história contada

por meus tios sobre ela, me ajudou a construir a figura dessa mulher. Aquele afago que tanto senti falta durante a infância se materializava nos rituais de cura e nos ensinamentos deixados por ela e transmitidos pela minha mãe. Era mais do que ser curada pelo chá da minha avó, os ensinamentos irradiados através da ancestralidade transcende no plano espiritual. É dessa maneira que hoje percebo que sempre tive uma avó. Porque mesmo que ela estivesse em outro plano astral, os seus saberes me conectavam diretamente a ela.

Minha mãe nunca deixou de falar duas coisas a respeito de minha avó: a falta que ela fazia e o quanto sua vida foi sofrida. E, para minha mãe, até hoje, essas histórias são acompanhadas de lágrimas nos olhos.

4.2 Maria do Socorro e a sua beligerância

"Nasci em Natal, no Rio grande do Norte, minha vida não foi muito fácil. Frequentei a escola dos 7 aos 12 anos de idade. Com nove anos já ajudava minha mãe nos afazeres domésticos e tomava conta dos meus irmãos mais novos. Dos 10 aos 14 anos fui trabalhar nos interiores com minha avó, colhendo algodão. Gostava de ter meu dinheiro para comprar meus vestidos de chita e chinelo de dedo. Dos 15 anos em diante fui trabalhar em casa de família, nessa época meu pai já tinha largado a família. Minha mãe e meus irmãos estavam passando muitas dificuldades, éramos cinco, com minha mãe seis. Ela fazia o que podia para nos alimentar. Lavava roupa para fora, fazíamos carvão para vender, até quebrando pedra numa pedreira ela trabalhou. Minha avó morava no Rio de Janeiro ia sempre nos visitar em Natal. Foi numa dessas visitas que ela resolveu nos trazer para trabalhar e para termos condições para mandar buscar o restante da família. Foi o marido de uma tia minha que já morava no Rio que mandou buscar o restante da família. Daí, alugamos uma casinha em Nova Iguaçu, mas a vida continuou difícil. Aqui no Rio de Janeiro, assim que cheguei fui trabalhar em casa de família, e minha mãe lavava roupa para fora. Aí então ela ficou doente, apareceu um câncer, e ela não durou muito tempo. Em 1976 ela veio a falecer. Foi assim que a família se espalhou. Meu irmão mais velho já era casado e ficou em Natal. Minha irmã do meio engravidou com 18 anos e morou durante um tempo com o pai da filha dela em Natal, mas antes da criança nascer ela veio para o Rio de Janeiro. Eu me casei e continuei no Rio. Meu outro irmão, o João, veio para o Rio mas, ficamos muito tempo sem nos ver. Ele ficou morando na rua durante muito tempo até que um dia eu passando na rua para ir trabalhar vi ele dormindo na calçada. Na mesma hora pedi que ele viesse comigo. Ele ficou na minha casa por algum tempo até arrumar trabalho. E, minha irmã mais nova foi morar em Brasília com minha tia, irmã da minha mãe. Antes da mãe morrer ela pediu para que a tia Francisca cuidasse da minha irmã mais nova, a Glorinha. Depois de seis anos de casamento me separei e acabei criando meus dois filhos sozinha. Trabalhando em casa de família, graças a deus, consegui formar os dois."

Minha mãe foi forjada na dor. Penso que as pessoas que são forjadas a partir dessa matéria-prima, a dor, possuem algo diferente. Eu sempre percebi algo

diferente na minha mãe. Era algo que me impressionava e que eu percebia com meus olhos de criança que havia qualquer coisa de extraordinário naquela personalidade. Talvez o que mais me assustava (sim, a palavra é essa mesma) era a insistência da minha mãe em lutar pela sobrevivência. Em plena década de 1980, fins da ditadura militar no Brasil, uma mulher com 28 anos e dois filhos pequenos, pobre, sem formação e sem rede familiar, decidiu sozinha que iria continuar. De onde vem tanta força e coragem? Tenho carregado comigo essa pergunta, sobretudo, depois que me tornei mãe.

Eu era bem criança, por volta dos quatro anos, mas me recordo de minha mãe sentada numa máquina costurando noites a dentro, produzindo roupas para vender. Mais tarde, quando eu tinha sete anos, o que mais me impressionava na minha mãe era ela ter a capacidade de suportar a duríssima e sobrecarregada jornada diária como empregada doméstica. Nessa época, posso dizer que presenciava quase que diariamente minha mãe sofrer as mais variados tipos violências.

O ato de escrever sobre as trajetórias de vida das mulheres da minha família me faz ter a certeza de que essa tese é sobre o quanto nós mulheres somos por vezes destruídas pela dor. Diz respeito também no quanto somos obrigadas a nos reconstruir ao longo da vida, o que nos torna fortes, quase indestrutíveis. Acho que é esse o caso da minha mãe, às vezes me parece que ela é indestrutível. Por isso, eu não tenho dúvidas de que uma mulher reconstruída seja capaz de carregar o mundo nas costas. E foi exatamente isso que a minha mãe fez, o mundo dela era eu e meu irmão. A decisão de nos alimentar e nos dar uma formação profissional foi o que moveu a minha mãe ao longo de toda a sua vida.

Uma das coisas que mais me marcou na infância é a coragem e a beligerância da minha mãe, que se expressavam no quanto ela trabalhava. Não me lembro de nenhum período em que ela tenha ficado sem trabalhar. Afinal, ela começou a trabalhar aos dez anos de idade colhendo algodão com a minha bisavó e aos 14 anos já trabalhava como empregada doméstica. Certamente, que há algo de diferente na minha mãe. Algo que levei quase uma vida inteira para entender. Me perguntava o que era aquilo que lhe movia e que a impedia de parar?

A maternidade era encarada pela minha mãe como uma missão. Eu não estou falando da missão no sentido idílico da palavra. Mas, sim, no sentido de que havia um trabalho a ser feito; minha mãe tinha dois filhos para criar, portanto, nada a

impediria de cumprir essa missão. Entretanto, é inescapável a ingerência sob a vida de todas as mulheres a ideia -construída socialmente - de maternidade que nos torna reféns de uma série de comportamentos e cobranças sociais. A ideia de maternidade que todos nós produzimos e reproduzimos, aquilo que Carolina Pombo chama de **mãe universal** (POMBO, 2017), e que eu chamo de **maternidade patriarcal**, é uma espécie de performance da "boa mãe", da "mãe guerreira" ou a "mãe indestrutível", que todas nós temos que desempenhar imediatamente após termos filhos.

Essa performance inclui o comportamento condizente com o que prega a maternidade patriarcal/maternidade universal. E inclui também a obediência àquilo que denomino de "manual da boa mãe". O manual preconiza que a mãe nunca deve reclamar, se cansar e deve doar a própria vida aos filhos. É o clichê repetido pelo senso comum de que a boa mãe é aquela que é capaz de matar e morrer por suas crias. É importante termos em mente que a figura da "mãe-leoa" é um construto criado pelo patriarcado, uma espécie de tecnologia de sujeição das mulheres. Em outras palavras, aquela mãe que trabalha, cuida dos filhos, cuida da casa, que dá conta de tudo sozinha, é um mito criado para garantir a nossa eterna obediência aos ditames patriarcais.

Outra tecnologia de manutenção da obediência materna utilizada pelo patriarcado é a culpa. Não importa o que você faça ou diga, sempre se sentirá culpada por ter agido/ou não agido da maneira preconizada pelo manual da boa mãe e segundo o critério alvitado pela maternidade patriarcal/universal. Vejo o instrumento da culpa quando olho para as maternidades da minha mãe, minha, das minhas tias. Mais adiante contarei a história da tia Fátima, mas adianto aqui que até hoje - ela já é bisavó - vejo o quanto a culpa a escraviza. Digo isso porque na ausência dos pais, tanto dos netos quanto dos bisnetos, é ela quem se vê na obrigação de cuidar das crianças. Atualmente, nesse caso nem as mães nem os pais das crianças criam seus filhos, quem cria é a minha tia Fátima, que até hoje trabalha como empregada doméstica. Mas, essa história conto a seguir.

Logo, me parece que minha mãe acabou performando a figura da mãe, segundo sua ideia patriarcal. Mais do que performar, ela acreditou nessa personagem. As pessoas ao redor reforçavam a todo momento o papel da mãe indestrutível, a qual não era permitido chorar ou reclamar. Quando minha mãe reclamava que estava cansada da pesada rotina de mãe solo, a tia cuja casa minha

mãe trabalhou de empregada doméstica dizia: "Socorro, mãe nunca deve ficar cansada". Hoje vejo como essa fala é perversa, porque quem censurava a reclamação da minha mãe era aquela mulher que tinha uma empregada para cuidar de todos os afazeres domésticos, quase que full time.

Quando digo que minha mãe acreditou de verdade nessa personagem de mãe-leoa é porque eu via que ela se culpava quando não dava conta de alguma de nossas necessidades. Ela não compreendia que toda aquela rotina diária já era algo sobre-humano. Aliás, até hoje ela se culpa. Duas histórias refletem a crença da minha mãe no mito da mãe-leoa.

Após a separação da minha mãe e do meu pai, minha avó paterna ameaçou a minha mãe de tirar a nossa guarda. Era óbvio que ela não queria ficar com a nossa guarda, porque sempre demonstrara completa aversão aos netos. Mas, o intuito era perturbar a vida da minha mãe, então, minha avó começou a espalhar mentiras pela vizinhança, a respeito da minha mãe. Ela dizia a todos que minha mãe tinha uma péssima conduta, que saía com vários homens e que não cuidava direito dos dois filhos. Com medo de que a ameaça se concretizasse, minha mãe arrumou as malas e fugimos para a casa de uma tia da minha mãe que morava na zona rural de Nova Iguaçu. Ficamos lá por quase um mês.

É claro que minha mãe agiu por amor aos filhos. Temia que a família do meu pai nos maltratasse. Mas, hoje tenho a sensação de que ela agira também motivada pela ideia de que como mãe, deveria a todo custo nos proteger. Por que não deixar os dois filhos para serem criados pela família do pai? Eu sei que em seu interior minha mãe acreditava que, na ausência do meu pai, a obrigação de criar os dois filhos era exclusivamente dela, embora, isso significasse uma vida de sacrifícios. Em sua opinião, uma mãe jamais deveria "largar" os filhos aos cuidados de outras pessoas, mesmo sendo os avós das crianças.

Outra história que informa "a conduta obediente de minha mãe" à ideia de maternidade patriarcal/universal, foi quando meu irmão se feriu gravemente e teve que passar por uma cirurgia de emergência. Ao recordar esse episódio da infância do meu irmão minha mãe diz:

"Eu hoje pensando nessa história me sinto muito culpada porque eu não fiquei nenhum dia no hospital com o seu irmão. Eu tinha que trabalhar, se faltasse, perderia o emprego. E, depois que ele teve alta, ele foi direto para a casa dos seus

avós porque eu trabalhava e não podia cuidar dele. Me sinto muito culpada por isso, eu deveria, na época, ter largado o emprego para cuidar do seu irmão".

O acidente, fruto de uma peraltisse - meu irmão brincando de "plantar bananeira" caiu por cima do vidro da porta da sala e fez um grande corte na coxa - suscitou na minha mãe a culpa de não poder cuidar do próprio filho. Mas, afinal, por que a possibilidade de sermos cuidados pelos nossos avós era tão rejeitada pela minha mãe? Há nessa situação duas questões importantes. Primeiro é o fato de que meus avós não seguiam o modelo social dos "avós amorosos". A segunda questão é que até hoje não sei até que ponto eles realmente não tinham nenhum apreço por nós ou se a super-proteção da minha mãe (na tentativa de seguir o modelo da boa mãe) nos afastou deles.

Como meus avós nunca fizeram questão de conviver conosco, eu fiquei com a versão de que eles não gostavam mesmo de mim. Criei aversão, principalmente à minha avó, porque ela perseguia e difamava minha mãe. E, além disso, nada justificava a atitude deles de nunca nos procurar para que pudéssemos estabelecer convívio, criar laços, enfim, para trocarmos afeto entre avó e neta. Já o meu pai, seu comportamento de abandonar os filhos pequenos para ir viver com outra mulher nunca fora criticado de maneira severa por nenhum dos parentes ou amigos.

Como discutido no capítulo anterior, o grande problema não é somente o abandono que esses homens tem praticado desde os tempos bíblicos, mas é o fato de a sociedade não cobrar ou cobrar muito pouco pela irresponsabilidade e negligência desses homens. Por que abandono paterno não é alvo do julgamento das pessoas? E, por que esses homens não são julgados com o mesmo ódio com o qual nós mulheres-mães somos a julgadas com relação a nossa maternidade?

A sociedade precisa discutir abandono paterno com a mesma voracidade que discute o modelo de maternidade, sobretudo quando se trata das mães solo. As consequências do abandono paterno não estão restritas somente à vida dos filhos abandonados, mas também das mulheres, e, por consequência, de toda a sociedade. É um problema da sociedade a irresponsabilidade dos pais que abandonam seus filhos. Porque é essa sociedade patriarcal que tem sustentado esse ideal de masculinidade violenta e tóxica. Ao se justificar o abandono paterno pela imaturidade masculina, ou falta de condições financeiras para criar seus filhos e até mesmo de não estarem preparados para serem pais reforçam a ideia de que a responsabilidade de criar uma criança é exclusivamente das mulheres.

4.3 Maria da Glória: entre a doçura e a força

"Meu nome é Maria da Glória nasci no Rio grande do norte, Natal em 1969. Em uma época, em que a seca castigava, e o pouco que colhia, não dava para ninguém se alimentar. Nós crescemos na miséria, e em consequência, não tínhamos acesso às informações, saúde, educação e direitos, se é que naquela época, tínhamos algum direito. Então o nosso pai, que era o provedor da família nos abandonou, eu acredito que eu tinha a idade de 5 anos. Passamos fome e meus irmãos maiores tiveram que assumir a subsistência da família. Por isso abandonaram os estudos. Devido a isso o futuro era incerto, pois cada um dependia do esforço dos irmãos maiores. Essa estratégia não deu certo, pois cada um tinha um motivo para sobreviver, o irmão mais velho ficou noivo e se aprontou para casar. Nisso alguns parentes já tinham ido embora para tentar a vida mais digna em outro lugar, dentre eles nosso pai. Então, um parente que já vivia no Rio de Janeiro - nossa tia se casou por lá com o bombeiro militar com condições muito melhores - nos deu condições de enviar a nossa irmã mais velha Socorro para o Rio de Janeiro para também tentar uma nova vida. Ficamos em três, eu a irmã mais nova, João que era pré-adolescente e Fátima que é a irmã do meio. Nesse meio tempo a nossa irmã do meio engravida e então há um desespero e um descontrole e um desequilíbrio nessa família que já era fragmentada. Novamente o nosso tio que tinha condições melhores nos enviou dinheiro para resgatar o restante da família e levar para o Rio de Janeiro onde nós fomos acolhidos por essa família. Chegando lá sobrevivemos como família por dois anos e eu creio que foi por dois anos e nesse meio tempo a minha mãe trabalhou como lavadeira de roupa, a irmã do meio chegou com o neném no colo, e também o nosso irmão mais velho veio para o Rio de Janeiro também tentar uma nova vida. Porém, nosso irmão mais velho logo foi embora porque a esposa não se adaptou. Ficamos nós quatro e nossa mãe lavando roupa. Nossa irmã mais velha trabalhando como doméstica e nosso irmão na pré adolescência hora brincava, hora carregava caixa de supermercado e eu, a mais nova, brincava na inocência da infância. E no meio dessa primeira infância eu sofri abuso sexual por um colega do meu irmão e ninguém nunca soube disso. Nossa mãe nos criou com dignidade, ela nos ensinou a falar a verdade, ela nos ensinou a ir atrás das coisas. Ela era uma mulher digna, era uma mulher respeitosa, me ensinou palavras, me ensinou letras e me ensinou a desenhar. Mesmo morando numa cidade melhor, a fome ainda nos rodeava. Ainda assim a educação não nos chegou com facilidade. Pois, nós estudávamos com professora particular, chamadas de aplicadoras, em uma varanda. Estas não ganhavam nada, ensinavam por amor. Nesta fase perdemos nossa mãe para o Câncer de útero. A família se separou novamente. Cada um foi para um lado, minhas irmãs tiveram que casar com homens que não amavam, para poder seguir a vida. Meu irmão agora já adolescente, ficou de casa em casa até ficar desaparecido por anos. Eu fui adotada por meus tios, onde sofri ainda na infância vários tipos de violência doméstica. No entanto, neste lar eu tive acesso à educação, onde formou - se em mim um novo caráter. A minha adolescência foi uma adolescência muito sem permissões, não era permitido muita coisa. Porque exatamente na minha adolescência eu tive que estudar à noite e trabalhar durante o dia. No primeiro ano eu tive que trancar matrícula porque o patrão não deixava sair às 19 horas que era o horário que a gente entrava na escola. Então eu tranquei a matrícula e optei por trabalhar porque ainda teria que me sustentar e ajudar a sustentar a família. Minha tia trabalhava de doméstica, no Lago sul [cidade de Brasília] e não tinha folga, só tinha folga a cada

15 dias. Nós morávamos sozinhos, dois adolescentes e uma criança. Nessa altura nós (eu e os filhos dela) já morávamos em Brasília porque os meus tios tinham se separado. Então todo mundo teve que se virar, conheci um rapaz aos 16 anos e me apaixonei muito e nós namoramos por um ano. E aconteceu a entrega sexual. Então, a família descobriu que eu tinha me envolvido sexualmente com ele e fomos obrigados a casar. Passamos por um momento muito complicado e muito retrógrado porque a minha tia queria nos obrigar a casar e ele não queria, então, ela registrou ocorrência na delegacia e foi muito ruim. Fiz exame de corpo e delito onde tinha que provar se era virgem ou não. O delegado foi muito bacana e ele me chamou numa sala e me perguntou: Glória você quer casar? Eu falei: eu quero casar, mas não quero obrigada. E, então, ele falou assim: você não vai casar!

Chamou minha tia na sala, virou para ela e falou: olha, eu não posso obrigar os dois a casarem porque a sua filha ainda é virgem. Não houve o rompimento do hímen. E aí, essa fase foi interrompida parou por aí. Ele terminou comigo, não quis mais saber de mim, devido esse estresse e "vexame". Então, anos mais tarde, nós voltamos ao namoro. Foi mais maduro, mais centrado e ele fez compromisso comigo. Ficamos noivos, e, novamente, houve o rompimento desse namoro. Meses mais tarde retornamos o namoro novamente e minha tia me prendeu dentro de casa. Disse que eu não iria mais namorar com ele e eu resolvi fugir de casa. E fugi de casa não só porque estava sendo ameaçada pelo filho da minha tia, mas também, porque minha tia roubou todo meu dinheiro, um dinheiro que eu guardava para o meu futuro.

E então nós vamos morar juntos na casa da mãe dele. Nós moramos por um ano e depois fomos para a nossa casa, convivemos três anos juntos e nos separamos novamente. E no meio dessa separação, como eu era muito apaixonada, eu decidi que iria engravidar, porque talvez se eu engravidasse ele voltaria para mim, fui ingênua eu sei. Engravidei e ele não voltou. Mil pensamentos vieram a minha cabeça, de como eu ia criar o meu filho, de como eu ia me sustentar porque eu tinha fugido de casa, eu tinha abandonado a minha família mesmo com todo sofrimento era minha família.

Eu estava grávida, e eu passei a minha gravidez toda sozinha. Nesse tempo ele se casou com outra e eu criei o Sérgio Henrique ornamentando igreja. E, naquela época, ornamentar a igreja dava um bom dinheiro, foram assim os primeiros anos da infância do Sérgio Henrique. De repente, o ramo de ornamentação caiu, porque eu não tinha dinheiro para renovar as flores, o material que eu tinha tornou-se obsoleto, então as noivas, é claro, decidiam optar por pessoas que tinham ornamentações mais bonitas.

Então, veio a parte mais sofrida. Como a ornamentação caiu eu tinha que trabalhar de outra forma, então eu fui dar faxina, eu fui lavar e passar roupa para as pessoas que eu conhecia, para poder criar o meu filho.

Então, eu tive informações que tinha um curso de pedagogia só que era todo dia, porém, não pude fazer porque não tinha ninguém para olhar o meu filho, fiquei muito decepcionada. Tempo depois descobri que tinha o curso de auxiliar de enfermagem e que era só final-de-semana. Aí sim me inscrevi nesse curso. Mesmo assim, muitas vezes no final-de-semana eu levava meu filho comigo. Levava a madeira na sacola, assistia às aulas só até meio período, mas sempre estava ali. Nesse curso eu me formei e eu saí em primeiro lugar da turma. Então eu pude escolher os melhores lugares de estágio para mim. Terminando o estágio, a tortura foi procurar emprego.

Consegui um emprego e novamente não tinha com quem deixar meu filho. Então eu decidi deixar o meu filho com o pai. Só consegui ficar longe do meu filho por um mês. Fui visitar no final de semana, eu o achei com a cabeça enfaixada. Ele tinha

caído, tinha machucado a cabeça. Então, do jeito que meu filho estava na rua, eu o peguei e trouxe para casa sem avisar o pai. E aí, eu deixei ele com a avó. E eu saía muito cedo para trabalhar e eu chegava às oito horas da noite e ia lá ver meu filho. Eu pegava ele final-de-semana. Consegui, então, nesse período arrumei uma escola. Coloquei na escola ele tinha dois anos e meio. Coloquei ele na escola para que ele não ficasse com a avó porque já havia reclamações. Então, eu deixava ele na escola e ia trabalhar, voltava e pegava ele na escola. Só que naquela época o salário era muito baixo, eu não consegui pagar a escola dele até o fim e o contrato do meu emprego acabou.

Então, eu fiquei um tempo desempregada e mantive o meu filho na escola mesmo assim. Ele sendo novo, conversei com a diretora e expliquei a situação. Ela me ofereceu um emprego de faxineira na escola, em troca ele ficava na escola de graça. E eu aceitei. Então começaram a surgir novas vagas no Goiás para auxiliar de enfermagem, eu peguei novamente o contrato e me firmei. O Sérgio Henrique continuou na escola e eu pagando aluguel só que de 258 do salário eu pagava 200 de aluguel.

Mas, graças a Deus consegui fazer minha faculdade de Enfermagem e a Pós-Graduação em Obstetrícia. Hoje sou concursada no Estado de Goiás, trabalho como Auxiliar de Enfermagem. Não fiz outro concurso [para Enfermeira] porque já estou perto de me aposentar, e o salário de auxiliar é muito bom".

Em 2016 quando ouvi pela primeira vez minha tia Maria da Glória, a nossa tia Glorinha, narrando sua própria história na festa da família, eu chorei. Ela tinha sete anos quando a minha avó faleceu e foi obrigada a se separar dos irmãos. Durante seu relato na festa, ela disse que por muito tempo havia ficado com mágoa dos irmãos mais velhos. Ela disse: *"Fiquei com raiva porque eu achava que eles deveriam ter ficado comigo. Eles deveriam ter me criado. Mas, depois eu entendi que não tinha como, porque cada um teve que se virar para sobreviver"*.

A tia Glorinha, para mim, é um misto de doçura e fortaleza. Mesmo tendo enfrentado tanta dureza da vida ela não endureceu. É ela a tia que mais nos dá beijos. Meu irmão certa vez foi visitá-la em Brasília, e depois de uma semana hospedado com a família na casa dela disse: *"Irmã, eu fiquei com vergonha de tanto que a tia Glorinha me fazia carinho, toda hora ela me beijava"*. É verdade, a maneira pela qual minha tia nos trata é de nos deixar sem graça com tamanho cuidado.

O que há de triste e doloroso na história da tia Glorinha é que minha avó na grandeza de seu espírito, que tenho certeza que era um ser iluminado, foi capaz de prever sua própria morte. A avó Maria, de alguma maneira, sabia que a única chance de sua filha caçula ter uma vida melhor era se fosse criada por uma família mais estruturada.

Na percepção da minha avó a pequena órfã Maria da Glória teria um futuro melhor se não fosse criada pelos irmãos. Ela sabia que, após sua morte, os filhos

mais velhos teriam uma vida muito difícil e na tentativa de oferecer uma chance para a filha mais nova, de salvá-la, a doou para a sua própria irmã, a tia Francisca. Minha avó protegeu a tia Glorinha. Foi o último gesto de carinho de uma mãe para com a sua filha. Tanto que, a tia Glorinha hoje, como ela mesma escreveu, é formada em Enfermagem, com pós-graduação em obstetrícia. Sendo a única, dos cinco filhos de minha avó Maria Anunciada que conseguiu cursar uma universidade. Minha mãe me descreveu a cena que presenciou quando jovem, em que pouco tempo antes de seu falecimento, minha avó mandou chamar sua irmã Francisca para conversar. Francisca morava em Brasília e veio visitar a irmã. Em um dia bem próximo de sua morte, minha avó fez o seguinte pedido à irmã:

-Francisca, quero te pedir uma coisa.

-Diga, minha irmã - disse Francisca.

-Tenho pouco tempo de vida. Quando eu morrer quero que você fique com a Glorinha.

-Você quer que eu crie ela? Perguntou Francisca.

-Sim, eu quero que você leve ela para morar com você. Os outros não têm condições de ficar com ela.

-Tudo bem. Fica tranquila, eu vou ficar com ela.

De acordo com o relato da minha mãe, no mesmo dia, logo depois do enterro da minha avó, a Francisca levou tia Glorinha com ela. A tia tinha apenas sete anos. E minha mãe só voltou a revê-la vinte anos depois.

Durante o longo período de separação, elas costumavam se corresponder por cartas. Lembro-me de minha mãe escrevendo extensas cartas para minha tia. E também me lembro de esperarmos ansiosamente pela resposta. Sempre, no natal, uma enviava cartão desejando "boas festas" para a outra, era assim também no aniversário. Era impossível para nós irmos à Brasília, assim como, para tia Glorinha também era impossível vir ao Rio de Janeiro nos visitar. Nenhuma das duas tinha condições financeiras de manter contato mais próximo.

Gostaria de chamar a atenção para uma parte importante da trajetória da tia Glorinha, mas que não apareceu em seu relato escrito. Durante toda a infância e adolescência do seu filho, Sérgio Henrique, foi um martírio para que o pai pagasse a pensão. Ela entrou com pedido judicial de pagamento de pensão e o juiz fixou um valor para ser pago mensalmente. Entretanto, mesmo o pai de seu filho tendo boas condições financeiras, ele nunca cumpriu com a determinação judicial. Diante da dificuldade de pagar, tia Glorinha fez um acordo extra-judicial com o pai do menino, o valor era abaixo do fixado pelo juiz.

Mas, diante do não cumprimento desse acordo consensual, tia Glorinha viu-se obrigada a acionar a justiça. Minha tia me contou que perdeu as contas de quantas vezes teve que solicitar o pedido de prisão ao juiz por inadimplência do pai quanto ao pagamento da pensão alimentícia de seu filho. Na maioria das vezes, na iminência de prisão, o pai efetuava o pagamento de todos os atrasados. Entretanto, minha tia relata que houve duas vezes que não deu tempo de pagar e ele foi preso. Antes que Sérgio Henrique completasse dezoito anos minha tia disse que resolveu desistir de exigir pensão para o filho. Ela me disse: *Flávia, ele não queria pagar e era um sofrimento para o meu filho ver que o pai não estava pagando um direito que era dele. Então, pelo bem do meu filho, eu desisti. Comecei a dobrar os plantões e a fazer artesanato para complementar a minha renda. E, foi assim que consegui criar o meu filho com dignidade. Nada lhe faltou!*

O que já discutimos anteriormente sobre a irresponsabilidade de homens que não querem criar seus filhos e sequer pagam pensão fica muito evidente na história da tia Glorinha. Mesmo no Brasil, com uma rígida legislação que obriga o pagamento da pensão alimentícia, esses homens insistem em ignorar o fato de que são responsáveis pela subsistência de seus próprios filhos. Enfim, segue sendo uma grande incógnita para mim o real motivo para tal comportamento tão destrutivo de alguns homens.

4.4 Maria de Fátima e a essência da insubmissão

Infelizmente não pude iniciar essa seção, que é dedicada a contar a trajetória de vida de mais uma Maria da minha família, com um relato escrito por ela mesma. Pois, tia Fátima é a única entre todos os filhos da minha avó que não teve a oportunidade de se alfabetizar. Nunca entendi muito bem o fato de a tia Fátima não saber ler nem escrever.

Tenho dúvidas quanto a veracidade dos relatos de meus primos quanto aos motivos pelos quais minha tia nunca quis aprender a ler e a escrever. Não que eu ache que eles estejam mentindo, mas, talvez eles não tenham compreendido bem quando ela se recusava a aprender. Será que ela não quis, ou não pôde estudar? Sempre que era perguntada sobre isso minha tia falava em tom muito contrariado que "nunca teve paciência para estudar". A meu ver, a falta de paciência, na verdade, era a falta de tempo. Como organizar-se para frequentar a escola, criando

quatro filhos sozinha e sem nenhuma rede de apoio? Minha tia não teve chance de escolher. A realidade na época era uma só: trabalhar para criar os quatro filhos e era assim que devia ser.

A tia Fátima é a filha do meio entre as filhas mulheres da avó Maria. Acho que é a que tem o temperamento mais forte. Lembro da minha tia tendo brigas homéricas com o pai dos filhos dela. Houve uma vez que a briga foi tão grave que ela quebrou o cabo da vassoura nas costas dele. Ela engravidou com 17 anos quando ainda morava no Rio Grande do Norte. Minha mãe disse que foi um escândalo na época porque, minha tia era muito quietinha, não saía de casa, ao contrário da minha mãe, que sempre foi mais comunicativa e com personalidade mais expansiva. Além, do fato de que uma gravidez na adolescência, em uma cidade no interior do Nordeste era algo inconcebível.

Quando a tia engravidou, minha avó, que na época já estava morando no Rio de Janeiro, exigiu que ela deixasse Natal. A avó Maria pediu para que minha mãe enviasse o dinheiro da passagem para trazer tia Fátima. E assim foi feito, quando a tia já estava com quase nove meses de gravidez chegou ao Rio de Janeiro para morar com a irmã e a mãe. Por conta dessa gravidez precoce minha bisavó criou uma mágoa muito grande da tia Fátima. A bisavó Maçonila acreditava que a gravidez da tia tinha matado a avó Maria, sua filha. Coincidiu de assim que a tia chegou ao Rio, minha avó veio a falecer logo depois. A bisavó Maçonila dizia que minha avó Maria tinha morrido de desgosto pela gravidez da tia Fátima. Por isso, a bisavó durante muitos anos, dos seus 102 vividos, culpou tia Fátima pela morte da avó Maria.

Logo que chegou ao Rio de Janeiro minha tia deu à luz a sua primeira filha, Ana Cláudia. Minha avó vem a falecer logo depois e minha mãe assume o sustento das três trabalhando como babá em Nova Iguaçu. Quando sua filha Ana Cláudia completou três anos minha tia conheceu o pai dos seus outros três filhos. Minha mãe conta que o casamento foi arranjado muito ligeiro porque tia Fátima enfim tinha conseguido alguém para "assumi-la" mesmo já tendo uma filha. O marido da minha tia, apesar de ter se mostrado indiferente ao fato da tia ter uma filha, o relacionamento não dava muito certo. Mulheres de personalidade forte, as Marias, não se deixam dominar. A lógica de um casamento tipicamente patriarcal nunca se estabeleceu em nenhum dos relacionamentos dessas mulheres. Nunca as vi sendo

submissas aos ditames de um marido, ao contrário, todas elas sempre tiveram uma postura de não se dobrar às ordens dos homens que estavam casadas.

Basicamente o motivo de o casamento da tia Fátima não ter dado certo foi porque ela se recusou a obedecer. As funções exigidas a uma esposa, nos parâmetros patriarcais, ela se negava veementemente a realizar. Para minha tia o mais importante era o cuidado com os próprios filhos. Por isso sim ela se sacrificaria, faria o que fosse preciso para criá-los com dignidade. Fazer as vontades do marido definitivamente não fazia parte das preocupações da tia Fátima. Mediante a desobediência da esposa, o marido foi embora. Se separaram, mas como ele não tinha onde morar, a princípio dividiam o mesmo teto, mas depois de um tempo ficou insuportável tal situação, então, o marido foi morar na casa de sua irmã. A cunhada de minha tia, muito contrariada, abrigou o próprio irmão em sua casa.

O que mais me chama atenção da história da minha tia é que ela escolheu a difícil tarefa de criar os quatro filhos sozinha a suportar um casamento opressor. Ela sabia que se separasse dificilmente a criação dos filhos seria compartilhada com o pai das crianças. Em nome disso ela poderia ter suportado o marido ditador? Talvez qualquer outra mulher sim, mas minha tia Fátima, jamais! Ela é tida como a mais brava entre todas as irmãs. Mas, ela preferiu pagar o alto preço da sua liberdade. Terminou com o casamento porque não se submeteu a uma relação dominadora. O pai dos meus primos nunca pagou pensão, porque minha tia nunca exigiu. Ela achava que era obrigação dele arcar com as despesas dos filhos e como ele nunca se preocupou, não era ela quem teria de ir à justiça cobrar uma responsabilidade que era unicamente dele.

Então, foi a partir da separação que minha tia assumiu uma atitude ainda mais austera. A disciplina quase militar para com os filhos me fazia ter medo da tia Fátima, quando eu era criança. Nos dias em que passava brincando com meus primos, a hora do banho era a que mais tentávamos fugir. Minha tia enfileirava os quatro filhos, na área, do lado de fora da casa. E, com a mangueira ligada, ela molhava e ensaboava, uma a uma, cada criança. Todos ficavam dispostos numa ordem que ia do menor para o maior. Ela usava uma bucha grossa para esfregar cada criança e tirar a sujeira, fruto de um dia inteiro de brincadeiras no grande quintal da casa. Meu irmão e eu quando íamos visitá-los também entrávamos no ritual do banho.

Essa parte da minha infância tem cheiro de jamelão. No fundo do enorme quintal da casa da tia Fátima havia um pé de jamelão. As nossas mães quase choravam quando a árvore estava carregada, era sempre nas férias de janeiro que ela se enchia dos frutos da cor roxa. Elas quase choravam porque sabiam que todas as crianças da família subiriam no pé para brincar e comer a frutinha até sentir dor na barriga. Nossas roupas ficavam manchadas de roxo, isso nem as técnicas de lavagem da tia Fátima eram suficientes para tirar tamanha sujeira. Além do jamelão também havia um brejo que quando chovia meus primos, meu irmão e eu, íamos "pescar" rãs. Toda essa peraltice aprontávamos enquanto minha tia saía para entregar ou buscar as roupas que lavava e passava.

É exatamente essa a imagem mais forte que tenho da minha tia. Me recordo dela envolta a muitas trouxas de roupas que trazia das casas das madames para lavar à mão em sua própria casa. Ela lavava toda aquela roupa num velho tanque feito de pedra. E, ao lado do tanque ficava o seu inseparável radinho a pilha azul. Era dele que volta e meia ouvia-se o som de Alcione. Minha tia era fã de Alcione, sempre que tocava uma música da cantora no rádio, ela aumentava o volume do aparelho. Havia também uma organização das roupas. Dentro de enormes bacias de alumínio as roupas brancas ficavam expostas ao Sol, quarando. Já, as roupas coloridas eram organizadas num degradê de cores, em que, no interior das bacias os tons iam dos mais claros aos mais escuros.

Minha tia era lavadeira e passadeira de roupas desde sempre. Às seis horas da manhã já era possível vê-la a beira do tanque sozinha lavando roupa. Não tinha Sol nem chuva que a impedisse de se levantar cedo e ir para a lida porque era por meio desse trabalho que ela tirava seu sustento e dos quatro filhos. Depois de lavar aquela infinidade de roupas, ela passava a ferro. Eram muitas horas que minha tia ficava de pé passando roupa. Depois que tudo estava passado e engomado ela colocava dentro de sacolas de papelão (eram as sacolas de supermercado na época) e ia entregar a roupa para a madame. No outro dia ela começava tudo de novo. Às 6 horas da manhã já estava de pé lavando a roupa de outra madame.

Outra fonte de renda que ela tinha era o sacolé que fazia para vender na vizinhança. Nos intervalos da lavagem de roupa minha tia fazia sacolé. Enquanto a roupa branca quarava e as roupas coloridas já estavam estendidas na corda, ela fazia o sacolé. Preparava as frutas, cortava, higienizava e misturava açúcar e leite, e, finalmente, batia tudo no liquidificador. Aquela mistura deliciosa era colocada em

uns saquinhos estreitos e transparentes que no final iam para o congelador. Ainda consigo lembrar da nossa ansiedade para que o sacolé ficasse pronto. Passávamos algumas horas diante da porta do congelador da geladeira cor de creme da minha tia. Eu, meu irmão e os primos ficávamos esperando endurecer a iguaria que só minha tia sabia fazer. Era muito comum também ver uma multidão de crianças no portão a espera do delicioso sacolé da dona Fátima. Minha tia era tão criativa nos sabores dos sacolés que até de abacate ela fazia, aproveitava que tinha um pé atrás da casa. Tinha de coco, groselha, chocolate, amendoim, goiaba, morango, ou seja, uma gama bem variada de sabores. E foi assim, lavando e passando roupas "para fora" e vendendo sacolés que minha tia criou os quatro filhos.

Por ter de criar os quatro filhos sozinha e por conta da baixa escolaridade minha tia durante a maior parte de sua vida não conseguiu trabalhar com carteira assinada. E por conta do trabalho pesado ela adquiriu muitos problemas de saúde o que transformou a atual profissão de empregada doméstica num verdadeiro martírio. Somente aos 50 anos é que ela finalmente teve a carteira assinada. Minha tia conseguiu um emprego de empregada doméstica na casa da minha tia por parte de pai. A mesma para quem minha mãe trabalhou durante muitos anos. Atualmente ela tem 60 anos e ainda exerce a função de doméstica, mas, com muitas limitações de saúde. Hoje em dia ela trabalha para outra família, já que minha tia a despediu sob a alegação de que ela ficava doente com frequência e deveria cuidar da própria saúde.

4.5 A maternidade e os números

Passei minha infância inteira observando a aflição da minha mãe pela busca de trabalho de carteira assinada. Eu via o quanto era difícil para ela conseguir e se manter no emprego tendo dois filhos pequenos para criar. E, as narrativas de vida das minhas tias me mostrou que existe um grande problema que impacta diretamente a vida das mulheres que são mães: a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. É claro que os limites profissionais impostos depois que me tornei mãe também me fizeram refletir muito sobre as condições materiais para o exercício da maternidade no Brasil. Assim, desde 2017 tenho pesquisado sobre o

tema mercado de trabalho e maternidade, mais especificamente sobre como o Estado brasileiro tem tratado, em termos de políticas públicas, a maternidade.

Assim, cheguei a duas conclusões, a primeira é que temos pouquíssimos estudos que articulam maternidade ao mercado de trabalho. E, a segunda conclusão é que não temos nenhum trabalho que assuma a maternidade numa perspectiva interseccional, ou seja, que articule outros marcadores sociais da diferença, tais como, raça, classe e escolaridade. As pesquisas atuais ainda entendem a categoria "mulher" como homogênea, e assim, as diferenças expressas entre as mulheres, na maior parte das vezes, não são contempladas pelas análises estatísticas. De outra forma, uma análise interseccionada da maternidade certamente nos revelaria graus de vulnerabilidade diferenciados entre, por exemplo, mulheres-mães brancas escolarizadas e mulheres-mães negras com baixa escolaridade.

Mas, apesar dos limites das pesquisas relacionada à maternidade, é possível observarmos a materialização da situação perversa na qual as mulheres que são mães estão submetidas, ou a sua condição de extrema vulnerabilidade. Em uma pesquisa realizada pelo Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE) publicada em 2017, analisou o perfil das mulheres desempregadas na região metropolitana de São Paulo nos biênios: 1985/1986, 1999/2000 e 2012/2013.

Alguns resultados da pesquisa me chamaram a atenção. Um dado que merece ser destacado é a respeito da taxa de mulheres desempregadas cujo filho mais novo tem até 5 anos. No biênio 1985/1986 o resultado foi de 54,8%, no biênio 1999/2000 foi de 39,3% e em 2012/2013 foi de 34%. Os pesquisadores argumentam que apesar da queda nas taxas de desemprego no segundo e terceiro biênio em relação ao primeiro, motivado pela queda na taxa de fecundidade ocorrida no período, o indicador ainda é alto. Por outro lado, ao analisarmos os resultados do desemprego feminino entre as mulheres sem filhos, os resultados são: 1985/1986 (18,4%), 1999/2000 (18,6%) e 2012/2013 (25,2%). A comparação dos resultados da taxa de desemprego entre as mulheres com filhos e as mulheres sem filhos demonstram um quadro claro de como a condição de maternidade pode apresentar-se como mais um marcador de vulnerabilidade o qual as mulheres podem estar submetidas.

Ainda, ao observarmos o percentual de mulheres que encontram-se desempregadas após a licença maternidade, de acordo com os resultados divulgados pela pesquisa de Machado (2017) em média 50% das mulheres com trajetória

profissional analisada na pesquisa estava fora do mercado de trabalho doze meses após o início da licença maternidade.

A pesquisa também demonstra o percentual do afastamento das mulheres de acordo com a escolaridade. Os resultados nos mostram que 53% das mulheres desempregadas possuíam o ensino fundamental completo, 51% possuíam escolaridade inferior ao ensino fundamental completo, 49% possuíam o ensino médio completo, e, 35% das mulheres que se encontravam desempregadas após a licença maternidade possuíam escolaridade acima do ensino médio. Ou seja, quanto maior a escolaridade, menor a possibilidade de ficar fora do mercado de trabalho após 12 meses de licença maternidade.

Atentemos para o fato de que desde sempre o Estado brasileiro não tem se preocupado com políticas de proteção às mulheres, tampouco à maternidade. Esta situação pode estar ligada a baixa representação política das mulheres, sobretudo negras, nas casas congressuais brasileiras. Logo, um aspecto relevante que deve ser ressaltado é a respeito do perfil daqueles que formulam as leis no país. No último processo eleitoral foram eleitas 77 mulheres, num total de 513 cadeiras na câmara dos deputados. Desse total 13 se autodeclararam pretas ou pardas.

Lembremos que de acordo com o senso do IBGE de 2010 as mulheres negras representam 25,38% da população brasileira, no entanto, como vimos, elas representam apenas 2% do Congresso Nacional. Portanto a casa responsável pela elaboração de leis, e conseqüentemente, das políticas públicas é comandada por homens e mulheres brancas. Assim, a subrepresentatividade das mulheres negras nas esferas democráticas de decisão poderia ser um fator de aprofundamento das desigualdades estabelecidas na sociedade.

Por isso, é fundamental atentar-se para o aspecto da formulação das políticas públicas - no interior das democracias liberais. O desenho e instituição de políticas e direitos somente é possível de materializar-se a partir da representatividade do conjunto da população por meio de atores políticos no poder legislativo. Pesquisas apontam que existem diversos fatores intrínsecos ao sistema político-eleitoral brasileiro que podem influenciar na subrepresentação de negros no poder legislativo.

O subfinanciamento de campanhas eleitorais é um deles. Pessoas negras, principalmente mulheres, recebem menos recursos dos fundos eleitorais.²

Por fim, sublinho o fato de que as políticas públicas ou ações dos governos se fundamentam em valores públicos e não somente no âmbito institucional-legal. Em função disso, uma maior participação das mulheres adeptas do feminismo negro na esfera política resultaria em maiores conquistas em termos de direitos sociais. É certo que somente a participação das mulheres negras nas arenas de formulação de direitos poderia fortalecer a democracia como um ideal capaz de alcançar a igualdade (formal e material) dentro das esferas da vida social.

²Para uma melhor compreensão das questões que podem interferir na subrepresentação de negros nas casas congressuais no Brasil ver: GASPAR, Osmar Teixeira; MUNANGA, Kabengele. Direitos políticos e representatividade da população negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo. 2017. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

5 E EU NÃO SOU UMA MULHER NEGRA? O *STRIP-TEASE* DE UMA IDENTIDADE RACIAL

Falsa Identidade

Como é triste ver
Um homem nordestino mestiço de brancos, índios e negros
Copiar padrões dos guardiões
Da terra do racismo e dos amantes do dinheiro

Vamos ficar por aqui - Zumbi
Mostrou coragem negra e nem por isso copiou a outra América
(nem por isso copiou a outra América)
Cabral entrou pra história com o verbo descobrir
Mas para os índios este verbo foi roubar
(este verbo foi roubar)

Enquanto você
(copia quem te domina)
Enquanto você
(copia quem te domina)
Começa a esquecer
(o seu passado e não liga)
Começa a esquecer
(o seu passado e não liga)

(Irmandade Brasmorra)

Numa tarde muito quente, durante uma festa de família, na cidade de Nova Iguaçu, eis que me deparo diante de um questionamento que me pegou de surpresa. Foi um questionamento vindo de uma pessoa na qual tenho enorme admiração. A Ciça, é amiga da minha melhor amiga, então, por tabela, acabou se tornando minha amiga também.

Ciça é mulher negra retinta, de turbante colorido na cabeça, saia longa com belas estampas de temática africana, brincos feitos de madeira que trazia estampado a figura de uma mulher black power. Além dos brincos, vestia uma blusa igualmente bela, vermelha com babados nas mangas. Ciça é uma mulher que eu admiro demais, pela força e doçura ao mesmo tempo. E, como uma boa irmã, sem "meias palavras", dispara em minha direção a seguinte pergunta: *Flávia, e você é uma mulher negra?* A pergunta de Ciça veio em resposta a minha afirmação de que estava com vontade de colocar tranças. Confesso que eu esperava ouvir algo do tipo: *"Nossa, vai ficar linda"*, ou, *"que maravilha está afirmando sua negritude"*. Mas, ao contrário, recebi como resposta um disparo.

E esse disparo acertou direto em minha consciência. Ciça é uma mulher negra, mas, não me reconhece como igual. Para algumas pessoas a minha negritude não é algo tão óbvio, pois, sou filha de mãe branca com pai negro, então, durante grande parte da minha vida as pessoas me identificavam como morena clara, café-com-leite, negra e até mesmo branca. O fato é que naquele momento me causou estranheza que para uma mulher negra retinta, eu, também uma mulher negra, mas não retinta, não tinha a minha negritude reconhecida. Por algum tempo me fiz a mesma pergunta: Eu sou uma mulher negra? Qual será a minha identidade racial? Considero que refletir sobre isso é como se eu fizesse, nas palavras de Joyce Souza Lopes (2017), um *strip-tease* da minha própria identidade racial. Portanto, aqui desnudarei alguns eventos que servirão como instrumento de ponderação sobre os temas da racialidade e de identidade racial.

Fiquei muito surpresa com a pergunta da Ciça, porque já fazia um tempo que me identificava como uma mulher negra. Apesar de durante grande parte da minha vida ter oscilado, no meu auto-reconhecimento, entre as identidades branca e negra, naquela altura da vida já tinha minha negritude afirmada. Na verdade, oscilei não, as pessoas oscilavam, às vezes me identificavam como branca, às vezes como negra e, inusitadamente, às vezes se referiam a mim como "misturada", ou "café-com-leite", "moreninha", "parda". Me identificavam com uma infinidade de cores que mudavam de acordo com o grupo no qual eu estava inserida no momento ou de acordo com a localização do meu corpo.

Posso afirmar com certeza que esse lugar de dúvida que me situavam ou "o não lugar racial", é mais um elemento característico da estrutura racista na qual foi forjada a identidade racial de todos nós negros no Brasil. Em tempo, ao me classificarem como sendo uma pessoa de cor "misturada" ou "café-com-leite", está atestado a tentativa típica de uma sociedade que foge de sua realidade racial. Ou seja, a criação de múltiplas cores para designar o negro (moreno claro, moreno escuro, marrom bombom etc), em detrimento da identificação binária do negro e do branco, significa subterfúgios elaborados com o intuito de aproximar-se de um modelo de superioridade racial.

A ideologia supremacista branca trazida pelo colonizador europeu cria a aversão, repulsa e o medo nas pessoas de se auto-intitularem e de identificarem o

outro como negro. Sempre foi muito comum para mim ouvir: "*Ah, você não é negra, sua pele é mais clara!*". Ou, comentários do tipo: *negra, você? Que isso, você é muito clarinha para ser negra!*". Dessa maneira, ao lembrar a pergunta da minha amiga Ciça concluo que faz total sentido se pensarmos numa sociedade construída a partir de uma política de branqueamento.

Kabengele Munanga na nova edição de seu livro: "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil", usa o termo "racismo de marca" cunhado por Oracy Nogueira, para caracterizar a construção ideológica da cor na sociedade brasileira. A ideologia racial do branqueamento elaborada pela elite brasileira no fim do século XIX e meados do século XX fez com que os chamados "mestiços" ou pejorativamente chamados de "mulatos" quisessem se tornar cada vez mais próximos possível à identidade branca. Por isso, a dificuldade de como "mestiços" (biologicamente falando) nos identificarmos como negros, o que, sem dúvida, representa um legado do projeto de construção de uma identidade nacional - extremamente eugenista - posto em marcha pela elite brasileira no período pós-abolição. Como assinalado por Kabengele Munanga:

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora essa se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisa e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (MUNANGA, 2019, p. 50).

Munanga defende que a nação brasileira foi construída a partir da pluralidade racial e, dessa maneira, isso representava um grande problema na construção de uma identidade nacional para para uma elite que se enxergava branca. Por isso, vários pensadores desde o fim do século XIX e atravessando o século XX se dedicaram em elaborar uma ideia de nação estruturada numa raça única. Munanga aponta que todos os pensadores importantes da época tinham em comum o fato de se ancorarem no determinismo biológico, ou seja, acreditavam na inferioridade das raças não-brancas.

Autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana,

Gilberto Freyre, entre outros, buscavam construir uma identidade étnica única para o país (MUNANGA, 2019, p. 50).

O resultado da influência desses pensadores citados por Munanga foi o que implantou no 'inconsciente coletivo' da sociedade brasileira duas questões importantes a serem analisadas: primeiro a ideia da supremacia branca, e segundo, o não reconhecimento dos próprios "mestiços" da sua identidade negra.

Durante o tempo em que me enxergava como uma "mistura" ou, uma mestiça, era porque sou filha de mãe branca e pai preto, o que biologicamente significa uma mistura de duas raças cujo resultado, em termos de fenótipo, é a pele não-branca.

Na época da minha adolescência/juventude isso significava que aos olhares dos meus amigos negros, a minha cor não me legitimava a assumir os símbolos da negritude. E, ao mesmo tempo, para os amigos brancos, ora eu tinha legitimidade para me auto-intitular branca ora não. Isso se explica porque a depender de onde moravam meus amigos brancos - se na Baixada Fluminense ou na Zona Sul do Rio de Janeiro - eu poderia ser branca ou não.

A localização do meu corpo causava essa bizarrice de ora ser branca e ora ser negra. No lugar onde passei toda minha infância e adolescência, em Nova Iguaçu na Baixada fluminense, eu era "lida" como branca. Mesmo circulando nos lugares em que as pessoas tinham maior poder aquisitivo, por vezes, percebia que era classificada como a menina branca, mas, de cabelo "crespo". Os lugares de sociabilidade que eu frequentava era composto em sua maioria por pobres e pretos. Os brancos representavam a minoria nesses lugares, mas, mesmo para os brancos, considerados "ricos" para o padrões do lugar - pois tinham renda bem superior a maioria que lá vivia - corriqueiramente, a minha identidade racial era lida como branca.

A verdade é que durante a maior parte da minha infância e adolescência, nas décadas de 1980 e 90, nos meios sociais em que convivia não discutíamos identidade racial. Hoje percebo que a questão de classe era mais presente e alvo de nossas preocupações. O poder econômico determinava em qual escola eu estudaria e, por conseguinte determinava as pessoas com quem eu me relacionaria. Como sempre estudei em escola particular, mesmo sendo filha de empregada doméstica, meus amigos eram considerados pertencentes a uma classe social mais elevada.

Então, as conversas giravam em torno de objetos de consumo e quem tinha o poder aquisitivo para comprar determinado brinquedo ou roupa. Os brinquedos da

moda, as roupas da Xuxa e as viagens para a Disney eram o foco de nossas conversas pueris.

Até hoje percebo que o tema 'racialidade' no lugar onde morei a vida inteira, não ocupa a centralidade das discussões nos meios sociais os quais sempre frequentei. Na escola da minha filha, por exemplo, na apresentação de uma peça no final do ano passado - o auto de Natal - ela representou o papel de Maria e seu amiguinho, um menino negro, representou José. Essa escola é a mesma que eu e meu irmão estudamos há anos atrás, logo não é uma instituição frequentada pela elite branca iguaçuana. O que estou querendo dizer é que as pessoas que matriculam seus filhos nessa escola não são consideradas ricas. A escola é frequentada em sua maioria por crianças de classe média baixa, por isso, existe uma grande diversidade racial.

É como se pudéssemos imaginar uma palheta de cores, que vai do branco ao negro retinto. A renda das pessoas que compõem essa palheta acompanha a tonalidade da pele. Ou, quanto mais a tonalidade se aproxima do branco a renda aumenta, e, quanto mais se aproxima do negro retinto a renda diminui. A maior parte das crianças matriculadas nessa escola estão localizadas no meio dessa palheta de cores, ou seja, os negros de classe média baixa compõem a maioria nessa linha de cor imaginária.

Desconfio que a maior diversidade racial presente nessa localidade tenha sistematicamente nos blindado. Não somente no acontecimento da peça teatral da escola da minha filha, mas ao longo das trajetórias minha e do meu irmão. Com relação à peça da escola, não tomei conhecimento de nenhuma reclamação no grupo de mães a respeito da escolha de um menino negro para representar um personagem tão importante para o cristianismo. Mesmo a grande maioria dos pais dos alunos nessa escola sendo adeptos da religião cristã, seja evangélica ou católica, a escolha de um menino negro para representar o pai de Jesus não foi motivo de contenda.

Isso é interessante em se observar porque certamente se acontecesse em qualquer escola da zona Sul do município do Rio de Janeiro a repercussão seria completamente diferente. Um menino negro representando o personagem José na peça de auto de natal causaria indignação na elite carioca pois, sabemos que, como afirma Joyce Souza Lopes (2017, p. 161): "tratando-se do ideal de beleza, de

pureza, de santidade, o protagonismo é corriqueiramente concedido/ocupado pela/o não-negro/a".

Não estou querendo dizer que não exista racismo em regiões menos privilegiadas economicamente. De maneira nenhuma o fato de convivermos em um lugar em que a maioria é negra e de que a maioria pertence a mesma classe social apaga os traços do racismo. Durante a minha infância as minhas amigas que tinham o cabelo crespo e volumoso era motivo de chacota na escola. O padrão de beleza da época (na verdade até os dias atuais) era o cabelo liso, então, as crianças inventavam apelidos e brincadeiras de fundo racista. Era comum os cabelos crespos serem chamados de "bombril", "vassoura" e outros comparativos que serviam para diminuir e inferiorizar a beleza negra. Mesmo não tendo sofrido esse tipo de violência racista eu não gostava do meu cabelo, porque na televisão eu só via os cabelos lisos. Ou seja, para ser bonita era preciso ter aquele tipo de cabelo, então, na minha cabeça eu não era uma criança bonita. Foi depois que iniciei a convivência com amigas negras, na adolescência, é que comecei a reconhecer beleza no meu cabelo natural. Exibia meus cachinhos volumosos com muito orgulho e não fazia nenhum tipo de alisamento. Mesmo durante a graduação mantive os cabelos naturais.

Mas, quando saí da Baixada Fluminense e fui estudar Nutrição na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a UNIRIO, percebi uma importante mudança. A Universidade, localizada na Urca, "Zona Sul da zona Sul" do município do Rio de Janeiro, em que a população é em sua maioria branca de classe alta, lá não havia a mínima dúvida de quem eu era. Naquele espaço, bem localizado de pessoas brancas privilegiadas, seguramente eu era uma mulher negra. Na minha turma de graduação havia apenas eu e mais uma jovem negra, mas, ela era moradora da Zona Norte. Moradoras da Baixada era eu e mais uma, só que a colega era branca e de classe média.

Em termos de diversidade racial, posso dizer que na minha sala de aula durante a graduação, a diversidade era zero. O mais assustador é que nós, estudantes da faculdade, não problematizávamos a questão e sequer tocávamos no assunto sobre raça. Estou falando do ano 2000 que foi quando iniciei o curso superior. Nessa época ainda não havia as políticas de ação afirmativa, as cotas raciais somente seriam implementadas no ano de 2003 quando eu já estava no penúltimo ano da graduação. Era por isso que a turma formada por cinquenta e

cinco estudantes parecia a sala de aula localizada em qualquer universidade dos países escandinavos. Digo isso por dois motivos, primeiro porque as colegas eram em sua maioria brancas (os), loiras (os) e de olhos verdes ou azuis.

O segundo motivo é porque seus sobrenomes eram também de origem europeia. Os "da Silva" e os "de Souza" não estavam sentados nas cadeiras daquela universidade, que tempos depois descobri ser uma das universidades públicas mais brancas do estado do Rio de Janeiro. Estavam sentados nas cadeiras da Unirio, bem na virada do século, no início dos anos 2000, os filhos da elite ou, apenas aqueles (as) de sobrenome europeu. Lá naquele espaço da branquitude eu não tinha a menor dúvida da minha identidade racial, ou de quem eu era. Não somente pelo fenótipo, pele não-branca e os cabelos crespos, mas também porque eu era a única que acordava todos os dias às 5 horas da manhã e pegava um ônibus que levava duas horas para chegar na Central do Brasil. E depois pegava outro ônibus que levava mais 40 minutos até a Urca, onde se localizava o *campus* da Nutrição. Eu também era a única que tinha uma mãe, na época, atendente de lanchonete e que preparava sanduíches para a semana toda e congelava para que a filha tivesse o que comer na universidade.

Esse cenário descrito, é de uma época em que o debate racial não assumia a importância e profundidade que temos hoje. A minha 'confusão de identidade racial' é muito bem explicada e discutida pelo professor Kabengele Munanga. O "mestiço", a despeito dos traços faciais exibidos e do cabelo, quanto mais fenotipicamente apresenta traços brancos e a pele clara, maior a possibilidade de se passar como branco. O chamado "passing", como nos ensina o professor Munanga, permite que mestiços transitem entre as identidades branca e negra. Isso se deve porque no Brasil o racismo é de marca e não de origem, como nos Estados Unidos e na África do Sul (MUNANGA, 2019).

O autor acrescenta ainda uma questão importante, no que tange à fluidez proporcionada pela identidade "mestiça" e experimentada pelos negros de pele clara. A classe ou, em termos gerais, a ascensão social, no Brasil, torna mais fácil a passabilidade da identidade negra para a "branca". O negro de pele clara portando um diploma de curso superior e esboçando um nível cultural e de renda acima da média da população em geral, é capaz de atravessar a linha de cor que separa brancos de não brancos. Apoiado na ideia de Oracy Nogueira, Kabengele Munanga assinala:

No Brasil, a percepção da cor e de outros traços negroides é "gestáltica", dependendo, em grande parte, da tomada de consciência dos mesmos pelo observador, do contexto de elementos não raciais (sociais, culturais, psicológicos, econômicos) e que estejam associados - maneiras, educação sistemática, formação profissional, estilo e padrão de vida -, tudo isso obviamente ligado à posição de classe, ao poder econômico e à socialização daí decorrente (MUNANGA, 2019, p. 83).

Assim, reconheço que em alguns momentos da minha vida fui privilegiada por ser negra de pele clara. Muitas vezes fui "lida" socialmente como branca e não tive dificuldades em acessar determinados lugares. Portanto, é preciso assumirmos que o colorismo representa mais uma face da expressão do racismo no Brasil. Pois, para os negros retintos não há a possibilidade de viverem nesse país fora da lógica da segregação racista, ou seja, como afirma Jota Mombaça, os corpos negros não conhecem outra maneira de existirem que seja fora do signo da violência.

6 O MUNDO VISTO DA FRESTA: VISÕES DO QUARTO DE DESPEJO

6.1 Sankofa

Durante o período que tenho me dedicado a viver essa experiência de escrita tenho tido muitos sonhos. Os sonhos têm me levado de volta ao passado constantemente. Retorno ao corpo da menina de 8 anos e me encontro vivendo naquela casinha muito simples, de telha de amianto, onde eu dormia numa cama feita no chão. Naquela época a gente não tinha nada, a alimentação era contada - durava quinze dias - e não tínhamos luxos em casa. A televisão ainda era preto e branca, eu não tinha bonecas e meu irmão também não tinha brinquedos para brincar. Mas, mesmo assim, o sentimento que vivo no sonho é o desejo e o contentamento de voltar para aquele lugar. Por que voltar para aquele lugar se minha vida agora é muito mais confortável? Acho que é porque é reconfortante a sensação de voltar ao passado já sabendo como será o futuro daquela menina de 8 anos. A volta ao passado significa a tentativa de compreender determinados caminhos escolhidos, às vezes me parece que aquela menina fez algumas escolhas erradas e tem o desejo de poder voltar para refazê-las.

É exatamente isso que me leva de volta ao passado através dos sonhos. É como se eu precisasse voltar lá para transformar meu presente e voltar a ter esperança no futuro. Um futuro que não representa somente meus anseios individuais, mas também coletivo. O curioso é que a sensação é de alegria, euforia e o ato de revisitar meu passado tem remansado meus dias. Penso que esse movimento de volta é certamente fruto de um espírito inquieto e que está tentando me dizer que é preciso mudar algumas questões da minha realidade. São questões que ainda me faziam sofrer - ligadas ao passado - e que me transmitiam desesperança no futuro.

Aliás, desde o início do ano de 2019 eu tenho buscado concretamente o passado. Depois de um período de dois anos vivendo na cidade do Rio de Janeiro, em Vila Isabel, decidi voltar a morar no mesmo bairro em que nasci. Foi nesse bairro que vivi as piores dores da minha vida e que durante muitos anos da adolescência e juventude evitei de passar próximo. "Bairro Rancho Novo", tinha pavor só de pensar em ter de transitar por aquelas ruas. As lembranças eram muito doídas, o meu corpo tremia com a possibilidade de estar perto do lugar em que mais sofri. As lembranças

da infância geralmente são as que as pessoas guardam com maior carinho. Para mim nunca foi assim, ao longo da minha vida sempre evitei lembrar da infância.

Mas, aquela força que eu não sabia de onde vinha e que se manifestava sempre nos momentos mais difíceis da minha vida, a força da minha ancestralidade, me impulsionou a fazer o caminho de volta. Voltei para o bairro Rancho Novo, em Nova Iguaçu, depois de trinta anos sem sequer chegar próximo daquele lugar. Tenho certeza de que é a minha ancestralidade que tem me empurrado para frente. Diante de dificuldades que tenho encontrado ao longo da vida, a força das mulheres da minha família tem me incentivado a continuar.

É a mesma força que enxergo na minha mãe desde a minha infância e que não conseguia identificar que força era aquela. Como já disse, muitas vezes eu olhava para minha mãe e me perguntava: meu Deus como ela não desiste? Os estudos que tenho feito sobre a cultura africana, a partir de autores africanos, me ajudou a entender que essa força manifestada em todas as mulheres da minha família se chama ancestralidade. As mulheres da minha família carregam a mesma força, a força da minha bisavó Maçonila, da minha avó Maria Anunciada. A força da ancestralidade tem nos movimentado pra frente, assim como tem nos unido, nesse plano e no outro.

Mas, por que tenho voltado ao passado constantemente tanto no plano material quanto no plano espiritual? O estudo das africanidades me mostraram a importância de olhar para trás para que possamos aprender com o passado.

O povo Akan da África Ocidental possui em sua cultura uma série de ideogramas, ou desenhos que expressam conceitos filosóficos em formato de fábulas, histórias ou ditames. Esses desenhos são chamados de Adinkra. Os Adinkra têm o intuito de transmitir uma lição ou conselho para o povo Akan por meio de uma representação gráfica. Existe um Adinkra chamado Sankofa que é representado por um pássaro com um grande pescoço virado para trás pegando um ovo de suas costas. "Volte e pegue". O ideograma significa "voltar e apanhar de novo o que ficou para trás". Em outras palavras, significa voltar às origens, ao passado e construir o progresso e a prosperidade de sua comunidade em todos os aspectos da realização humana (NASCIMENTO, 2008, p. 29-31).

Esse Adinkra me fez entender que é fundamental voltar para trás e buscar alguns ensinamentos para que a construção do futuro seja mais sólida e para que

jamais se perca a ligação com os ensinamentos dos nossos ancestrais. Não esquecer de onde se vem torna o caminhar e o percurso mais sólido.

Essa tese também é sobre o meu Sankofa. Volto ao passado para que com os ensinamentos aprendidos eu possa contribuir com a minha comunidade. Mesmo sabendo como a academia trata pessoas com a minha origem e cor, o senso de missão para com os meus é maior.

Por isso, descrevo nesse capítulo, por meio de minhas memórias, a vivência da minha mãe como empregada doméstica no período em que ela trabalhou na casa da minha tia. As minhas memórias dessa época são muito vivas, consigo descrever as situações como se eu ainda as estivesse vivendo.

6.2 O quarto de despejo

Quando acesso minhas lembranças do tempo em que minha mãe trabalhou como empregada doméstica na casa da minha tia a primeira sensação que tenho é o cheiro de urina de gato. O forte odor do excremento do felino me leva direto para aquele tempo em que o silêncio era o lugar do sonho e do sofrimento. Como eu não falava com ninguém, eu sonhava. Era através do sonho que eu projetava um futuro muito diferente daquele presente que eu vivia. As brincadeiras eram criadas todas na imaginação, já que não havia brinquedos e nenhuma criança para brincar.

O sofrimento vinha das condições as quais nos encontrávamos. Eu e meu irmão tínhamos apenas 7 e 9 anos respectivamente. Ficávamos confinados cerca de cinco horas por dia em um quatinho de empregada que fedia a urina de gato e tinha todo seu espaço ocupado por jornais e revistas velhas. Só saíamos do quarto de despejo quando íamos para a escola. Em resumo, eram duas crianças pequenas que não podiam sequer brincar no quintal, e muito menos acessar o interior da casa dos patrões.

Mas, mesmo assim, eu brincava. Havia muitas revistas de decoração naquele quatinho, umas revistas que mostravam casas belíssimas, com quartos lindos, salas enormes e cozinhas deslumbrantes. Daí eu sonhava. Eu pegava uma tesoura e recortava as fotos dos móveis que estampavam a revista. Cuidadosamente recortava o sofá, a TV, a estante, escolhia um tapete bem bonito e assim eu montava a casa dos meus sonhos. Eram recortes que iriam compor os ambientes da

minha casa imaginária. Nossa, como eu amava fazer aquilo. Porque era a maneira de sair do confinamento, de esquecer o cheiro da urina do gato e assim, viajar no meu sonho. Como não tinha boneca, eu pegava um pregador de roupas, colava uns fiapos de barbante para simular os cabelos, desenhava os olhinhos e contornava de caneta vermelha a abertura do pregador, que parecia uma boca aberta.

Aquele pregador de roupas com feições quase humanas era eu. Daí, 'eu' circulava na sala montada com os mais lindos móveis, preparava o jantar na cozinha que tinha uma geladeira cheia de coisas que eu sonhava em comer, iogurte, coca-cola, queijo, presunto. Alí era o meu mundo e que me fazia sentir como se mais nada na vida existisse. Minha mãe ficava muito feliz por eu ser 'quietinha' porque assim ela poderia trabalhar tranquilamente sem se preocupar comigo. Meu irmão era mais levado, vivia tentando escapar do confinamento.

Brincar com as revistas de decoração ocupava grande parte do meu dia. Mas, o que eu mais gostava era quando os gatos apareciam. De vez em quando os gatos da casa iam me visitar no confinamento. Os gatos da casa comiam sardinha com arroz, eram muito gordos e fofos. Eu não entendia o porquê deles comerem sardinha e também de viajarem para a praia durante o verão. Mas, o que eu sei é que quando eles apareciam para brincar comigo eu largava as revistas de decoração e ficava com eles. Eu jurava que um dia teria muitos gatos na minha casa também, e eles seriam gordos e de várias cores.

Algum tempo depois, quando já fazia mais ou menos 1 ano que minha mãe trabalhava naquela casa, nós, eu e meu irmão, recebemos autorização para brincarmos no jardim de frente da casa. Por conta das fugas do meu irmão os patrões permitiram que ocupássemos um espaço no exterior da casa para que pudéssemos brincar. O jardim era simplesmente lindo. Havia uma calçada de pedra que os gatos gostavam de passear e dormir nela. Também havia roseiras, de várias cores, rosa, amarela, vermelha. E no fundo do quintal um pé de jabuticaba que vez ou outra se enchia de pontinhos pretos por todo tronco.

A frutinha preta era deliciosa, docinha e o pé era baixo, dava para subir lá e ficar. Como eu adorava subir em árvores ficar em cima do pé de jabuticaba era a grande diversão do dia. A visão do jardim era ótima porque dava para ver a rua toda. Aliás, a rua em que minha tia morava era a rua das mansões, era uma casa mais bonita e maior que a outra. Eu costumava escutar as conversas das outras empregadas com a minha mãe. Elas diziam como era o interior das casas em que

trabalhavam. Não esqueço de uma casa em que a empregada relatava haver uma piscina aquecida. Eu fiquei admirada porque a piscina não ficava fora da casa, mas dentro dela. A sensação era muito estranha porque eu morava em uma casa que nem tinha emboço nas paredes, não tinha piso no chão, a porta era fechada com um pedaço de madeira. E ao mesmo tempo eu via casas suntuosas, com piscina, com o chão encoberto com carpete fofinho e piso na cozinha.

Para uma criança de 7-8 anos não era possível entender o porquê daquilo. Os ricos donos da casa em que minha mãe trabalhava eram da 'minha família'. Eles eram os meus tios e sequer podíamos ficar dentro de casa, por muito tempo não podíamos usar o banheiro da casa grande. Usávamos o banheiro do quartinho fedido, que o chuveiro era um pedaço de cano e a privada não tinha tampa.

Eles nos colocavam no quarto de despejo a maior parte do dia, mas, depois de um tempo, aos poucos, começamos a circular no interior da casa.

6.3 Cozinha, geladeira e banheiro

Depois de 1 ano trabalhando na casa dos meus 'tios' observamos, eu e meu irmão, que basicamente três coisas mudaram. A primeira era que podíamos entrar na cozinha, pela porta de serviço, e almoçarmos na mesa dos patrões. É claro que não podíamos fazer as refeições junto com eles, mas, em um horário bem específico, às 11 horas. Era esse horário era antes da hora que eles costumavam almoçar, o pessoal da casa comia às 12h. Então, minha mãe corria com o almoço para que ficasse pronto mais cedo.

A primeira vez que entrei na cozinha daquela casa a sensação foi de vertigem, porque era muito grande. Era comprida, parecia um longo corredor que não terminava nunca. Havia armários distribuídos por quase todas as paredes, igual o das cozinhas das revistas de decoração que eu brincava. Eram armários de madeira planejados, sob medida para aquele espaço, então a sensação que tínhamos era que a cozinha era maior do que de fato era.

Dentro dos armários minha tia guardava louças, torradeira, batedeira, liquidificador, mixer, uma infinidade de eletrodomésticos que fui conhecendo a função de cada um depois de muito tempo. Enquanto almoçávamos sentados à mesa, que também era de madeira, olhávamos deslumbrados para aquele ambiente

tão distante da nossa realidade. A gente pensava: “eles são muito ricos”. O que será que fazem para ter tanto dinheiro?

A nossa comida não era diferente da que os patrões comiam. A gente comia basicamente o que eles comiam. O arroz, feijão, legume e a carne preparada no dia a gente podia comer. Digo que a alimentação era basicamente a mesma porque existia uma série de alimentos que nós não podíamos nem chegar perto. Aí, é que entra a segunda mudança que ocorreu após 1 ano de trabalho da minha mãe. Nós podíamos abrir a geladeira, entretanto, alguns alimentos eram terminantemente proibidos.

A geladeira era repleta de queijos, uma variedade, tinha queijo prato, Minas, parmesão, brie, gorgonzola, bolinhas de queijo e requeijões cremosos das marcas mais caras na época. Esses itens não podiam ser mexidos sob nenhuma hipótese. Assim como a coca-cola diet do Fernando Luís, ou os doces diet do Lúcio Flávio, ou mesmo os iogurtes de fruta da Edith Cristina. Os patês da tia Joana e a sardinha dos gatos também não podiam ser consumidos. Os queijos pertenciam ao seu Fernando, o dono da casa, nem preciso dizer que essas iguarias a gente não podia nem sonhar.

Então, esses produtos que ficavam na geladeira eram expressamente proibidos para nós. Às vezes abríamos a geladeira só para admirarmos tudo aquilo que jamais poderíamos comer. O que nos restava era a água e mais nada. Obviamente que de vez em quando minha mãe roubava umas lascas de queijo do seu Fernando e a coca-cola diet do Fernando Luís. Nós esperávamos todos saírem e corríamos para o quarto de despejo com os itens ‘roubados’. Lá saboreávamos as delícias proibidas antes que os donos da casa chegassem.

Com relação à terceira mudança em nossas vidas depois de um ano foi o uso do banheiro. Recebemos autorização para usarmos o banheiro principal da casa. A primeira reação foi o deslumbramento porque aquele banheiro era quase do tamanho da nossa casa. Tinha um box, um lugar reservado para usar o chuveiro com água quente, algo que vi pela primeira vez naquela casa, já que na minha durante muitos anos nem água encanada nós tínhamos. Havia também um vaso sanitário com tampa acolchoada, que era tão mario que no início pensei que se tratava de almofadas. Sem falar no bidê que era a moda dos anos de 1980, mas só tinha na casa de pessoas ricas.

Assim, depois de nos acostumarmos com tanto luxo dentro de um banheiro passamos a usá-lo frequentemente. Eu, particularmente esperava não ter ninguém em casa para usar e depois do uso eu me certificava de que tudo estava limpo e em seu devido lugar. Mas, meu irmão, nunca se preocupava com isso. Ia lá e usava o banheiro com os donos em casa. Toda vez que um de nós usávamos o banheiro ele passava por uma rigorosa inspeção. A Edith Cristina esperava que síssemos do banheiro e imediatamente corria para conferir como tínhamos o deixado.

Então, um belo dia meu irmão estava com pressa de usar o banheiro e correu para o banheiro principal da casa. Quando ele entrou eu pensei: “ele deveria ter ido no banheiro do quartinho”. Pois bem, meu irmão usou o banheiro da casa grande e na correria esqueceu de dar a descarga. Como sempre havia inspeção depois que utilizávamos o sanitário, a inspetora Edith logo correu para fazer o seu ‘trabalho’. O resultado foi que além de levar uma bronca enorme, meu irmão ainda teve que escutar uma pergunta humilhante por parte de Edith Cristina: “Você vai comer agora ou vai guardar para o jantar?”.

Depois de varias brigas, xingamentos e palavrões de Edith Cristina por conta do uso do banheiro, chegou a um ponto que minha mãe resolveu nos proibir de usá-lo. Voltamos a utilizar o banheiro do quartinho porque minha mãe sentia tanto ódio e revolta de ver seus filhos sendo humilhados que se viu na obrigação de nos proibir de usar o banheiro da casa grande.

6.4 A história de uma vida: eu, empregada doméstica

"Eu tinha 12 anos quando comecei a trabalhar em casa de família. Comecei trabalhando numa casa que tinha oito crianças. Eu lavava, eu limpava a casa, lá eu só não fazia comida, mas também ajudava a olhar as crianças. E aí, trabalhei uns três anos nessa casa. Eu ganhava muito pouco, mas muito pouco mesmo, não dava nem pra comprar comida. O dinheiro que eu ganhava eu comprava meu chinelo e meus vestidos de chita.

Mas, em uma das visitas da minha avó (ela morava no Rio de Janeiro), ela viu a nossa situação, que tava muito difícil. Nosso pai já tinha ido embora, tava só nós, quatro filhos e mais a minha mãe. Nessa época a gente se virava como podia. Teve um período que eu cortava lenha, fazia carvoeira, fazia carvão e a minha mãe botava numa cestinha e saía vendendo. Durante um tempo gente vendeu carvão pra sobreviver. Depois disso ela trabalhou numa fábrica quebrando pedra. Era tipo uma pedreira, mas na verdade, quem quebrava as pedras era a gente, com ferramentas. Era um trabalho bem manual mesmo. Eram 12-14 horas quebrando pedra embaixo de um Sol de 50 graus.

Aí minha avó, vendo nossa situação, disse: Vou levar a Socorro (eu) pra trabalhar no Rio e depois vou mandar buscar o resto do pessoal. Aí eu vim para o Rio. Fiquei na casa da minha tia em Cordovil. Quando foi um dia eu tava lá entediada e comprei um jornal, não conhecia nada no Rio, peguei o ônibus e fui numa agência de empregos. Eu já tinha nessa época uns 16 anos. Eu peguei o ônibus e fui até a agência de emprego. No mesmo dia arrumei um emprego numa casa de família lá na Ilha do Governador. Fui no mesmo dia direto para lá e fiquei trabalhando um tempo por lá. Mas, eu ainda tinha que mandar buscar o resto da família. Só que eu ganhava muito pouco e não consegui arrumar dinheiro suficiente para buscar todo mundo. Mas aí o marido da minha tia emprestou o dinheiro e mandou para Natal, para minha mãe vir com o resto do pessoal. Só que o dinheiro não deu para vir todo mundo. Aí vieram a Glorinha o João e a minha mãe, o dinheiro só deu para pagar três passagens. E aí minha irmã ficou na casa da minha tia a Fátima ficou em Natal. Quando mãe, Glorinha e João chegaram no Rio, os três ficaram uns dias em Cordovil.

A minha tia tinha uma comadre, a dona Rosa, que morava aqui no Rancho Novo, em Nova Iguaçu, ela tinha uma casinha, uma meia-água aqui que alugou para gente morar. Foi assim que a gente veio para cá (Nova Iguaçu). E eu continuava trabalhando, aí se acomodou todo mundo aqui e só eu trabalhando, sem nenhuma outra renda. Eu trabalhava, mas eu ganhava muito pouquinho, e ainda tinha que pagar o aluguel. Assim que cheguei em Nova Iguaçu, fui trabalhar numa casa de família. Eu cuidava de um menino de sete anos, mas ele se apegou de uma tal maneira a mim que não me deixava ir embora. Quando dava o meu horário de ir embora, era eu entrar no banheiro para tomar banho, e aí ele falava assim: Maria você não vai embora! Ele pegava as cadeiras e botava na porta para eu não sair. Aí a mãe dele dizia assim pra mim: ou você leva ele ou você vem pra cá porque ele fica chorando quando você vai embora, ele chora a noite toda.

Aí a pouco chega a notícia que a Fátima estava com a "barriga pela boca". Ela tinha arrumado um namorado lá em Natal e engravidou. Dei um jeito e arrumei uma forma de arrumar o dinheiro para mandar buscar a Fátima. Ela chegou, ela veio no mês de novembro, foi no finalzinho de Novembro. No início de dezembro, ela teve a minha sobrinha, a Cláudia. E ficou todo mundo lá nessa casinha, na meia-água. Nesse meio tempo eu saí da Ilha e arrumei outro emprego, lá em Bento Ribeiro. Também era de empregada doméstica. Eu fiquei trabalhando lá. Foi nessa época que minha mãe ficou doente, ela começou lá com as hemorragias e aí foi no médico. O médico deu um remédio para parar a hemorragia e assim poder fazer o exame para saber o que que minha mãe tinha. Ela fez o exame e descobriu que tava com câncer no colo do útero. Depois que minha mãe descobriu a doença ela só foi piorando. Ficou um mês internada no Moncorvo Filho. Depois desse tempo os médicos viram que não tinha mais jeito não. Não tinha nem jeito de fazer cirurgia porque o útero dela tava todo tomado pela doença. E aí o médico mandou ela para casa. Para Morrer em casa, e a minha mãe ficava em casa e eu ia trabalhar. Eu ia trabalhar e deixava minha mãe doente.

Eu ganhava muito pouco, mal dava para comer, todo mundo passava necessidade, porque só eu trabalhando, era pouquinho não dava para nada. Muitas vezes eu saía de casa e deixava a minha mãe sem nada para comer, ela estava muito doente. Eu me lembro que teve uma vez que eu fui trabalhar lá na casa de família. Eu estava muito triste pensando na minha mãe doente e sem comida em casa. Eu tava muito triste e aí a patroa foi e perguntou pra mim: O que tá acontecendo? Porque você tá assim tão triste? Aí eu falei para ela que naquele dia eu tinha saído de casa e não

tinha deixado nada para minha mãe comer. Todo tempo eu pensava na minha mãe lá em cima de uma cama, passando muita necessidade. Na hora a patroa pegou e fez duas bolsas de supermercado e mandou eu levar em casa. Ela disse: leva para sua mãe!! Aí eu levei pra casa.

Um pouco antes da morte da minha mãe a Fátima arrumou uma pessoa. Apareceu o Gilvan, logo eles começaram a namorar. Sinceramente, aquilo ali foi uma 'tábua de salvação' para Fátima, porque ela se juntou com o Gilvan e foi morar com ele. Só que como eu trabalhava todo dia, tinha dia que não tinha ninguém para cuidar da minha mãe. Aí a Dona Rosa (a dona da casa que a gente morava) foi lá ver minha mãe e viu aquela situação. A minha mãe estava muito doente e ficava o dia todo sozinha. Vendo essa situação a dona Rosa foi lá chamar minha avó, que morava perto, para cuidar da minha mãe. Aí minha avó veio e ficou cuidando dela. Depois disso a minha mãe foi só piorando e piorando e em pouco tempo faleceu.

Minha mãe morreu em 1976, quando foi em 1977 eu me casei e aí logo eu engravidei do Márcio. Seu pai sempre ganhou muito pouco e eu tinha que trabalhar. Trabalhava para ajudar comprar o leite, costurei muito vestidinho para uma vizinha vender na feira. Cansei de ficar até duas da manhã fazendo vestidinhos, mesmo quando engravidei de você eu continuei trabalhando. Quando você tava com dois para três anos seu pai saiu de casa. Seu pai foi embora e aí eu fiquei sozinha com dois filhos pra criar, seu irmão com cinco anos e você com três.

Em 1985 eu comecei a trabalhar na casa da sua tia Joana. Como empregada doméstica. No início eu tentei deixar vocês com a sua avó, mas ela não cuidava direito de vocês. Eu chegava em casa e encontrava vocês dois todo sujos e sem comida. Daí falei com a dona Joana e ela aceitou que eu levasse vocês dois. A dona Joana era boa pra mim, não era ruim não, mas o marido e os filhos dela enferrizavam a minha vida. Na casa eu fazia tudo, a casa dela era muito grande. Eu lavava, passava, limpava a casa toda, eu só não cozinhava. Lá sofri muita humilhação do marido da patroa. Ele me humilhava demais. Um dia a dona Joana viajou pra Belo Horizonte, mas, seu Fernando não foi. E daí, um dia, na cozinha ele me disse que queria que eu fosse para cama com ele. Nessa época eu já tava com 29 anos. Ele insistiu e queria porque queria que eu fosse para cama com ele, só que como eu não fui, falei para ele que não ia porque ele não fazia meu tipo (risos) e nem a dona Joana merecia aquilo. A partir desse dia ele passou a me humilhar, me maltratava na frente de todo mundo. Humilhava meus filhos também, aí quando foi um dia a patroa perguntou: não sei o porquê do Fernando te humilhar tanto. Aí sabe o que eu fiz? Conteí tudo pra ela! Eu fui e conteí toda a história para ela. Eu disse: dona Joana, aconteceu isso e isso. Ela falou assim: fica tranquila que eu não vou deixar que ele saiba que eu tô sabendo dessa história não. Ele não vai ficar sabendo que eu sei. A dona Joana disse que estranhava porque eu tava sempre pedindo para ir embora, querendo sair do emprego. Depois desse dia ela disse: não, você não vai sair enquanto você não arrumar outro emprego.

Mas, a maneira que seu Fernando arrumava para me humilhar era, por exemplo, sempre que dava a minha hora de sair, faltando 5 minutos, ele mandava eu fazer ovo frito pra ele. Mas, aí eu dizia pra ele: Seu Fernando, eu não vou fazer seu ovo não porque quando eu chego atrasada aqui no serviço o senhor reclama, então no meu horário de ir embora eu vou embora! Seu Fernando implicava até com a comida que meus filhos comiam, as crianças não podiam comer nada que tinha na geladeira. Eu também não podia comer nada que tinha na geladeira, eles deixavam um bilhete nas coisas, tipo: "coca-cola do Fernando Luís" (era o filho mais velho). Só que quando eu tinha vontade ia lá e comia escondido. Quando eu tinha vontade

de beber coca-cola eu bebia e colocava água de volta na garrafa na mesma quantidade que tinha bebido (risos). Esse infeliz brigava também quando as crianças tomavam banho e deixavam o sabonete no chão. Ou quando as crianças iam ao banheiro e não davam descarga. E olha que meus filhos ficavam trancados dentro do quarto de empregada enquanto eu trabalhava, nem no quintal as crianças podiam ficar.

Os filhos deles também me infernizavam. O filho do meio escondia as blusas polo do irmão mais velho e dizia que eu tinha roubado. Ou reclamava quando eu demorava pra lavar uma blusa que ele queria vestir. A filha deles me humilhava dizendo que eu não limpava as coisas direito. Enfim, foram cinco anos vivendo o inferno naquela casa.

Toda vez que eu pedia pra ir embora a dona Joana dizia: não, você não vai sair daqui enquanto você não arrumar outro emprego. Tinha uma fábrica de roupas na esquina da casa que eu trabalhava, e durante um tempo eu já tinha trabalhado naquela fábrica de costura. Por isso eu conhecia as meninas que trabalhavam lá. Um dia eu falei pras meninas: olha se surgir uma vaga na fábrica vocês me falam porque eu tô querendo sair da casa onde eu trabalho. Daí quando foi um dia pintou uma vaga. Fui lá na sexta-feira, fiz o teste e passei. Na segunda-feira eu fui trabalhar e disse pra dona Joana que tinha arrumado outro emprego, disse que ia trabalhar na esquina, na fábrica, e disse que queria minhas contas. Ela disse: tudo bem, eu vou te mandar embora e vou pagar tudo que você tem direito. A casa da Dona Joana foi a última casa que trabalhei. Depois de tudo que passei lá decidi deixar de trabalhar em casa de família. Tive mais um emprego depois da Fábrica de roupas, trabalhei como copeira em uma empresa de alimentação e depois desse emprego consegui me aposentar."

A caminhada era longa da nossa casa até a casa da tia Joana. Eram aproximadamente 5 quilômetros que andávamos todos os dias porque minha mãe não tinha dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Minha tia morava no centro de Nova Iguaçu, em uma localidade com pessoas de alto poder aquisitivo. A gente chamava de 'a rua das mansões'. As casas eram suntuosas, dignas de área nobre de qualquer grande cidade do país. Os donos dessas casas não tinham apenas um carro na garagem, eram vários carros, dos mais caros da época. O tio Fernando tinha cinco carros em sua garagem, um para cada filho e mais o carro da tia Joana. Essa situação era muito marcante para nós, a desigualdade social era brutal. Como dentro de uma mesma família a gente passava fome e os nossos tios tinham cinco carros estacionados na garagem?

Chegávamos de manhã, às 8 horas e me recordo vivamente da rotina da minha mãe. Nessa época eu estudava no horário da tarde em um colégio público no centro de Nova Iguaçu e meu irmão estudava em um colégio particular, que também era próximo ao centro. Meu irmão estudava de manhã, então, antes de irmos para a casa da minha tia passávamos na escola dele e o deixávamos lá. Cabe abrir um

parêntese para explicar o porquê do meu irmão nessa época estudar em um dos colégios mais caros de Nova Iguaçu.

Um dia minha mãe comentando com Edith Cristina sua dificuldade de encontrar uma boa escola pública para o meu irmão, que fosse próxima ao centro, eis que a filha dos patrões deu uma ideia. Ela disse: *“Socorro, por que você não coloca o Márcio lá na escola onde eu dou aula?”* E, daí Edith começou a detalhar as disciplinas, os professores, toda a infraestrutura da escola e disse também que seria ótimo para o meu irmão estudar em uma escola de tão alto nível.

Minha mãe ficou tão encantada com o gesto da Edith que resolveu aceitar e deu todos os documentos para que ela fizesse a matrícula do menino. Minha mãe pensou: *“Até que enfim essa criatura está fazendo alguma coisa boa pelos parentes, ela vai pagar o colégio do meu filho”*. Pensou minha mãe aliviada por ter resolvido o problema da escola.

No dia de fazer a matrícula Edith chega na porta da cozinha e diz: *“Socorro, é hoje que abre a matrícula para a turma do Márcio, você me deu os documentos, mas, não me deu o dinheiro para pagar”*. Aí minha mãe disse: *“Pagar o que Edith?”* Responde Edith, meio sem paciência: *“Ué, pagar a matrícula”!* Minha mãe disse que ficou muito nervosa quando soube que teria que pagar a matrícula porque achou que a Edith iria pagar. Muito constrangida, minha mãe pegou uma parte do salário e pagou a matrícula. E assim foi com as demais mensalidades, minha mãe aceitou pagar um colégio cujo valor representava a metade do seu salário.

Os lugares sociais determinados configura uma característica profunda em sociedades que passaram pela colonização e pela escravização de pessoas negras. Essa característica social sempre foi algo muito claro para mim, desde criança. Nós sabíamos que éramos os ‘filhos da empregada’ e isso determinava como todos da família nos tratavam. Era muito nítido o fato de sermos pessoas de segunda classe. E isso significa dizer que ninguém nos escutava, e quando podíamos expressar nossas opiniões eram sempre rechaçadas. Eu e meu irmão, quando tínhamos coragem de falar, o que dizíamos nunca era engraçado, inteligente ou criativo. Tudo o que que era dito por nós era bobagem. O silenciamento era sistemático porque simplesmente éramos ninguém. A brutalidade desse tipo de tratamento era ainda maior porque o tratamento para com os outros primos, que não eram os filhos da empregada, era muito diferente. Eles sim eram os mais engraçados e falavam coisas inteligentes.

Meu irmão era o filho da empregada estudando em um colégio particular e tendo uma professora que era a dona da casa onde a sua mãe trabalhava. Sendo assim, continuava ocupando o lugar de pessoa de segunda classe. E, mais, a filha da patroa também se sentia no direito de maltratá-lo ainda mais por ser a sua professora. Quem ensinava as lições de casa para ele era a Edith Cristina. Me recordo dela xingando meu irmão de burro e quando ele esquecia os pingos da letra “i” ela pegava a caneta vermelha e com força fazia os pingos na testa do meu irmão.

A rotina da minha mãe era pesada, me lembro dela de joelhos lavando degrau por degrau de uma escada enorme que ligava o térreo à porta da cozinha da casa. A escada possuía 34 degraus e era feita de mármore branco, minha mãe se ajoelhava para escovar os degraus com um produto chamado sapólio. Ela ficava horas naquela posição, agachada esfregando os degraus. Depois ela ia para a cozinha, que era toda de azulejo e era lavada regularmente, nos meus cálculos a cozinha media uns 30 metros.

Tinha também a sala e anti-sala ambas encarpetadas na qual minha mãe recebeu a ordem de passar o aspirador de pó diariamente. Os vidros da sala também eram enormes e eram limpos duas vezes por semana. Minha mãe se pendurava na janela para limpá-los e a exigência de Edith Cristina era que não podiam ficar com manchas d’água.

Não havia outra empregada na casa, então além da minha mãe fazer a limpeza ela também era responsável pela lavagem de roupas dos seis moradores da casa. E de 15 em 15 dias ela juntava a roupa limpa de todos e tirava o dia para passá-las.

Além da sobrecarga imposta pela rotina da casa onde minha mãe trabalhava ela levava e buscava – em horários diferentes - eu e meu irmão na escola. E quando chegávamos em casa à noite lavava nossa roupa na mão, fazia o jantar, limpava a nossa casa e lavava a louça para que no outro dia a rotina recomeçasse toda novamente.

Essa foi a vida que a minha mãe levou durante cinco longos anos. Não havia ajuda de nenhum parente, meu pai nunca nos procurou para saber se nós precisávamos de qualquer coisa. E quando minha mãe dizia que estava cansada minha tia dizia que *“mãe não pode se cansar”*. Ela não tinha sequer o direito de dizer que estava cansada.

À vezes eu converso com meu irmão e digo: *“eu não sei como minha mãe não surtou, tipo, foi embora e largou tudo para trás, ou até mesmo desenvolveu uma doença mental”*. Porque ela ainda enfrentava o ódio e o desprezo de toda a família do meu pai. Minha avó paterna nos perseguia, dizia para toda a vizinhança que minha mãe era prostituta, que ganhava dinheiro na ‘zona’. Nossa casa ficava bem ao lado da casa dos meus avós e não tinha muro separando os dois quintais. Certo dia minha avó esperou que nós saíssemos de casa pela manhã e passou um cadeado no portão. Quando nós voltamos à noite, o portão estava fechado com cadeado e nós não conseguimos entrar em casa. Foi aí que minha mãe pediu ajuda para um primo nosso que na época trabalhava na Polícia Militar para quebrar o cadeado para entrarmos.

Outro dia tínhamos acabado de chegar em casa após o trabalho, estávamos dentro da nossa casa e de repente minha avó começou a gritar no quintal. Ela chamava minha mãe para sair porque queria discutir. Como minha mãe se recusou a sair de dentro de casa ela simplesmente deu um soco no vidro da janela da sala. Nós éramos crianças e me recordo que ficamos muito assustados com a cena, mal conseguimos dormir aquela noite.

Diante de uma vida com tanta pressão, é claro que minha mãe constantemente vivia nervosa, batia na gente, chorava sozinha. Essas eram as válvulas de escape que ela tinha e de certa maneira a gente entendia isso.

(IN) CONCLUSÃO

Nós, mulheres negras, por sermos ridicularizadas nas afeições brancas modernas despolitizamos as experiências. Temos autoestima intelectual baixa! Escrevemos, ainda, na terceira pessoa e queremos reclamar de autoria. Retiramos as emoções dos verbos e falhamos nas 'desobediências epistêmicas'. A experiência não é depoimento, com gravador ligado, para atender à pesquisa. Somos agentes, somos sujeitas espelhadas. É preciso coragem para justificar o engajamento intelectual, trazendo o nome da mãe e da avó, dizendo quem foram elas. A Massa ancestral do Ori deseja ressarcimento dos apagamentos coloniais. Eu sempre digo, não basta mencionar o subúrbio longe daqui porque quem mora no subúrbio também acha longe a minha referência. A periferia do conhecimento traduz o Sul, a subalternidade, o sentido descolonial. Ângela Davis antes de falar das prisões cita a experiência da cadeia. Alice Walker trouxe o mulherismo sem esquecer a menina do íntimo ao perder a visão. Carolina Maria de Jesus lembra os pinicos da vizinhança. Cá, brilho o ouro, mas não nego o quão pesado é, até agora, carrega-lo (AKOTIRENE, 2020).

Se a gente não coloca a menina de si no colo, nutrindo com afeto e generosidade as memórias da infância, dando banho e abrindo os braços, chega a hora da mulher escrever, diante dessa rebelde criança. Não que ela queira sabotar os projetos, mas é que a menina precisa de cuidado e abraços, que já foram negados. A gente precisa acertar as contas!! A menina não liga se as mãos da mulher estão ocupadas, ora lendo, ora escrevendo. Segundo Audre Lorde, "cuidar de nós mesmas não é autoindulgência é autopreservação, uma ato de luta política" (AKOTIRENE, 2020).

No momento em que li essas palavras de Carla Akotirene, elas soaram como um conselho para mim. Eu já havia terminado de escrever todos os capítulos da tese quando os deuses, orixás, espíritos protetores usaram o grandioso Ori da minha irmã para me mandar esse recado. Então, na verdade, essas palavras foram como se todas as divindades me dissessem que eu segui o caminho correto. Tive a coragem de trazer o nome da minha mãe, avó e tias para dentro de um trabalho dito 'acadêmico'. Eu disse quem elas são, e fiz isso dando voz à menina. Escolhi dar voz a menina para contar a história das mulheres-mães. Porque eu não escrevi só sobre a minha mãe, avó e tias, mas os fios das trajetórias de muitas mulheres se conectaram e suas histórias foram contadas aqui.

Nessas páginas as palavras traduzem a dor e a tristeza de uma menina por ter vivido uma vida em que o tempo inteiro lutava para sobreviver. A menina sofria com a dor da mãe que desde sempre foi a única que esteve ao seu lado. A história conta que a mãe da menina nunca desistiu dela ou a abandonou. As duas

seguraram forte nas mãos uma da outra e seguiram em frente juntas. Por isso, a vontade que a menina sentia de falar gritava dentro da mulher.

A mulher é aquela que quando se tornou mãe teve o desejo de expor toda a sua insegurança, angústia e solidão que sentiu quando pariu. Mas, a academia colonizadora tentou tolher esse desejo e disse a ela que só lhe era permitido falar de 'maternidade' com números, estatísticas e com dados de pesquisas metodologicamente fundamentadas. Então, foi aí, que a mulher ávida pela escrita e ao mesmo tempo desesperada, se viu diante da 'menina rebelde' e malcriada que carregou dentro de si durante toda a vida. A menina não podia mais ficar calada e a mulher não conseguia mais impedir a menina de falar. Foi assim que a mulher teve a coragem de gritar e ir contra o sistema do homem-branco-ocidental. O grito foi semelhante a resposta de quando enfiam o dedo em uma ferida muito infeccionada; a dor é alucinante e o grito também. O grito foi tão alto que a mulher tomou coragem – em nome da menina - de enfrentar o mundo.

E esse mundo se ergueu contra essa mulher, eles não poderiam deixá-la dizer o que pensava, a força do patriarcado foi usada contra ela. E o sistema disse: *“você vai sentir o peso do poder do homem-branco-ocidental que tem ceifado a força e a sabedoria das mulheres negras”*. Foi aí que a mulher pensou o quanto o poder da branquitude Ocidental tem nos adoecido e, em última instância, tem nos matado. E a morte nem sempre é a física, por vezes é a morte espiritual, que nos tira a beleza da vida e a alegria de viver.

Mas, mesmo assim a mulher não desistiu. Alguma coisa a fez seguir em frente. A lembrança de uma menina sendo sistematicamente silenciada fez com que ela não recuasse. Afinal, chega de ficar calada, está na hora de o mundo saber...

Assim, a menina finalmente pôde falar sobre tudo aquilo que viu, viveu e sentiu. E, no fim, olha que surpresa, ela percebeu que não teve culpa. Ela não criou todas as situações de dor, ou foi fraca diante de circunstâncias difíceis. Não, a menina, não teve culpa de nada. Daí veio o perdão. Assim, a menina disse para a mulher: *“Você está perdoada”*.

A história das mães foi contada, não em uma perspectiva epistemológica ou dentro dos parâmetros científicos hegemonicamente aceitos. Mas, sim, na experiência dolorida de viver a “maternidade vida”. Ironicamente pouco falei sobre a minha própria maternidade porque entendi que, apesar de toda transformação sofrida, a minha maternidade foi cercada de privilégio.

Entretanto, isso não significa que não tive dificuldades. O processo de elaboração desse trabalho foi marcado pela dificuldade de conciliar a maternidade com as urgências da escrita de um trabalho de conclusão de Doutorado. Muitas das vezes escrevia um parágrafo e ia dar banho na Isabella. Depois escrevia outro parágrafo e ia dar a comida. Quando estava terminando de escrever uma página inteira parava para ensinar o dever de casa. Inúmeras vezes já escrevi com Isabella no meu colo ardendo em febre ou vomitando. A minha experiência de escrita foi ao longo desses 48 meses sendo moldada pelo ato de maternar. Então, seguramente a minha maternidade está impressa nessas páginas.

Preciso também falar do tempo. É certo que o tempo para a mãe adquire outra conotação. É o tempo de fazer o bebê dormir, é o tempo de levar na escola, é o tempo de dar o banho, é o tempo de brincar. O tempo começa a contar em uma velocidade ininteligível para quem não tem filhos. Ele demora a passar quando o filho está doente ou quando ainda não dorme a noite toda. Ou passa rápido demais quando o bebê começa a andar ou vai para a escola pela primeira vez.

Por fim, continuo aqui na inconclusão de conectar os fios das nossas histórias, mas certa do caminho a ser percorrido. Foram os olhos da "menina rebelde" que me mostraram que somente é possível falarmos de maternidade quando a mãe está em primeira pessoa.

REFERÊNCIAS

A Bíblia. **Jesus e a mulher**. Rio de Janeiro, p. cap. 8 versículo 9-11. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/>. Acesso em: 15 Fev. 2020.

AKOTIRENE, Carla. Salvador, 10 Fev. 2020. Salvador. Disponível em: <https://instagram.com/carlaakotirene?igshid=11me8ai3aqfcq>. Acesso em: 10 Fev. 2020.

ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. 1. ed. Minas Gerais: Mazza edições, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. **Periódicos UFSC**. Tradução Édna de Marco. Santa Catarina, 2018. Tradução de: *Hablando en lenguas: una carta a mujeres escritoras de la tercer mundo*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 19 Abr. 2019.

BADINTER, Elisabeth . **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. 1980. Disponível em: [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf). Acesso em: 30 Abr. 2019.

BARBOSA ANTUNES, Isa Cristina. **LEPROSÁRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (1923-1941): O ESPAÇO FÍSICO E AS PRÁTICAS MÉDICAS**. Natal, f. 195, 2017. Dissertação (História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25991/1/Lepros%C3%A1rioS%C3%A3oFrancisco_Antunes_2017.pdf. Acesso em: 13 Jun. 2019.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray (Org.); BENTO, Maria Aparecida (Org.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. 189 p. cap. 2, p. 25-58. (Coleção Psicologia Social).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo, f. 339, 2005. Tese (Filosofia da Educação) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 1 Abr. 2019.

CARVALHO, Adalberto Rodrigues Camara. **Migrantes em Brasília: Os motivos, as dores e os sonhos numa perspectiva clínica**. Brasília, 2008. 192 p. Dissertação

(Psicologia clínica e cultura) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2036>. Acesso em: 20 Abr. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, Joaze Bernardino (Org.); TORRES, Nelson Maldonado (Org.); GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 139-170.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Programa Pai Presente completa cinco anos e se consolida no país. Conselho Nacional de Justiça**. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80089-programa-pai-presente-completa-cinco-anos-e-se-consolida-no-pais>. Acesso em: 30 Abr. 2019.

COSTA, Joaze Bernardino (Org.); TORRES, Nelson Maldonado (Org.); GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: autêntica, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

DEWULF, Jeroen. **“Por vozes nunca dantes ouvidas”**: A viragem pós-colonial nas ciências humanas. Universidade do Porto, 2014. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000191016. Acesso em: 20 Mar. 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007, p. 16-21.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010.

GASPAR, Osmar Teixeira. **Direitos políticos e representatividade da população negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo (2017)**. São Paulo, 2017. Tese (Antropologia) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: Primavera para as Rosas Negras**. 1. ed. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. cap. 36, p. 321-334.

_____, Lélia. **Lélia Gonzalez: Primavera das rosas negras**. 1. ed. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 1995. 34 p. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 17 Jul. 2018.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. 380 p. Tradução de: Talking Back: Thinking Feminist, thinking black.

_____, bell. **Intelectuais Negras. Revista Estudos Feministas**. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 23 Mar. 2019.

INSTITUTO AMMA, São Paulo, 2008. 90 p. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixa/Os-efeitos-psicossociais-do-racismo.pdf>. Acesso em: 28 Jun. 2019.

KEATING, AnaLouise. From Borderlands and New Mestizas to Nepantlas and Nepantleras Anzaldúan Theories for Social Change. **HUMAN ARCHITECTURE: JOURNAL OF THE SOCIOLOGY OF SELF-KNOWLEDGE**, Belmont, v. 4, p. 5-16, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254694002_From_Borderlands_and_New_Mestizas_to_Nepantlas_and_Nepantleras_Anzalduan_Theories_for_Social_Change. Acesso em: 21 Ago. 2019.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Filosofia africana para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais**. Canoas, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/download/1854/1438>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

_____, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e Encantamento como inspirações formativas: filosofia africana e práxis de libertação**. Revistas páginas de Filosofia, 2014. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/adilb%C3%AAnia_freire_machado_-_an. Acesso em: 19 Mar. 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson . Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **Siglo del Hombre Editores**, Bogotá, p. 40, 2007. Disponível em: <http://ww.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf>. Acesso em: 8 Jan. 2020.

MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 319 p.

MULLER, Paulo Ricardo. **CLIFFORD, James; MARCUS, George. A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução Maria Cláudia Coelho. São

Paulo: Cadernos de Campo, 2019, p. 302-307. Tradução de: Writing culture: poetics and politics of ethnography. Disponível em: <http://www.papeisselvagens.com/uploads/6/9/3/3/69339767/resenha_a_escrita_da_cultura-revista_usp.pdf>. Acesso em: 6 Nov. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Discutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin . **A Matriz Africana no mundo: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2008. 134 p.

NOGUERA, Renato. **Mulheres e Deusas: Como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual**. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017. 160 p.

OLIVEIRA, Eduardo. **Epistemologia da ancestralidade**. 2007. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acesso em: 11 Mar. 2019.

_____, Eduardo. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira**. Ceará. 353 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação BrasileiraB) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/36895>. Acesso em: 21 Mar. 2019.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

POMBO, Carolina. **A mãe e o tempo: Ensaio da maternidade transitória**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paula Cajaty, 2017.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à Sociologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RAMOSE, Mogobe Bernard. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos**. 2011. 20 p. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 4 Jan. 2020.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 164 p.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS ESTATÍSTICOS (SEADE). **Perfil da mulher desempregada : o que mudou, o que permaneceu**. 2018. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/boletim-30anos/perfil-da-mulher-desempregada-o-que-mudou-o-que-permaneceu/>. Acesso em: 27 Jul. 2018.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. **“Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Psicologia Política**. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002. Acesso em: 5 Jun. 2019.

SOUZA LOPES, Joyce. "Quase negra tanto quanto quase branca": Autoetnografia de uma posicionalidade racial nos entremeios. In: MULLER, Tânia (Org.); CARDOSO, Lourenço (Org.). **Branquitude**: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. 335 p, p. 155-172.